

ACTA N.º 05/2006

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006

Aos vinte e nove dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e seis, no Auditório do Centro Associativo Municipal, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria. Dos cinquenta e nove membros que a compõem, faltaram os seguintes deputados: Rui Ferreira Presidente da Junta de Freguesia da Boa Vista, José Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia da Memória, Carlos Manuel Ascenso André, que foi substituído pelo senhor António Pereira Fernandes, António José Sequeira, que foi substituído pelo senhor Manuel da Conceição Batista, António Francisco Febra, Presidente da Junta de Freguesia de Maceira que foi substituído pelo Tesoureiro da Junta, senhor João Carlos Febra, Paulo Pedro, Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão, que foi substituído pelo Secretário da Junta, senhor Ventura José Tomás, Faustino Guerra, Presidente da Junta de Freguesia de Monte Real, que foi substituído pelo Secretário da Junta, senhor Rui Manuel Féteira Gaspar, José Carlos Lopes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Souto da Carpalhosa, que foi substituído pelo Secretário da Junta, senhor Guilherme Gaspar Domingues, Filipe dos Santos Vieira, que foi substituído pelo senhor Firmino Fonseca e Ana Cristina Branco, 2º Secretário da Mesa, que foi substituída por Maria Clara Guilherme Monteiro .

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes: a senhora Presidente, Isabel Damasceno Campos e os senhores Vereadores: Raul Miguel Castro, Vítor Lourenço, Isabel Gonçalves, Fernando Carvalho, Lucinda Gaspar, Neusa Magalhães e Carlos Martins.

A sessão foi presidida pelo senhor Manuel de Jesus Antunes, Presidente da Assembleia Municipal e secretariada pelos senhores Deputados: Paulo Reis e Maria Clara Guilherme Monteiro, 1º e 2º Secretários da Mesa, respectivamente.

Havendo “quórum”, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, eram 20.45 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**



1. ESCLARECIMENTOS DA ARS SOBRE O ENCERRAMENTO DO SAP DO CENTRO DE SAÚDE GORJÃO HENRIQUES – Apreciação e discussão;
2. RESOLUÇÃO DO CONSELHO GERAL DA ANMP SOBRE AS PROPOSTAS DE LEI DE FINANÇAS LOCAIS E DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2007 - Apreciação e discussão;
3. COMPLEXO MUNICIPAL DE PISCINAS DE LEIRIA – RELATÓRIO SOBRE O PROCESSO DO GERADOR - Apreciação e discussão;
4. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO, nos termos da alínea e), do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;
5. PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2007 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA PARA 2007/2010 – Apreciação, discussão e votação;
6. PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2007 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA PARA 2007/2010 – Apreciação, discussão e votação;
7. ACTUALIZAÇÃO DA TAXA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS PARA O ANO DE 2006 A COBRAR EM 2007 – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA – Apreciação, discussão e votação;
8. ANÚNCIO, PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO DE ENCARGOS PARA ALIENAÇÃO DAS PARCELAS DE TERRENO, EM DIREITO DE SUPERFÍCIE, NECESSÁRIAS À CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE COMERCIAL DE DIMENSÃO RELEVANTE – Apreciação, discussão e votação;
9. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO PDM EM VIGOR – Apreciação, discussão e votação;
10. ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TRANSPORTE PÚBLICO DE ALUGUER EM VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIOS DE PASSAGEIROS – TRANSPORTE DE TÁXI – Apreciação, discussão e votação;
11. MERCADO DE VENDA POR GROSSO DO FALCÃO – ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA – Apreciação, discussão e votação;

12. ALTERAÇÃO AO OBJECTO DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE ORTIGOSA - Apreciação, discussão e votação;
13. DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA DE UMA PARCELA DE TERRENO SITA NO LUGAR DE MARINHEIROS, DA FREGUESIA DE MARRAZES, DO CONCELHO DE LEIRIA – Apreciação, discussão e votação;
14. PROPOSTA DE OPERACIONALIZAÇÃO DA PLATAFORMA LOGÍSTICA – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA E APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS – Apreciação, discussão e votação;
15. ADESÃO DA AUTARQUIA AO CENTIMFE (CENTRO TECNOLÓGICO DA INDÚSTRIA DE MOLDES, FERRAMENTAS ESPECIAIS E PLÁSTICOS) – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO – Apreciação, discussão e votação;
16. PROPOSTA DE ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO DO ARQUIVO MUNICIPAL DE LEIRIA – Apreciação, discussão e votação;



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito boa noite a todos!

Eu quero em primeiro lugar saudar os elementos da Mesa, o senhor Deputado Paulo Reis, 1º secretário e a senhora Deputada Maria Clara Monteiro, que se encontra em substituição da senhora Deputada Ana Cristina Branco. Se ninguém tiver nenhuma objecção, proponho que as funções de 2º Secretário da Mesa, sejam exercidas pela senhora Deputada Maria Clara Monteiro.

Saúdo igualmente todos os senhores deputados, os eleitos directamente, os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, a senhora Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, os elementos da Comunicação Social e os munícipes presentes. Sejam bem-vindos a esta sessão.

Antes de dar início ao período de “antes da ordem do dia”, gostaria de justificar a razão pela qual, foi agendada para hoje esta sessão. Conforme foi deliberado, as sessões ordinárias passariam a ser realizadas, na última sexta-feira do mês respectivo. Pese embora os inconvenientes que esta data pudesse trazer para a maioria das pessoas, apelo à vossa compreensão, na medida em que, a apresentação dos documentos previsionais por parte da Câmara, não nos dava

grande possibilidade de escolha no que a isso diz respeito. Também desejar a todos uma continuação de Boas Festas, que o ano de 2007 nos seja a todos favorável, sob o ponto de vista pessoal, familiar, profissional e sob o ponto de vista da Assembleia, naturalmente. Aproveitava ainda para informar todos os presentes que, no intervalo deste período, iremos ter a tradicional merenda natalícia.

Dizer também que, por motivos de uma ordem de trabalhos tão “carregada”, as duas intervenções por parte do público, que foram oportunamente solicitadas, terão lugar antes do início da sessão. Tradicionalmente é no fim da ordem do dia mas o nosso Regimento, no seu artigo 22º n.º 2, permite que esta intervenção possa ser em qualquer outra altura e também por uma questão de amabilidade para com estes dois munícipes, vamos dar-lhes a palavra no início. Naturalmente que, lhes peço também alguma contenção nas respectivas intervenções, não vou propriamente cronometrá-las, mas peço-lhe que tenham esse cuidado.

Pela ordem que foram efectuados os pedidos, dou a palavra ao senhor José Eduardo Rodrigues, que pediu para intervir sobre as obras públicas no concelho de Leiria.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

JOSÉ EDUARDO RODRIGUES (MUNÍCIPE)

Boa noite!

Senhor Presidente, senhores deputados, serei breve conforme pediram.

A exposição que me traz aqui a esta Assembleia Municipal, é apenas um episódio já com uma longa história. Trata-se de um traçado incorrecto de um caminho, que não cumpre conforme projectos aprovados na Câmara, razão pela qual é alvo de um processo judicial que está a decorrer.

Quer a Câmara Municipal de Leiria quer a Junta de Freguesia das Colmeias têm conhecimento deste assunto há longa data. O anterior Presidente da Junta de Freguesia das Colmeias, quis asfaltar o caminho em causa e sabendo que decorria um processo, imediatamente adiou a questão.

Há poucas semanas, a Dr.ª Fátima Sismeiro, Presidente da Junta de Freguesia das Colmeias, alargou o caminho, sem dar conhecimento aos proprietários do terreno em causa. Foi alertada a Junta de Freguesia, tal como a Câmara, verbalmente e por escrito, que decorria um processo judicial. Dias depois, estavam a asfaltar o referido

caminho. Ou seja: a Dr.^a Fátima Sismeiro foi alertada a tempo, para o facto de que as partes em litígio estavam em conversações, que duram há algum tempo, o que lhe foi completamente indiferente.

Agora pergunto, qual a credibilidade que podemos dar desta forma ao Poder Local, devem as Juntas ter competências para se repetirem episódios semelhantes a este, o problema é da lei ou de quem não é capaz de a cumprir. Neste caso, o problema está a ser meu, que estou a cumprir a lei.

Conforme prometi, fui breve. Tenho dito!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Este período normalmente não suscita muita discussão, mas penso que dará lugar a alguns esclarecimentos por parte da senhora deputada Maria de Fátima Sismeiro, Presidente da Junta de Colmeias. Faça favor!

MARIA DE FÁTIMA SISMEIRO (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE COLMEIAS)

Boa noite a todos!

Maria de Fátima Sismeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Colmeias.

Efectivamente, a situação que se verificou com a questão do asfaltamento do caminho nas Colmeias, não é exactamente como diz o senhor José Rodrigues.

Tratava-se e trata-se, de um caminho que foi aberto há cerca de treze/catorze anos, segundo o que é invocado pelas pessoas, e a Junta de Freguesia apenas, na sequência da celebração de um protocolo com a Câmara Municipal, levou a cabo o asfaltamento desse caminho. De facto, no decurso do início das obras de execução desse protocolo, foi-me levantado o problema relativamente ao litígio que existe entre dois proprietários confinantes. Não houve o alegado alargamento do caminho, e eu, tive o cuidado de chamar ao local, os proprietários confinantes, no sentido de eles se entenderem quanto à composição do litígio. Sucede que, eles ficaram de me indicar alguma solução viável para o efeito, o que não aconteceu. Entretanto o empreiteiro asfaltou uma parte, deixou a outra suspensa na parte que confina, e, entretanto, cumpriu-se o asfaltamento, quando verifiquei já estava o trabalho executado. Portanto, o alegado alargamento não se verificou, mas a Junta está disposta a contribuir para que a composição do litígio entre os confinantes se verifique. É só isto.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

06-12-29 AM

Muito obrigada senhora Presidente da Junta de Colmeias.

Portanto, este assunto já foi enviado à senhora Presidente da Câmara, para averiguar e informar se assim o entender.

Agora daria a palavra à senhora Ana Paulino, em nome da Associação de Pais e Amigos da Escola e Jardim de Infância da Guimarães. Faça favor!

ANA PAULINO (MUNÍCIPE)

Boa noite a todos.

Excelentíssimo senhor Presidente da Mesa, Excelentíssima senhora Presidente da Câmara, Excelentíssimos senhores Vereadores, Excelentíssimos senhores Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores!

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Mesa a possibilidade que nos deu de fazer esta intervenção no início e não no final da ordem de trabalhos. E, a seu pedido, obviamente que procurarei ser breve.

O que nos traz aqui hoje, a esta Assembleia, a Associação de Pais e Amigos da Escola e Jardim de Infância da Guimarães, é o dar mais um passo no âmbito de todo um processo que vem sendo desenvolvido desde 2002, junto de diversas entidades com responsabilidade no Ensino Básico e Pré-escolar, em concreto na Escola e Jardim de Infância da Guimarães, e que até à data não tem surtido qualquer efeito prático.

Intervimos já junto do Ministério da Educação, quer directamente, quer por via da DREC, quer por via do Agrupamento D. Dinis ao qual pertence a nossa escola, também junto da Câmara Municipal por via da sua Divisão de Acção Educativa e também pela vereação da Educação, na pessoa do excelentíssimo senhor vereador Dr. Vítor Lourenço, que já em 2002 exercia estas funções, e também pela Junta de Freguesia de Leiria. Este processo, como eu dizia, tem sido percorrido no sentido de que fossem criadas, na escola e jardim de infância da Guimarães, condições que permitissem o seu regular funcionamento, que passariam por possibilitar que, todas as turmas do 1º ciclo frequentassem os tempos lectivos em horário normal, que não é o que está a acontecer hoje e que não é o que vem acontecendo ao longo destes anos, temos turmas em desdobramento à semelhança também de outras escolas.

Também passaria por possibilitar que os alunos do jardim de infância tenham condições de espaço que lhes permitam desenvolver as suas actividades em ambiente propício às idades que estão a frequentar o Jardim de Infância (3,4,e 5 anos), neste momento as três faixas etárias estão todas juntas no mesmo espaço,

num espaço de dimensões restritas. Também que todos os alunos pudessem tomar as suas refeições na escola, à semelhança do que se passa em todas as escolas do agrupamento, à excepção da Guimarães e do Arrabalde, que todos os alunos também pudessem usufruir do recreio independentemente de estar sol ou estar a chover, isto porque, em dias de chuva, temos no intervalo da manhã sessenta crianças do 1º ciclo e mais vinte e cinco crianças da Pré, a partilhar um telheiro com cerca de quinze metros quadrados. Ou seja, basicamente o que é que nós pretendemos:

Gostaríamos que fossem criadas apenas, as condições necessárias e suficientes para que e reforço aqui a palavra "apenas", porque não estamos a pedir nada de transcendente, se criasse um ambiente escolar propício quer para alunos quer para professores. Esse ambiente iria contribuir com toda a certeza, para uma melhor organização e coordenação das actividades, quer lectivas quer actividades de enriquecimento curricular, quer do processo de ensino, quer do processo de aprendizagem. Isto porque, todos os alunos iriam ter um convívio na escola, não só em sala durante o tempo lectivo, mas enquanto tomam o seu almoço, enquanto partilham das suas actividades de tempos livres, podendo haver aqui uma interacção muito maior do que aquela que existe em sala, onde a actividade é mais controlada.

A resolução desta questão passa obviamente, pela realização de obras de adaptação e ampliação das actuais instalações da escola. Esta execução destas obras tem vindo, sucessivamente, a ser adiada pelos membros do executivo. Portanto, o que vem transparecendo de 2002 para cá aos Pais da Guimarães é que, a ausência da realização destas obras, destinadas a assegurar as condições básicas de funcionamento que eu referi há pouco e volto a sublinhar, condições básicas de funcionamento, não são equipamentos lúdicos, não estamos a pedir pavilhões para jogar à bola, não estamos a pedir balizas, não estamos a pedir cestos para jogar basquete, não estamos a pedir sequer mesas no exterior para os alunos poderem partilhar uma refeição no recreio, estamos apenas a pedir equipamentos que garantam o normal funcionamento da escola, do tempo lectivo. Estamos a pedir salas. Como eu dizia, o que vem transparecendo aos Pais, é que a resolução desta questão, tem passado mais do que por uma questão orçamental por uma questão política e decorridos que estão e para ser precisa, quatro anos e nove meses desde que foi oferecido inclusivamente pela Associação de Pais à Câmara Municipal um projecto de arquitectura e respectiva maqueta, consubstanciando a tal adaptação e ampliação da escola, na sequência de uma ideia lançada pelo próprio vereador Dr.

Vítor Lourenço e pela responsável pela Divisão de Acção Educativa Dr.^a Emília Francisco, e após todos os contactos que foram estabelecidos com as entidades que eu já referi há pouco, após também a entrega de dois abaixo-assinados, um em 2002 e outro em 2006, após a apresentação deste projecto à Assembleia de Freguesia, após o dar a conhecer este projecto aos partidos políticos, pareceu-nos que, o passo que se impunha agora, era vir aqui e tentar fazer um apelo aos senhores deputados. E, depois deste longo caminho, que começou em 2002 e que espero poder dizer que acabará hoje, os Pais da Guimarota sentem-se obviamente no direito de vir aqui, e exigir aos senhores deputados aqui presentes, que de acordo com o estipulado no Regimento deste órgão, concretamente na alínea h) do n.º 3 do artigo 34º, e vou citar "se identifiquem com os problemas do concelho de Leiria" e eu digo "e com este também em particular", estudando-os convenientemente em ordem de melhores e mais eficazes soluções. E que neste sentido garantam, que o executivo assuma um compromisso claro e objectivo na resolução desta questão, no que respeita a formas, no que respeita a prazos, no que respeita a orçamentos. Nesta matéria, gostaríamos então de ouvir, o que é que os senhores deputados nos poderão adiantar. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Bem, eu suponho que, aquilo que podemos fazer à semelhança do que fizemos com o assunto anterior, é que o executivo nos informe sobre o pedido feito pela Associação de Pais e Amigos da Guimarota.

ANTES DA ORDEM DO DIA

De seguida entramos no período de "Antes da Ordem do Dia" e antes da apreciação e votação da acta da sessão anterior, gostaria de dar conhecimento dos pedidos de escusa e relevação das faltas. Começava pelo pedido da senhora deputada Ana Cristina Branco, que como disse, está a ser substituída pela deputada Maria Clara Monteiro, a seguir, do deputado Filipe Vieira, que é substituído pelo deputado Firmino Fonseca, do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Maceira, que é substituído pelo senhor João Carlos Febra Ferreira, Tesoureiro da Junta, do senhor deputado António José Sequeira que é substituído pelo senhor deputado Manuel Batista, do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Monte Real que é substituído pelo senhor Rui Féteira Gaspar, do senhor Presidente da Junta do Coimbrão que é substituído pelo senhor Ventura José Rolo Tomás, Secretário da mesma Junta, do senhor

deputado Carlos André, que é substituído pelo senhor deputado António Fernandes e do senhor Presidente da Junta de Freguesia do Souto da Carpalhosa, que é substituído pelo senhor Guilherme Gaspar Domingues, Secretário da Junta de Freguesia. Julgo que todos os pedidos estão em condições de ser aceites e as substituições foram confirmadas.

Assim sendo, passávamos então à apreciação e votação da acta da sessão de 29 de Setembro de 2006.

O senhor deputado Pedro Biscaia apresentou à Mesa algumas propostas para correcção das suas intervenções registadas na acta. Eu estive a lê-las, são apenas pequenas correcções de linguística e de sintaxe, e se não houver mais pedidos de correcção, poderemos considerá-las incluídas na acta e submetê-la à votação.

Colocava então à votação a acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de Setembro de 2006.

Quem vota contra?

Quem se abstém? Três abstenções.

A acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de Setembro de 2006 é aprovada por maioria com três abstenções.

Estão abertas as inscrições para intervir neste período, sobre assuntos de interesse para o concelho de Leiria.

Tem a palavra o senhor Rui Gaspar, Secretário da Junta de Freguesia de Monte Real.

RUI GASPAR (SUBSTITUTO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE MONTE REAL)

Rui Gaspar, Secretário da Junta de Freguesia de Monte Real, em representação do senhor Presidente Faustino Guerra, pelo PS.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e senhores Deputados, muito boa noite a todos.

O motivo da intervenção nesta Assembleia Municipal, foi o facto de há semanas atrás, com algum espanto e preocupação, ter tomado conhecimento através da comunicação social, nomeadamente no Jornal de Leiria e Diário de Leiria, que três postos territoriais da GNR de Leiria e uma e uma esquadra da PSP, podem encerrar no próximo ano, segundo um estudo encomendado pelo Governo a uma Consultora (Accenture) e no qual o projecto prevê a extinção de postos da GNR com menos de doze efectivos, encontrando-se nesta situação o posto de Monte Real.

Como é natural, ficámos preocupados e de imediato solicitámos uma reunião à senhora Presidente e ao senhor Governador Civil.

A senhora Presidente manifestou-se igualmente preocupada com o hipotético encerramento do posto e que levaria o assunto à discussão na próxima reunião de Câmara, assim, como faria uma exposição ao Governo Civil e ao Ministério da Administração Interna.

Na reunião com o senhor Governador Civil, foi-nos dito que desconhecia a notícia, não havendo motivo para estarmos preocupados. No entanto, era do seu conhecimento, que estavam em estudo medidas de reestruturação das Forças de Segurança, mas nada estava decidido. No caso em apreço, não passava de uma simples notícia jornalística. Mas já diz o ditado popular "onde há fumo há fogo".

No nosso entender, a Câmara Municipal terá uma palavra a dizer, tendo em conta que o posto está a funcionar em instalações cedidas e remodeladas pela autarquia, precisamente para que fosse possível reactivar de novo o posto de Monte Real, há cerca de oito anos.

Monte Real é uma Vila, com características muito peculiares, sendo uma Vila turística e termal, pode-se afirmar sem fugir à verdade que durante a época termal e passagem de ano, é visitada por mais de vinte mil pessoas e como todos sabemos, o pior inimigo do turismo é a falta de segurança.

Não sabemos quais os métodos que são utilizados nos estudos que fazem para a reestruturação das Forças de Segurança, nem os queremos pôr em dúvida. Contudo, se são baseados no aglomerado populacional, que consta nos Censos, no caso de Monte Real não corresponde à realidade, portanto o encerramento, não pode ser baseado apenas no número de habitantes. Acresce o facto de termos na freguesia a Base Aérea n.º 5, com elevado número de militares e ainda, estar em fase de construção a variante sul em Monte Real, dando acesso directo à A17, e a construção de um grande empreendimento turístico. As potencialidades de crescimento são enormes com uma mais que provável aumento de pessoas a frequentar as Termas.

Face ao exposto, e atendendo que a Junta só por si não tem força suficiente, entendeu o executivo da Freguesia de Monte Real, dar conhecimento à digníssima Assembleia Municipal e Câmara Municipal, para que em tempo oportuno se pronuncie no que entender por conveniente. Obrigado.

JOÃO FEBRA FERREIRA (SUBSTITUTO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE MACEIRA)

Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Senhoras e Senhores.

No passado mês de Setembro, a Assembleia de Freguesia de Maceira, aprovou por unanimidade uma Moção onde manifesta a indignação que o povo de Maceira sente, pelo estado calamitoso da rede viária da Freguesia de Maceira, muito por causa das obras do saneamento básico, entretanto interrompidas.

Esta Moção teve eco nesta Assembleia com um pedido de esclarecimento, que até hoje não mereceu resposta.

Com o avançar do Inverno e das fortes chuvas, de que todos temos conhecimento, a situação como poderão V.Ex.as antever, não melhorou. Muito pelo contrário, agravou de sobremaneira. As equipas da Junta de Freguesia são impotentes para resolver o problema, pois, o *tout-venant* que temos disponível, nada resolve em tempo de Inverno.

É urgente resolver o problema, pois a segurança das pessoas e veículos que transitam na Maceira está em perigo. Todas as semanas temos reclamações sobre acidentes de viação, alguns com eco na Câmara Municipal de Leiria, a exigirem reparações monetárias sobre os estragos causados.

Urge ainda questionar os responsáveis deste executivo camarário, qual o ponto de situação do saneamento básico na freguesia de Maceira.

Todos sabemos da contenção a que somos obrigados, quer a nível do Orçamento Geral do Estado, quer principalmente a nível dos orçamentos das autarquias. Mas na Freguesia de Maceira, estamos em crer que a distribuição dos dinheiros disponíveis, não é equitativa.

O binómio número de habitantes/área geográfica *versus* os impostos pagos pelos contribuintes de Maceira, é-nos largamente desfavorável. Como exemplo temos alguns trabalhos, que com o aval da senhora Presidente da Câmara e do senhor vereador responsável pelo pelouro das freguesias em 2005, foram assumidos pela Junta de Freguesia de Maceira e não foram contemplados em 2006, e também não estão contemplados no orçamento para 2007.

Outro exemplo é, sem dúvida, a iluminação pública da freguesia de Maceira. Neste ano, que agora termina, não foi instalada na Maceira nenhuma iluminaria pública.

Como podemos nós almejar fixar os jovens e demais população na freguesia de Maceira, se não lhes criamos condições mínimas para uma vida sustentável.

A senhora Presidente afirma que os municípios e as freguesias do Concelho de Leiria, são tratadas por igual.

Mas, a nós, Maceirenses, parece-nos que o concelho rural está completamente fora da estratégia de desenvolvimento deste executivo camarário, ou não fosse o orçamento agora em discussão, dar primazia às freguesias urbanas em detrimento de todas as outras.

Aproveito para desejar a todos um Bom Ano de 2007. Obrigado e boa noite.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Tem agora a palavra o senhor deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

Senhor Presidente, Senhora Presidente, ilustres Vereadores, caros Deputados, público em geral, comunicação social, a todos muito boa noite!

Começo por desejar as Boas Festas, naturalmente desejar-vos que o ano de 2007 seja um ano positivo, quer pessoalmente quer para a nossa comunidade e para o nosso concelho.

Eu já tenho vindo aqui falar sobre a questão da segurança no concelho, e, malfadadamente, sinto a necessidade de voltar aqui a falar sobre esta questão.

Nos últimos tempos, temos assistido ao agudizar desta situação. Recentemente, verificam-se assaltos a residências, assaltos à mão armada em instituições bancárias em pleno dia, cidadãos que são molestados nas mais diversas situações, e portanto esta situação está a tornar-se insustentável. E nós, não podemos de forma nenhuma, continuar a assistir impávidos e serenos a esta matéria, como se nada se passasse.

Nesse sentido, eu penso que os órgãos que representam o concelho, têm que tomar uma posição mais firme sobre esta matéria, para que as entidades que tutelam a segurança, nomeadamente o Ministério da Administração Interna e o Ministério da Justiça tenham uma atenção mais cuidada, em relação à nossa região.

Também quero manifestar aqui a preocupação e associar-me à preocupação manifestada aqui pela Junta de Freguesia de Monte Real, relativamente à extinção ou à previsível extinção do posto da GNR de Monte do posto da GNR de Monte Real, que é mais uma machadada exactamente na prevenção da criminalidade, no apoio às populações que tão necessariamente carecem desse apoio. Mas também nos

preocupa a tão falada retirada da Polícia Judiciária daqui de Leiria. Trata-se de uma instituição que tem um papel muito importante em toda esta região, na prevenção da criminalidade e na segurança das populações e dos bens, e portanto, nós temos que manifestar também essa preocupação, no caso de estar condensado nos objectivos do Governo proceder a essa retirada. E nesse sentido, queria fazer aqui uma proposta de Moção , para ser apreciada pela Assembleia, a qual vou passar rapidamente a ler:

MOÇÃO:

“Leiria e o seu Concelho tem sido assolada por uma continuada conjugação de actos de violência, desde os assaltos a residências e a instituições bancárias em pleno dia, até a actos contra pessoas e seus haveres.

É uma situação que a todos preocupa e que apela à tomada de medidas concretas que acautelem o alastrar da situação, devolvendo a segurança aos cidadãos e ao seu património, preservando o equilíbrio colectivo.

Surgindo a informação de que, no âmbito da reforma que está a ser elaborada pelo Ministério da Justiça, a representação da Polícia Judiciária em Leiria poderá vir a ser extinta ou a sofrer uma redução substancial dos seus meios e efectivos, tal situação representará um claro contributo para uma diminuição da prevenção da criminalidade, com um conseqüente aumento da insegurança na região.

Assim, e tendo em conta este contexto, a Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 29/12/2006, manifesta:

a) A sua preocupação pelo conjunto de ilícitos criminais que se vêm verificando no Concelho e o conseqüente aumento da insegurança;

b) O apelo:

- Ao Ministério da Justiça para que mantenha em Leiria a Polícia Judiciária, reforçando-lhe os meios e os efectivos;

- Ao Ministério da Administração Interna para um reforço da presença da GNR e da PSP aumentando os seus efectivos e meios operacionais (nomeadamente com a criação de mais uma esquadra na zona urbana), e o não encerramento das actuais esquadras da PSP e Postos da GNR.”

Esta é a proposta que deixo à Mesa para apreciação.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Antes de submeter à apreciação e votação esta Moção, parece-me mais sensato ouvirmos as restantes intervenções, na eventualidade de surgirem mais algumas propostas sobre esta matéria.

Dava então agora a palavra à senhora deputada Ana Elisa Santos.

DEPUTADA ANA ELISA SANTOS (PS)

Boa noite!

Ana Elisa Costa Santos, Grupo do PS.

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Caros Deputados, Comunicação Social, Senhoras e Senhores!

O Grupo do PS considera legítimos os pedidos e pretensões da Associação de Pais e Amigos da Escola da Guimarota, solicitando à Câmara Municipal de Leiria a celeridade no tratamento deste pedido, que já vem sendo formulado desde 2002 e que necessita urgentemente de uma solução.

Queria também aqui mencionar, outras questões relacionadas com infra-estruturas degradadas das escolas EB1 e Jardim de Infância da Cruz d'Areia e EB1 do Telheiro, que já foram colocadas à Câmara Municipal de Leiria, nomeadamente ao pelouro da Educação.

Relativamente à Escola da Cruz d'Areia, colocam-se os seguintes problemas:

A vedação actual não garante a reserva necessária do espaço escolar. Encontra-se um eucalipto sobre o muro da parte detrás da escola, em vias de cair para dentro da escola, colocando em perigo as crianças. Deveria existir um portão e sistema de abertura, permitindo desta forma um controlo mais rigoroso das entradas e saídas do espaço escolar, para uma maior segurança. A iluminação do espaço escolar é deficitária. O parque infantil não tem as condições necessárias à segurança, existem infiltrações de água em algumas salas.

Quanto à escola EB1 do Telheiro, o espaço do recreio nas traseiras do edifício, não tem condições de utilização após períodos de chuva, devida à presença de lama e acumulação de água.

Será esta a resposta que nós queremos dar às crianças do nosso concelho?

Senhor Vereador Dr. Vítor Lourenço, quando é que estas situações poderão estar resolvidas?

E já agora, fica aqui uma mensagem:

“As crianças, quando conseguimos olhá-las e revermo-nos nelas, sentimos a coragem necessária para fazer melhor. Ajuda-me hoje, para que eu te ajude amanhã.”

Votos de um bom 2007 para todos.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora deputada.

Tem a palavra o senhor deputado Carlos Poço.

DEPUTADO CARLOS POÇO (PSD)

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Deputados, Comunicação Social, muito boa noite a todos!

Tendo em consideração o número de pontos e o tempo disponível, irei ser muito breve na minha intervenção. É apenas para referir aqui duas questões.

Uma tem a ver com o posto da GNR de Monte Real, já aqui foi referido por duas vezes, e portanto queria sublinhar o aspecto importante que tem aquele posto para a nossa região e deveríamos fazer aquilo que estiver ao nosso alcance para impedir que ele seja retirado ou extinto.

O outro, tem a ver com as intempéries que ocorreram na nossa região e que destruíram vários pontões, várias estradas, enfim, causaram uma série de prejuízos, e com as restrições orçamentais que temos no nosso Município e com as restrições que vêm com a nova Lei das Finanças Locais, torna-se muito difícil a autarquia fazer face a este tipo de reparação, com os meios próprios.

Já foi efectuada uma visita pelo Ministro da administração Interna à nossa região, no caso ao nosso Distrito, a Pombal, e prometeu dar algum contributo mas nada de concreto. E até hoje, segundo consta, penso que não vai haver esse tipo de apoio.

Nesse sentido, eu pedia à Assembleia, que aprovasse uma Moção, que apresentarei de seguida, que basicamente solicita ao Governo, uma linha de crédito com juros bonificados, para que se possa fazer face a este tipo de reparações que são absolutamente necessárias para o nosso concelho e que, de outra forma, vão prejudicar muito outro tipo de acções da Câmara.

MOÇÃO:

“1 – Considerando as fortes intempéries ocorridas em Outubro último e que afectaram particularmente o Concelho de Leiria;

06-12-29 AM

2 – Considerando os elevados prejuízos causados pelas mesmas, nas vias de comunicação, nomeadamente em pontões quer de acesso a aglomerados urbanos quer a explorações agrícolas/florestais;

3 – Considerando a urgência em reconstruir/construir estas vias de comunicação;

4 – Considerando os custos elevados que estas obras acarretam para este Município;

5 – Considerando as dificuldades orçamentais criadas pela nova Lei das Finanças Locais às autarquias;

6 – Considerando a importância que estas vias de comunicação revestem para a qualidade de vida dos cidadãos:

A Assembleia Municipal de Leiria delibera solicitar ao Governo apoio, através da criação de uma linha de crédito com juros bonificados, para fazer face aos elevados custos com as obras em causa."

E finalmente queria sublinhar, um facto que já conhecido de todos nós, que foi apresentado na comunicação social, que tem a ver com o arquivamento do processo relativo às contas da autarquia.

Foi um assunto polémico, foi feita uma queixa no Ministério Público, o Ministério Público investigou, e o Ministério Público mandou arquivar o processo por não encontrar nenhum ilícito.

Nesse sentido, queria só sublinhar este aspecto, de que as compras não apresentam nenhuma irregularidade, do ponto de vista do Ministério Público. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem a palavra o senhor deputado Vitorino Vieira Pereira.

DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)

A todos desejo uma boa noite, com os votos de um próspero Ano Novo.

Na última Assembleia Municipal, todos os partidos votaram contra a proposta do Bloco, que ia no sentido da manutenção do aterro sanitário da Valorlis no local onde se encontra, e somente duas vezes mais se insurgiram contra o que se esboçava.

A transferência do mesmo, com os enormes custos que todos tinham a consciência de existir (ambientais, sociais e económicos), mas que o agradar a clientelas políticas

e não só, levava a esquecê-los da sua obrigação - servir a população e não servirem-se dela.

Felizmente que, a nossa posição foi corroborada pelos restantes municípios e pela Empresa Geral de Fomento SA, e acabaram por vingar os reais interesses dos municípios. Chamamos esta questão à colação não só pela satisfação do resultado obtido, mas também porque nos parece que deveríamos ponderar na circunstância inédita e tirarmos daí a ilação necessária, de que face a uma situação igual para todos os partidos, a manutenção ou não do aterro sanitário da Valorlis, todos eles com exclusão do Bloco de Esquerda, votaram contra em Leiria, com plausíveis justificações, e a favor nos restantes municípios, inclusive no Município que também sofre as consequências directas do aterro (o da Marinha Grande) e aí já esgrimiram armas diferentes e opiniões contrárias às emitidas em Leiria.

Que confiança se pode ter em tais partidos?

Perto do Natal mas antes dele, tive um pesadelo. A parte do Programa Polis que tinha sido efectuada, estava a ser destruída lenta e inexoravelmente. Desde a zona da Guimarota, com árvores caídas e os caminhos já pouco transitáveis, e isto antes mesmo de já ser aberto ao público, madeiras soltas, bebedouros e lâmpadas destruídas, os jardins e as pontes para o lado de Santo Agostinho já em mau estado e a entrarem em degradação, bem como, o jardim junto à Fonte Luminosa e outros, apresentavam também um mau aspecto dando a ideia de desleixo.

Cabe aqui afirmar que, o Bloco sempre apoiou este projecto, embora estivesse em desacordo com a maneira como foi conduzido, sobretudo no que se refere à inexistência de concursos para as construções.

Vi os nossos espaços verdes (poucos é verdade) entrarem em decadência. E tudo porquê? Porque não funcionavam como devia as estruturas de apoio? Porque a Câmara de Leiria, não tinha nem vai ter a curto prazo, dinheiro para a manutenção?

Perto do Natal, felizmente, fui compensado com um sonho. Figuras de anjos, esvoaçavam carregando rolos de papel e fitas de decoração à volta do Estádio, e com aqueles materiais fizeram um enorme embrulho com o nosso Estádio lá dentro. Depois, bem, depois ofereceram-no, não sei a quem, confesso, não consegui identificar. A verdade é que, com o sonho tínhamos ficado sem o Estádio, o Estádio já não era do Município. Ao mesmo tempo começaram a surgir os nossos espaços verdes e as zonas do Polis com um belo aspecto, bem tratadas, e as árvores e as plantas a florirem. E, tudo isto porquê? Porque aqueles seres benfazejos que

entregaram o Estádio, nos devolviam mais de mil contos por dia. Com este dinheiro, o Município podia, sem fazer qualquer esforço económico, pagar todas as despesas de manutenção de todas as estruturas criadas pelo Programa Polis, mais o tratamento das zonas verdes da cidade, e ainda sobraria dinheiro para dar às freguesias, que tão necessitadas estão de recursos económicos.

Porque motivo meus senhores, não temos a coragem de fechar o Estádio? Como permitir a construção de um monstro igual e ao seu lado, com o fim de o sustentar? Sim, sustentar o monstro destruidor, que nos vai engolindo na sua voracidade.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Agora dou a palavra ao senhor deputado José Manuel Verdasca. Faça favor!

DEPUTADO JOSÉ VERDASCA RODRIGUES (PSD)

Senhor Presidente da Mesa, Senhora Presidente da Câmara, Caros Vereadores, caros colegas Deputados, representantes da Comunicação Social, e de mais presentes, a todos uma boa noite.

Se me permitirem, peço a devida autorização para dar uma informação que razões de ética e de correcção me levam a fazê-lo.

Ontem, realizou-se mais uma Assembleia de Freguesia de Marrazes, e no final, fiz uma declaração, que se me permitirem, passarei a ler muito rapidamente:

“Desde há cerca de dezasseis anos que estou ao lado das soluções para a Freguesia de Marrazes. Essa será sempre a minha tendência, a minha postura e a minha orientação, porque a terra onde vivo é a minha terra. Com a consideração e a dignidade que este órgão me mereceu e merece, decidi colocar o meu lugar à disposição da Assembleia de Freguesia de Marrazes. Brevemente, convocarei uma sessão extraordinária desta Assembleia de Freguesia, com pelo menos um ponto de ordem de trabalhos – a eleição do novo Presidente da Assembleia de Freguesia de Marrazes.

Com todo o respeito pela população, o meu muito obrigado, os meus cumprimentos e a todos um bom ano novo. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Daniel Carvalho!

DEPUTADO DANIEL CARVALHO (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA BAROSA)

Daniel Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia da Barosa.

Boa noite a todos!

Em primeiro lugar e aproveitando esta oportunidade de vir aqui, desejo a todos uma continuação de Boas Festas e um Bom Ano de 2007.

Senhor Presidente da Mesa, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social!

Como estamos lembrados, na última sessão da Assembleia Municipal, foi aqui deliberado por maioria, apoiar a decisão da Câmara, no sentido de dar cumprimento ao acordo parassocial da empresa Valorlis. Depois da reunião de accionistas da Valorlis no dia 24 de Outubro, foi aprovado manter o aterro em Leiria com o voto contra do Município de Leiria, contrariando a decisão da Assembleia Municipal, que é um órgão político que defende os interesses do concelho, vindo a prejudicar as populações que nos últimos dez anos mais sofreram com a localização deste mesmo aterro.

Para fazer cumprir esse acordo, a Câmara vai solicitar a constituição de um Tribunal Arbitral, que conforme veio na comunicação social, é composto por um representante da Valorlis, outro do Estado, e um terceiro definidos por ambas as partes. Com esta composição, como podem verificar, Leiria deixou de reivindicar o cumprimento do acordo, porque, se é o único accionista contra, deveria nomear um representante para defender a vontade política do concelho e as populações. Caso contrário não haverá muito a dizer, se estes três representantes votarem favoravelmente a manutenção do aterro naquele local.

Se isso acontecer, e coloco a questão à senhora Presidente da Câmara, o que é que a Câmara vai fazer, porque as populações da Barosa, dos Parceiros e até mesmo da Maceira, não vão aceitar continuar a receber o lixo, principalmente de outros concelhos. Por isso, era essa a informação que eu gostaria que fosse dada. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Julgo que no final das intervenções, a senhora Presidente irá responder a essa questão e às outras já colocadas.

Dava agora a palavra ao senhor deputado José Cunha.

DEPUTADO JOSÉ CUNHA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA BARREIRA)

José Cunha, Presidente da Junta de Freguesia da Barreira.

Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Deputados, Comunicação Social, Senhoras e Senhores!

A Junta de Freguesia da Barreira tem sido questionada sobre a situação em que se encontra a construção do Jardim de Infância do Telheiro, que de forma incompreensível, se arrasta há mais de quatro anos. A conclusão desta infraestrutura, é de capital importância para a Freguesia, devido ao crescimento demográfico que se verifica principalmente no lugar do Telheiro, e isto porque jovens casais, potenciais contribuintes para o aumento da taxa de natalidade, tão necessário à nossa região e ao nosso País.

Os pais e educadores têm manifestado a sua preocupação e o seu descontentamento à Junta de Freguesia e à Câmara Municipal, na pessoa do seu vereador Dr. Vítor Lourenço, quer aos técnicos, e até junto do autor do projecto, sobre o atraso na conclusão do infantário e dos seus problemas funcionais.

De facto, ter crianças a efectuarem o seu percurso pré-escolar num estaleiro de obras, não dá confiança nem segurança a pais e a educadores. Ter crianças, educadores e auxiliares a percorrerem no seu dia adia cerca de quarenta metros, de uma sala de actividades para a outra, à chuva ou ao vento, em passagens de terra batida, com degraus, e onde a drenagem das águas é inexistente, não é saudável.

E para além de toda a sujidade que gera, provoca uma elevada deterioração de todos os equipamentos. Enquanto não se acaba a obra, onde está previsto cozinha, refeitório e salas de actividades lúdicas, as refeições são ministradas no hall de entrada de uma das salas.

Fico com a ideia de que, ninguém foi ouvido quanto às soluções arquitectónicas escolhidas e que no decorrer da obra não foram ouvidas as preocupações dos pais e dos educadores, nem as opiniões dos técnicos do Município, e muito menos a Junta de Freguesia, ficando patente alguma teimosia senão prepotência, do autor do projecto.

Com estes problemas, e juntando o facto que o Jardim de Infância do Telheiro só tem capacidade para vinte e cinco crianças, deixando muitas delas em lista de espera, os pais têm optado por colocar os seus filhos em jardins de infância de outras localidades do concelho, e mais grave ainda, em espaços educativos fora do

concelho. Por este andar, quando a obra estiver acabada, estará desajustada das reais necessidades.

Este, é meio caminho para a diminuição das crianças nas escolas do Ensino Básico da Barreira, e o seu conseqüente encerramento por falta de alunos. É esta a resposta que vamos dar para a melhoria da qualidade de vida na Educação? Será este o exemplo de capacidade de trabalho, de rigor, de responsabilidade, que queremos transmitir às crianças que num futuro próximo terão nas suas mãos o destino do nosso concelho e do nosso País?

Se o senhor Presidente me permitisse, eu gostaria de perguntar ao Dr. Vítor Lourenço, enquanto vereador responsável pelo pelouro da Educação, quando é que terminam as obras. E queria também fazer um pedido à senhora Presidente, que ponha mão nisto, retire quem está a emperrar o processo, afinal de contas a senhora é a responsável máxima do Município. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

A seguir, tem a palavra o senhor deputado José Esteves.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

Boa noite a todos.

A questão que eu queria colocar, antes da ordem do dia, é exactamente uma que já foi aqui colocada também, pelo Presidente da Junta de Freguesia da Barosa, em relação à Valorlis.

E antes de mais, gostaria de dar resposta a uma questão que aqui foi colocada, que é o facto de eu ter aqui votado a favor da saída do aterro da Valorlis do sítio onde está, e na Marinha Grande terem votado o contrário.

Em primeiro lugar gostava de dizer que me honra muito, não ter esse tipo de comportamento de solidariedade partidária, que me levaria a pôr em causa, os interesses das pessoas que me elegeram, para defender outros interesses. Não pensem que a minha solidariedade vai a esse ponto, que não vai. E portanto, quando eu vir que são os interesses do concelho que estão em causa, são esses interesses que prevalecem acima de qualquer outro. E por isso, não podem esperar do elemento da CDU, que diga aqui uma coisa, e sabendo como sabe porque foi também com ele que aqui se decidiu, a saída do aterro sanitário, um acordo com todos os municípios, que sairia daqui num prazo de dez anos, sendo Pombal o

Município de rotação, que me venham agora aqui (seja quem for) dizer que Leiria tem que ser o caixote do lixo de toda a gente, quando ninguém quer resolver este problema de forma colectiva e de forma solidária. E a questão que eu ponho é esta:

Eu li a informação do Município, em que não há uma palavra sobre esta matéria, e eu julgo que isto exige (para tomarmos aqui uma decisão) ver todos os ângulos, não apenas judicial mas outros.

Eu não sei se estão dependentes do Município de Leiria para o licenciamento, por exemplo, da movimentação de terras, do alargamento de instalações, etc. Na minha opinião, o Município de Leiria não dá licenciamento, ou cumprem o acordo e cumprem-no acordando connosco, ou não dá! É que há aspectos com os quais não há possibilidade de ser complacente. E não me interessa o que a Marinha Grande diga ou Pombal diga, digam o que disserem e quem quiser, mas há um acordo que não foi respeitado, não estão a ter em conta os interesses do concelho de Leiria e das populações, e o resto é conversa, não tem nada a ver com solidariedades partidárias. Estamos a discutir problemas nossos muito concretos daqui.

A outra questão, também tem a ver com o problema do Plano Director Municipal, o problema do funcionamento das Comissões. Em relação ao Plano Director Municipal, já lá vão três meses, tínhamos ficado de tomar alguma iniciativa no sentido de começarmos também a ver aspectos relacionados com a revisão. Bem, até hoje não tomámos nenhuma iniciativa. Há pouco tempo fizeram uma proposta em relação ao Centro Histórico mas não se encontrou a data para a Comissão reunir, mas por exemplo, em relação à outra Comissão do PRACE, também não se tomou nenhuma iniciativa.

Eu julgo que nós não podemos funcionar só em plenário, porque isto cria uma certa dificuldade, não dá para intervir, no sentido de propor e ajudar também a resolver, o espaço que fica é um espaço de diferenciação no plano político e julgo que há gente com vontade também de contribuir com propostas, com soluções e não só apenas com a crítica. Ora, em plenário, é muito difícil fazer isso. Como é difícil, por exemplo, resolver problemas como aquele que foi aqui posto, embora julgue que talvez seja possível encontrar uma solução entre todos os partidos, mas hoje temos um problema real. A Dr.^a Ana Paulino veio aqui pô-lo, mas é um problema se calhar generalizado, como já aqui ouvimos da Barreira e como é se calhar dos Marrazes, mas para o qual é preciso encontrar respostas. E eu sou uma das pessoas, nomeadamente da Associação de Pais da Guimarota, que aqui vem, porque é preciso

de facto que se assumam também as populações nesse sentido, que vêm aqui dizer que os seus filhos têm dificuldades e que estão numa situação difícil.

Daí que, eu perguntava também à senhora Presidente da Câmara, porque se a Assembleia tiver que tomar alguma iniciativa gostaríamos de ouvir primeiro a senhora Presidente da Câmara, e desde já reservar alguma iniciativa da Assembleia Municipal nesta matéria depois de a ouvir, se não acha que é justa a pretensão da Associação de Pais da Guimarães e se não acha que podíamos tomar alguma iniciativa com alguma brevidade, se não for para dar resposta a tudo pelo menos para dar resposta a alguma coisa.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Eu suponho que isso corresponde também a uma certa forma de moção, não sei se a quer apresentar formalmente.

Agora dava a palavra à senhora deputada Manuela Santos.

DEPUTADA MARIA MANUELA SANTOS (PS)

Boa noite!

Manuela Santos, Partido Socialista.

Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, Excelentíssima senhora Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Presidentes de Junta, caros colegas, minhas Senhoras e meus Senhores.

Duas questões me trazem hoje a esta bancada. A primeira delas, tem a ver com o dia escolhido para a realização desta sessão.

Como todos sabemos, a Assembleia Municipal tem anualmente cinco sessões ordinárias: em Fevereiro, Abril, Junho, Setembro e Novembro ou Dezembro, a realizar conforme estipulado na lei e no Regimento Municipal.

Nos últimos anos, a última destas sessões, tem vindo a realizar-se sistematicamente nos últimos dias do mês de Dezembro. A de hoje, no dia 29 de Dezembro, véspera de um fim de semana prolongado. O PS está e sempre esteve disponível para se fazer representar na última sessão do ano, querendo eu também deixar claro, que quer pessoal quer profissionalmente, em nada me afecta esta situação. Parece-nos contudo, que este procedimento deveria ser repensado, já que, seguramente, a excepcional realização desta última sessão, no início ou meados de Dezembro, em nada prejudicaria os interesses do concelho. E seria seguramente mais simpático,

para todos aqueles, sejam eles membros desta Assembleia ou munícipes, que pretendem ausentar-se nesta altura do ano. Aqui fica a sugestão.

A segunda questão, prende-se com a intervenção do representante da Junta de Freguesia de Monte Real, Junta com a qual naturalmente nos solidarizamos.

As notícias veiculadas pelos órgãos de comunicação social, relativamente a um potencial encerramento do posto da GNR de Monte Real, ainda que não confirmadas, leva-nos a várias reflexões. Se é aceitável e até recomendável, que seja feita uma reestruturação das forças de segurança, devendo a mesma socorrer-se dos estudos técnicos, essa reestruturação deverá ser também e ainda, uma decisão política.

A segurança é hoje em dia, mais do que nunca, um dos pilares do crescimento e desenvolvimento das regiões. A Freguesia de Monte Real, tem características únicas, não só para a saúde como para o descanso e lazer. Rodeada de pinhal, praias e monumentos, esta freguesia é um motor potencializador do crescimento do concelho de Leiria, nomeadamente do ponto de vista turístico e termal, sem esquecer ainda, a importância da localização da Base Aérea n.º 5.

Razões que não são seguramente alheias ao investimento que aí está a ser feito, para que estas premissas se mantenham é do máximo interesse que Monte Real continue a ter uma representação efectiva das forças de segurança.

Por isso propõe-se, a intervenção do Presidente desta Assembleia, junto do Governo Civil de Leiria e do Ministério da Administração Interna, para que este assunto seja devidamente ponderado e não caia no esquecimento. Obrigada a todos.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora deputada.

Também aí parece haver uma proposta e essa proposta tem algo de comum com a proposta apresentada inicialmente pelo senhor deputado João Cunha e pelo senhor representante da Junta de Freguesia de Monte Real. Penso que isto poderia ser fundido numa única proposta.

Tem agora a palavra o senhor deputado Leonel Costa.

DEPUTADO LEONEL COSTA (INDEPENDENTE)

Boa noite!

Senhora Presidente, Senhor Presidente da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores!

O Natal já lá vai e o fim do ano está a terminar, aproveito para a todos desejar um fim de ano o mais feliz possível, com saúde paz e amor.

Nesta Assembleia, como é natural, é o centro nuclear para discutir, opinar, criticar, propor ideias evidentemente, transmitir aquilo que nos vai na alma, razão pela qual fomos eleitos. Mas como nem em tudo estamos correctos, é bom que em determinados momentos, devamos reflectir sobre tudo o que de bom e mau vamos dizendo e que nos vai acontecendo.

Evidentemente que nem tudo é bom, como já tivemos ocasião de ouvir. Sendo que, também temos coisas boas, gostaria de trazer um pouco de luz e paz a esta Assembleia – redacção que acabei de fazer.

E para isso, louvar e felicitar a senhora Presidente da Câmara e respectivo executivo, pela linda iluminação de Natal, e isto na minha opinião com certeza, pois, depois de muitos anos, é das mais lindas que temos. Pois talvez, esta linda iluminação nos ilumine a todos a melhorar a nossa performance, assim como melhorar todas as nossas ideias futuras, pois só desta forma poderemos melhorar o nosso sucesso e o de todos aqueles que nos elegeram.

Boas Festas a todos e um excelente ano de 2007. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Antes de chamar o próximo interveniente, queria apenas esclarecer a senhora deputada Manuela Santos, sobre a marcação da data desta sessão.

Há uma dificuldade aqui, que é, tendo e conta os prazos de convocatória e o prazo de entrega dos documentos, a apresentação dos documentos por parte da Câmara. A senhora Presidente disse-me que se torna muito difícil apresentá-los mais precocemente. Há aqui duas coisas que provavelmente se poderão fazer:

Eu acompanhei e é uma preocupação minha, a comunicação social no meu distrito (Coimbra) e mesmo em Leiria, e verifiquei que noutros concelhos se estão a realizar muitas sessões de assembleias esta semana. Contudo, fazê-la esta semana, numa sexta-feira, talvez não tenha sido uma boa ideia da minha parte. Mas como tínhamos tomado a decisão de realizar as assembleias na última sexta-feira do respectivo mês, não pensei que isso nos trazia exactamente em cima deste fim de semana. Portanto, para o próximo ano, pelo menos isso, eu farei questão de marcar esta sessão para o início da semana. Peço desculpa pelo inconveniente que possa ter causado.

Tem agora a palavra o senhor deputado Domingos Carvalho. Já agora, alerto a todos que não podemos permitir mais inscrições porque estamos em cima do limite de tempo e peço às pessoas que eventualmente se tinham inscrito e não intervieram, por não terem sido chamados, o favor de se manifestarem para que ainda o possam fazer.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

Boa noite a todos, reitero as saudações já apresentadas. E eu vou fazer aqui uma intervenção ligeiramente diferente, da que tem sido aqui feita e que me parece importante saudar.

E venho saudar de uma forma que, enquanto estive na Assembleia era habitual fazer, um pedido à senhora Presidente da Câmara. Não o fiz ao longo deste ano mas, agora que estamos a completar um ano de acordo de estabilidade governamental no concelho de Leiria, e independentemente das questões de balanço, que na verdade eu pessoalmente ainda não tive oportunidade de fazer de uma forma exaustiva, como deveria ter feito, mas a minha vida profissional não me tem permitido, quero no entanto saudar, tudo o que de bom aconteceu e pedir ao executivo que, por favor, no que for possível, empenhem-se mais ainda porque na verdade acho que podemos ainda melhorar. Volto a dizer, acho que haverá um momento adequado para fazermos um balanço e acho que é importante que o façamos, e dentro desta questão, eu vou falar de uma matéria que a mim me é muito querida por uma razão muito simples, porque é aquela que eu acho que diariamente colide com a vida de todos nós, que é a circulação rodoviária.

A circulação rodoviária, em particular o senhor Eng.º Fernando Carvalho, é uma questão que a mim, por razões profissionais me obriga a andar imenso de carro, me preocupa imenso. E há pequenas coisas que são baratas e que acima de tudo expressam respeito pelos cidadãos que estão a andar de automóvel.

O primeiro exemplo, que eu queria pedir ao senhor vereador que por favor fizesse cumprir, era a legislação que rege as lombas viárias. Que Juntas de Freguesia em determinado momento no passado as não tenham cumprido, que em alguns casos a Câmara o não tenha cumprido parece-me aceitável, tenho mais dificuldade em aceitar que o Polis tenha feito algumas lombas que são verdadeiros atentados à circulação. E na verdade, eu refiro por exemplo, ali junto à Ponte dos Caniços, junto

à bomba da Total, a que vem da Rua Miguel Torga, há ali umas lombas que são uma coisa inaceitável. E eu faço este apelo, basicamente por uma razão, porque o senhor Arquitecto Moreira de Figueiredo manifestou algum desgosto com os automóveis, eu como infelizmente sou daqueles que ando de automóvel não porque ando a passear mas porque é uma ferramenta de trabalho, peço que haja consideração para quem tem o automóvel como ferramenta de trabalho (e não sou taxista). Portanto, este é um exemplo que eu acho gritante.

Há um outro que queria pedir também que fosse analisado. Junto à Zara, havia marcado na estrada umas setas a indicar o sentido da direcção, e neste momento com a reformulação que existiu naquela zona de intervenção do Polis, aquelas setas hoje em dia em vez de facilitarem são um factor de complicação, porque quem vem no lado direito depois vai para a esquerda, porque havia três faixas e passa a uma e meia. Portanto senhor vereador, era importante que pudesse haver uma intervenção, são pequenas coisas mas eu acho que contribuem imenso para a qualidade de vida que todos desfrutamos no dia a dia.

Uma que também já tive oportunidade de lhe referir mas que é gritante e que lhe peço a intervenção urgente, e eu aproveito para referir o que a senhora da Associação de Pais da escola da Guimarota aqui referiu, nós de facto temos estatutariamente a obrigação de conhecer os problemas do concelho. Eu devo dizer que não me sinto exactamente penalizado por isso, porque faço um esforço para o fazer, e também, em campanha eleitoral eu pedi às pessoas das freguesias, que nos fizessem chegar exactamente esta informação, porque obviamente, nós não podemos saber tudo o que se passa. E é para isso que esta casa existe e é também para que possamos fazer este tipo de intervenção.

E dentro desta matéria, voltando à questão do trânsito, a Escola Comercial Domingos Sequeira, digo-lhe uma coisa senhor vereador, eu já estive em países como a Nigéria, como a Costa do Marfim, mas ali garanto-lhe que é pior. Não há qualquer lógica no funcionamento do trânsito, eu já propus ao senhor vereador que estatua um funcionamento tipo rotunda, com circulação pela direita, porque aquilo que mais me aborrece nestas questões é ver que possam existir concidadãos nossos, que se aborrecam uns com os outros, por causa de coisas que com facilidade podem ser regulamentadas, facilitando a vida a todos.

Por último, Senhora Presidente, quero-lhe pedir aqui também a sua intervenção.

Eu devo dizer que nunca me tinha apercebido, num período em que terá sido muito mau, o funcionamento da estação de correios, no final da estrada Nossa Senhora do Amparo (estrada dos Marrazes). Ou seja, chego à conclusão pelo que me dizem, que houve períodos em que foi muito pior do que é agora. Tenho lá uma colega no meu escritório que me diz que “isso é porque tu só agora é que lá passas, dantes era muito pior”. Senhora Presidente, eu não quero nem sequer pensar como é que era no passado, agora que eu lá passo todos os dias para levar a minha filha à escola, até me faz doer a alma. É uma coisa perfeitamente surreal e que lhe peço, até porque acho que há algum tipo de acordos estatuídos com os próprios CTT, que aquilo que é para servir a própria população como seja a questão dos apartados, que tenha condições aquela empresa para fazer cumprir esse serviço com eficácia e prestando o menor incómodo possível à cidadania.

Terminada esta questão, que como viram é no sentido de que possamos claramente tentar ainda todos empenharmo-nos em fazer melhor pela população do concelho, eu não posso deixar de referir também a questão da Valorlis. E por uma razão muito simples: Não exactamente porque hoje já não vejo o lixo como lixeira, cada vez mais eu vejo o lixo como uma possibilidade de fabricação de riqueza, mas não é por aí que eu quero ir, ou seja, em relação a esta matéria, como tive oportunidade de aqui dizer na pretérita Assembleia, fiquei francamente dividido. E fiquei dividido porque a senhora Presidente em determinado momento tinha-nos apresentado uma questão que me parecia óbvia, relativamente à possibilidade de aqui ficar a actividade económica/aterro sanitário, em que o interesse das populações é determinante nestas questões. Até porque há uma coisa que eu detesto, é que em relação a coisas que são óbvias e acordos que são feitos, estes não sejam cumpridos. Eu procuro sempre ser um homem de palavra e como tal, quando eu dou a minha palavra e faço um acordo eu não falho. Fico muito irritado quando o fazem comigo.

Em relação à questão da escola da Guimarota, obviamente que, aquela questão em particular não pode ser minimizada. Agora, como tivemos oportunidade de ver aqui, eu tive oportunidade de expressar ao deputado José Augusto Esteves que estava a promover uma proposta sobre a matéria, há uma coisa que eu não quero que aconteça. Houve um período em que se falava em Portugal “quem se mexe não sai nem fotografia”, e eu não quero que agora passemos à inversa “ quem não se mexe não sai na fotografia”, ou seja, aquilo que me preocupa nesta questão é que possa existir uma situação em que as pessoas porque são mais afoitas, ou porque têm

melhor formação, melhor capacidade etc., porque falam, tenham os problemas vistos em detrimento dos outros que não têm essa capacidade de intervenção. E portanto, aquilo que acho que é importante, é fazer um apelo ao senhor vereador da Educação para que, obviamente analise estas questões e dentro do possível, e para cumprir também o programa sobre o qual nomeadamente fui eleito, que todos neste concelho possamos ser tratados por igual. É esse o grande desígnio que eu deixo, aproveitando para vos saudar, desejando um excelente 2007. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Pedro Biscaia!

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Sem mais delongas e para economia do tempo gostaria de colocar três perguntas muito concretas à Vereação da Câmara Municipal:

1 – Relativamente ao Parque da Cidade, quem é responsável pela manutenção (no caso, da falta dela) do avião classificado no Plano de Pormenor 3 do Polis como objecto de interesse patrimonial? O estado de abandono e degradação em que se encontra é negativo na preservação daquele renovado espaço público que, assim, vai atrair mais vandalismo, no chamado “síndrome da janela partida” na expressão do ex-mayor de Nova Iorque Rudy Giuliani.

2 – No mesmo Parque, qual é o ponto de situação relativamente à concessão de exploração das estruturas de apoio previstas para esplanadas as quais, mesmo antes de serem abertas, já apresentam sintomas de envelhecimento precoce?

3 – Os residentes das zonas de estacionamento de duração limitada receberam, há dias, uma circular subscrita pelo Vereador Fernando Carvalho, explicando os motivos da suspensão da emissão dos cartões de livre estacionamento. Acontece que nessa mesma comunicação é referido que o projecto de Regulamento Municipal sobre tal questão se encontra “em período de apreciação pública” antes da sua discussão em Assembleia Municipal, no primeiro trimestre de 2007.

Ou há distracção da minha parte ou há lapso da comunicação referida, pois desconheço os moldes e os prazos desse período de apreciação pública, pelo que solicitava o devido esclarecimento.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem agora a palavra o senhor deputado Fernando Antunes , Presidente da Junta de Freguesia dos Pousos.

DEPUTADO FERNANDO ANTUNES (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DOS POUSOS)

Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia, senhores Secretários da Assembleia, senhora Presidente da Câmara, senhores Vereadores, caros colegas, imprensa, a todos boa noite!

Como sabem, não é meu hábito intervir nestas sessões mas, perante determinados dados, que até são do conhecimento público, tenho de me manifestar.

Li em jornais da cidade, que a senhora Presidente da Câmara negou ter prometido apoio financeiro para obras, sem firmar o respectivo protocolo com as Juntas de Freguesia, e desafia estas a apresentarem documentos comprovativos das suas promessas. Os que desconhecem os factos, podem entender que a “carapuça” me serve, e, como quem cala consente, entendo ser meu dever prestar aqui os devidos esclarecimentos.

Estava longe de imaginar que iria necessitar de documentos com as transcrições das conversas que tive com a senhora Presidente da Câmara, referentes a acordos verbais, pois, até à data, sempre nos baseámos na boa fé, que sempre funcionou.

Na verdade, a Junta de Pousos, efectuou algumas obras na Freguesia antes de ser elaborado o respectivo protocolo de delegação de competências. Não temos tido problemas mas há casos que continuo a aguardar o apoio do Município nomeadamente:

1 - Adro da Igreja de Pousos

A Comissão Fabriqueira da igreja solicitou à Presidente da Câmara, no local, na minha presença, um arranjo da área exterior da igreja, incluindo um muro de delimitação da propriedade. A senhora Presidente atendeu este pedido dizendo que, encarregava a Junta de Freguesia de efectuar os trabalhos, pois, conhecendo o Presidente e sabendo entender-se com ele, não tinha quaisquer problemas e mais tarde arranjaría forma de encaixar a despesa. Isto aconteceu em 2004 e até à data estes trabalhos não foram oficializados para serem pagos.

2 – Balneários Femininos da zona desportiva

Na presença da direcção do GRAP, senhor Manuel Faria, e no local, foi exposta a necessidade urgente de construir estas instalações. Dado os compromissos desportivos assumidos, a senhora Presidente da Câmara disse-me – faça – a Câmara apoiará 50% (são quatro mil contos). Estes também foram em 2004 e até à data, como no caso anterior, nada recebi e nada foi oficializado.

3 – Rua Barão de Viamonte e Rua do Arraial

A Junta expôs à senhora Presidente da Câmara, a necessidade premente de alargar estas vias e de construir passeios. A senhora Presidente concordou e mandou efectuar os trabalhos, as várias medições necessárias foram efectuadas pelo Fiscal, senhor Paulo Sousa, por ordem do Eng.º Fernando Carvalho, que se deslocou ao local sempre que foi preciso. As obras estão terminadas e tal como nos casos anteriores, nada foi oficializado nem pago. As despesas com estes trabalhos, ascendem a um total aproximado a cento e trinta mil euros.

E eu pergunto, o que é que faço, ao tomar conhecimento dos comentários feitos pela Presidente da Câmara que diz, que nos casos em que não exista qualquer compromisso documentado, as obras são por conta e risco das freguesias.

Existe correspondência trocada sobre estes assuntos, entre as duas autarquias, nas diversas reuniões efectuadas coma Presidente da Câmara, foi sempre entregue documentação referente a estas obras e sempre nos foi dada a esperança de vir a receber as respectivas verbas. Não podem dizer que não tinham conhecimento!

4 – Entretanto está a decorrer a construção do Posto de Saúde e sede da Junta, cujo projecto engloba um auditório. Em reunião na Câmara, com a senhora Presidente e o Eng.º Fernando Carvalho e o executivo da Junta dos Pousos, foi-nos dito que, devido a dificuldades financeiras, a Junta deveria dar preferência a uma obra à escolha em detrimento de outras. Perante isto, e porque o edifício em construção não fica pronto sem o referido auditório, deu-se a preferência a esta obra para a qual a Câmara se comprometeu com a comparticipação, a ser previsto no seu Plano de Actividades para 2007/2010.

Gostaria que me dissessem, onde é que esta se encontra referida no Plano?

Sempre acreditei que, quando diversas entidades trabalham com a mesma finalidade, como é o caso, em prol de uma comunidade, a confiança deve ser mútua e real e os benefícios devem ser divididos equitativamente e não individualizados.

Por motivos que sejam eles quais forem, na presente circunstância considero mesquinhos, e espero e desejo sair daqui, a continuar a acreditar na boa fé das pessoas de quem depende a evolução das freguesias deste concelho.

Posto isto, agradeço a atenção que me dispensaram e desejo a todos um Feliz 2007.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Francisco Francisco!

DEPUTADO FRANCISCO FRANCISCO (CDS/PP)

Boa noite a todos.

Excelentíssimo senhor Presidente da Mesa, senhora Presidente da Câmara, senhores Vereadores, caros colegas, Comunicação Social, Senhoras e Senhores!

Como principal visado do chamado caso “Contas da Câmara Municipal de Leiria”, não posso deixar de ter uma palavra após o encerramento do processo.

Fomos informados pela Comunicação Social de que, foi arquivado o processo que decorria no Ministério Público, sobre as contas da autarquia dos anos de 2004 a 2006 nomeadamente, o Balanço e a Demonstração de Resultados na aplicação do POCAL.

O problema que levantei aqui foi estritamente de ordem técnica, onde foi demonstrado e mais tarde confirmado por terceiros, que os documentos de Prestação de Contas aprovados pelo executivo e por esta Assembleia, foram substancialmente alterados pelos serviços administrativos da Câmara Municipal e que essas alterações não foram apresentadas nem aprovadas em nenhum dos órgãos competentes, mas serviram de base, às contas do ano seguinte.

Nunca fui nem ninguém por mim, quem enviou os factos para o Ministério Público, porque nunca pus em causa a legalidade e o foro penal. A minha apreciação, limitou-se à intervenção nesta Assembleia e mais tarde, à comparência perante a Judiciária, como principal responsável pelo levantamento desta questão. Publicamente, já foi aqui afirmado pelo Director do Departamento Administrativo e Financeiro, de que aqueles documentos, não eram documentos válidos, tendi sido produzidos outros aqui já apresentados. Pena é, que esta afirmação tenha vindo três anos depois, aliás, nunca foi posto em causa nada que se enquadrasse no foro penal.

Congratulo-me pois, pelo facto do Ministério Público ter concluído pela inexistência de qualquer factualismo susceptível de enquadramento penal.

Não sendo também do foro penal, feria muito mais no realismo, nos documentos previsionais pela análise técnica, repito “técnica” que fiz, verifico que mesmo sendo muito optimista, pouco mais de 50% será realizável.

Boa noite a todos, muito Boas Festas, Bom Ano de 2007.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Terminado o período de intervenção dos inscritos, devo dizer que nós ocupámos setenta minutos dos quarenta e oito que devíamos ter, porque a senhora Presidente da Câmara tem direito a doze minutos. E assim sendo, vamos pedir à senhora Presidente da Câmara para fazer os esclarecimentos que entender e entretanto, pedia aos responsáveis por esta moção que diz respeito à segurança, e temos também uma saudação.

Senhora Presidente faça favor!

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Muito boa noite.

Senhor Presidente, senhores Deputados, senhores Vereadores, começo por desejar a todos um Bom Ano, porque pode ser que depois para a parte final haja já pouca abertura para nos ouvir nestas saudações de Boas Festas.

Relativamente às questões que aqui foram colocadas, eu começava pela ordem conforme elas foram apresentadas, e o primeiro tema, que foi um tema recorrente, é a questão do posto da GNR de Monte Real.

Evidentemente que a Câmara solidarizou-se completamente com a posição da Junta de Freguesia, posição essa que foi logo imediatamente transmitida ao senhor Presidente da Junta e ao colectivo da Junta de Freguesia que reuniram comigo, a própria Câmara tomou uma deliberação por unanimidade no sentido de contestar e condenar esta intenção. Manifestei igualmente que nunca foi a Câmara nem eu pessoalmente contactada nesse sentido, e portanto sabia o que os senhores sabem, que foi o que veio na comunicação social, e efectivamente há aqui qualquer coisa que não está bem. Primeiro porque a GNR de Monte Real, conforme aqui já foi dito, funciona num edifício da Câmara, que a Câmara recuperou para esse fim. Trata-se de uma localidade com características muito próprias, em que ninguém pode de maneira nenhuma fazer uma análise com base em censos e população residente habitualmente, porque tem uma sazonalidade muito forte, é uma vila turística, tudo

isso nós sabemos, e com perspectivas de maior população turística na medida em que se prevê investimentos em projectos turísticos importantes. Da nossa parte, há uma condenação total ao encerramento do posto da GNR de Monte Real.

A Câmara tomou essa deliberação, tal e qual conforme tinha sido dito, a mesma já foi enviada para o Ministério e para o Governo Civil, tendo eu agora, pedido uma reunião ao senhor Governador para, pessoalmente, lhe transmitir esta posição que foi tomada na Câmara e pedir-lhe para ele interceder relativamente a uma situação que, julgo eu, há uma unanimidade total pelo prejuízo que poderá causar à Vila de Monte Real e à população que ali reside e que a procura para as suas férias e para o seu lazer.

Relativamente à questão da Maceira e das obras de saneamento, houve efectivamente uma rescisão por incumprimento do contrato de empreitada do saneamento da Maceira. Isto é, a empresa que ali se encontrava a fazer o saneamento não cumpriu nem prazos nem cronogramas de trabalhos que tinham sido feitos, o que obrigou à Simlis (que é o dono da obra) a rescindir o contrato.

É uma situação que é incómoda como se pode imaginar, porque vai obrigar à abertura de um novo concurso para dar continuidade à obra, mas que são as vicissitudes da vida, são os azares ou as sortes dos concursos públicos, quando aparecem empresas que efectivamente não cumprem. Foi o caso.

O que significa agora que a Simlis está já a preparar um concurso público para abertura e, em simultâneo, os Serviços Municipalizados vão avançar com a pavimentação das estradas degradadas. Não foi feito até agora por uma razão simples, não podemos entrar em obras de pavimentação nas estradas degradadas enquanto não tivermos posse administrativa da obra, isto é, enquanto burocraticamente não se conseguir a posse administrativa, não se pode avançar se não criamos problemas com a empresa com a qual rescindimos o contrato. Como essa situação se prevê para muito breve, vai coincidir essa possibilidade com a finalização do concurso que os SMAS entretanto já têm em curso, para finalização e pavimentação das estradas degradadas.

Relativamente à iluminação da Maceira existe uma candidatura aprovada, apenas para a Maceira, uma candidatura que foi apresentada ao Ministério da Economia e foi aprovada, cujo concurso já está a decorrer, para a obra ser feita em 2007; verba essa que está no orçamento de 2007. Poder-me-á perguntar se a obra está isolada

numa rubrica: não está, na medida em que há uma rubrica geral de iluminação pública e é aí que entra esta verba.

Relativamente à questão das intempéries, só para dizer que nos foi pedido através do Governo Civil o levantamento exaustivo de todos os problemas que tivemos no Concelho relativamente às intempéries do mês de Outubro. Como aqui já foi referido, tivemos principalmente estragos a nível de pontões, muito pontualmente em freguesias. Colmeias, Caranguejeira e Memória foram as mais mal tratadas neste caso. O levantamento foi feito e foi entregue, mas não temos qualquer tipo de notícia relativamente a possibilidade de apoios. E só queria aqui lembrar que houve pelo menos nos últimos anos uma situação idêntica: foi no ano de 2001, em que houve também uma série de estragos provocados por intempéries e nessa ocasião, foi criada uma situação excepcional pelo Governo, um linha de crédito com juros bonificados, aos quais os Municípios puderam recorrer, que não entrava para a capacidade de endividamento, e que veio a dar uma ajuda grande em termos de intervenções, naquelas zonas que tinham sido mais afectadas e por isso eu acho que no mínimo, era isso que devia acontecer agora. Trata-se de uma situação excepcional. Felizmente nós não fomos dos Municípios que tivemos maiores estragos mas tivemos alguns, que do ponto de vista financeiro têm reflexos significativos no orçamento. Estamos a falar, ainda em contos, de uma ordem de grandeza de cerca de duzentos mil contos para repor todos os estragos ocorridos.

Relativamente à observação feita sobre as obras Polis, de não estarem arrançadas, confesso que não percebi muito bem a intervenção do senhor deputado Vitorino Pereira porque foi com humor, mas queria dizer que algumas dessas obras que o senhor referiu não estão ainda recebidas nem acabadas, nomeadamente na zona de São Romão, em que a intervenção foi invadida pelo rio. Isto aconteceu porque não existem barreiras que evitem que o rio se espraie, mas como disse, essa zona não foi ainda recepcionada e está agora a ser corrigida para ser feita a sua recepção definitiva, sabendo nós que essa situação se repetirá sempre que houver cheias e que haverá alguns estragos que terão que de ser reparados.

Relativamente às zonas verdes eu também não percebi. Há um cuidado muito grande no tratamento das zonas verdes da cidade, temos felizmente equipas de grande qualidade a trabalhar nessa área, a não ser quando aconteceu esta situação das intempéries, em que houve zonas à beira do rio que naturalmente ficaram danificadas e cheias de lixo e isso teve que ser arrançado.

Uma nota importante relativamente ao aterro sanitário.

Não vou voltar a repetir o que aconteceu, já aqui foi referido, mas quais são os recursos que nos restam?

O que está previsto no acordo parassocial é o recurso ao Tribunal Arbitral, precedido de uma reunião com todos os sócios da Valorlis. Essa reunião feita para cumprir um preceito que está nesse acordo parassocial que é uma tentativa ainda de acordo, naturalmente que é uma redundância mas tem que ser cumprida. Essa reunião está marcada para o dia 10 de Janeiro: convoquei todos os sócios da Valorlis para uma reunião na Câmara, onde vai ser posta a questão se há ou ainda aqui uma possibilidade de entendimento. Como imaginamos que a resposta será não, face à decisão que foi tomada em Assembleia Geral, o desenvolvimento seguinte passa pela constituição de um Tribunal Arbitral, que está previsto nesse acordo parassocial.

Como dizia o senhor Presidente da Junta da Barosa, este Tribunal Arbitral é constituído por três juizes, sendo que um deles é indicado pelo Estado, outro pela Valorlis e o outro escolhido entre as duas entidades, o que significa que se os outros sócios não concordarem com a decisão não têm a possibilidade de indicar outro juiz. É o que está no acordo parassocial, temos que cumprir!

De qualquer das maneiras não podemos esquecer que se trata de um Tribunal e este deve ser isento, independentemente de quem indica ou não os juizes. Mas há ainda a possibilidade de (e o acordo parassocial é omissivo nisto, nós já pedimos um parecer que nos foi dado), como o acordo parassocial não tem mais nenhuma solução equacionada após a decisão do Tribunal Arbitral, depreende-se (e é este o entendimento jurídico) que resta recorrer para os tribunais comuns. Isto é, se por hipótese o Tribunal Arbitral tomar uma decisão que não seja favorável à nossa posição, à da Câmara e Assembleia Municipal, podemos recorrer aos tribunais comuns. Portanto, são estes os passos que se seguem. Há também aqui uma nota importante que o deputado José Augusto referiu, e muito bem, que é a possibilidade de utilizarmos todos os instrumentos relativamente aos licenciamentos: ou seja, a Câmara naturalmente que manterá a sua coerência de dar parecer negativo e indeferir essas situações.

Uma nota também em relação à intervenção do deputado José Augusto Esteves, sobre a Comissão da Assembleia Municipal para acompanhamento do processo de revisão do PDM.

Eu concordo em absoluto, já aqui o disse, a Câmara está perfeitamente disponível para dar todos os esclarecimentos, crie-se a Comissão e façam o favor de vir ter connosco que nós daremos as informações que entenderem convenientes e daremos conta de qual é o ponto da situação em termos das propostas existentes neste momento.

Relativamente à questão do Parque da Cidade/avião.

Quanto à questão do avião, evidentemente que nós queremos reparar o avião e nem imagina as dificuldades que têm existido para encontrarmos quem o repare. É uma coisa muito específica, temos andado em conversações com a Força Aérea, no sentido de nos fornecerem pistas sobre pessoas que o façam, temos neste momento algumas indicações de pessoas que poderão obviar a essa reparação, mas são pessoas que só fazem este trabalho em horas de lazer e por isso mesmo tem sido uma dificuldade enorme por ser um trabalho muito específico e há pouco quem faça e quem perceba do assunto. Depois o senhor Vereador Dr. Vítor Lourenço poderá dar-lhe mais algumas explicações adicionais, porque é a pessoa que está a acompanhar este processo mais de perto.

Relativamente à questão da estação de Correios na estrada dos Marrazes, evidentemente que o nosso objectivo é que a estação saia daquele local de vez. Estamos em conversações com a empresa nesse sentido, porque enquanto ali estiver, continua a ser um estrangulamento e um motivo complicador de trânsito naquela zona, que é uma zona importante em termos de escoamento do tráfego da cidade da Freguesia de Marrazes.

Relativamente à questão colocada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia dos Pousos, evidentemente que nós sempre dissemos que as obras a serem feitas seriam incluídas em próximos protocolos e aquilo que dissemos mantemos. Está dito.

Relativamente à questão do senhor deputado Francisco Francisco, não queria estar novamente a repetir a história das contas, mas há aqui um ponto que é importante que seja referido, que não é exactamente aquilo que o senhor disse.

Quando as contas foram apresentadas em 2002, 2003 e 2004, tinham uma nota introdutória, e essa nota introdutória dizia que os documentos Balanço e Demonstração de Resultados não estavam correctos e não estavam completos. Nunca houve intenção da Câmara de esconder fosse o que fosse. Foi claro como a água que aqueles dois documentos, naqueles anos em causa, não estavam completos e a Câmara disse isso antecipadamente, quando apresentou os

documentos à Assembleia Municipal. Está lá, quem quiser vai ver e portanto se houvesse qualquer intenção de omitir nada tinha sido dito. Mas foi dito, o que significa que do ponto de vista técnico havia dois documentos que não estavam correctos que vieram depois a ficar correctos, relativamente a 2005 e aos anos para trás, quando aqui foram apresentados em 2006. Era só esta nota que gostava de aqui deixar.

Senhor Presidente, se me permite, passava então a palavra ao senhor vereador Vítor Lourenço, porque há aqui algumas questões do ponto de vista da área dele, sobretudo na área da Educação. Muito obrigada senhor Presidente.

VÍTOR LOURENÇO (VEREADOR DO PELOURO DA CULTURA E EDUCAÇÃO)

Boa noite!

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em relação às várias questões que aqui foram colocadas, permitia-me só uma nota sobre a questão do avião.

Na verdade, andámos em várias diligências com pessoas que trabalharam na Força Aérea e que trabalham muitas vezes a reparar aviões do próprio Museu Militar em Alverca, e não foi possível que essa equipa se reunisse para vir reparar o nosso avião. Entretanto vai ser reparado por uma equipa da Associação de Especialistas da Força Aérea, no seguimento de várias reuniões que tivemos com membros dessa associação, que se disponibilizaram para fazer esse trabalho nos tais dias livres e quando o tempo agora o permitir.

Em relação às questões da Educação, eu gostaria de dizer que realmente é a primeira vez numa Assembleia Municipal, enquanto autarca desde há muitos anos a esta parte que venho acompanhando este trabalho, que houve tantas intervenções sobre a Educação numa sessão. É realmente de saudar esta actual preocupação pelas questões da Educação.

E começando pela questão levantada pela senhora deputada Ana Elisa, na verdade se as preocupações do parque escolar do concelho que aqui nos trouxe (algumas anomalias que existem na escola do Telheiro e da Cruz d'Areia) fossem essas as grandes preocupações, eu diria que bem estaria a nossa consciência enquanto autarcas relativamente às questões da Educação, porque de facto, são anomalias de escolas e num parque escolar com cento e oitenta edifícios propriedade do Município,

é natural que quando se está à volta das reparações e renovações dos edifícios, já as primeiras estão a precisar de novas intervenções ao fim de meia dúzia de anos.

Mas quando o senhor Presidente da Junta da Barreira veio aqui fazer a sua intervenção, eu pensei que ele iria testemunhar, com certeza porque seria a pessoa certa para dar essa nota à senhora deputada Ana Elisa, do grande esforço que nas Freguesia da Barreira e nas vinte e nove freguesias do concelho a Câmara Municipal e os Presidentes de Junta de Freguesia e os outros parceiros educativos têm feito, para melhoria e renovação do parque escolar ao longo dos últimos anos.

Tal assim não aconteceu, veio com outro tipo de intervenção que tem a ver com a pré-primária do Telheiro e as vicissitudes que o processo de construção daquele terceiro edifício da escola, não são quatro anos que a escola está em construção, foram dois projectos e foram dois concursos, o segundo concurso como sabe saiu mal, nalgumas coisas que não correram bem, e estamos com certeza a poucas semanas, perto de dois ou três meses, de se concluir aquele edifício.

Eu diria que, todo este esforço também é notável e notado, se todos olharmos para os relatórios de actividades e para os orçamentos do Município. Na verdade, as despesas de funcionamento da Câmara, a primeira rubrica em que a Câmara mais gasta é na Educação. Estão para este próximo ano em orçamento, para despesas de funcionamento, onze milhões de euros, é de facto aquele onde se gasta mais, nomeadamente gastamos, onde noutros concelhos se calhar não se gasta, ao nível da acção social escolar mais de metade do orçamento.

Eu diria que, em relação às preocupações do senhor Presidente da Junta e da senhora deputada Ana Elisa, é bem mais justa e ajustada a preocupação da Associação de Pais da Guimarães e de outras associações de pais, que são parceiros educativos privilegiados nas nossas tarefas de levar a cabo esta política educativa, Nós em trinta associações de pais podemos dizer que 99% são parceiros quer na gestão dos vários programas nas escolas quer nos próprios refeitórios escolares, quer nas cantinas escolares, etc. Portanto, tem sido um esforço muito grande de todos os parceiros e nunca é demais realçar essas parcerias tão importantes para se levar a cabo este programas, com a dispersão, com a pulverização que ainda existe de edifícios, apesar de alguma concentração que ao longo destes últimos anos fomos fazendo.

Nós encerrámos já dezasseis escolas antes da determinação do Ministério da Educação para o efeito, e portanto, fomos encerrando à medida que as condições locais fossem permitindo.

Gostaria também de vos dizer que está na fase final de elaboração a Carta Educativa do nosso concelho e da área da AMAE, e por isso esperamos que este documento fundamental que vai ser discutido no final de Janeiro na reunião do Conselho Municipal de Educação, uma vez que a entidade contratada pela Associação de Municípios nos vai entregar no princípio de Janeiro a versão definitiva depois dos vários trabalhos que duraram bastante mais tempo do que aquilo que nós esperávamos todos, e este Conselho irá analisar este documento no sentido de tomar uma posição, para depois vir a ser homologado pelo Ministério da Educação.

Também podemos afirmar que, no seguimento da Carta Educativa, naturalmente que com o apoio digamos prometido do Ministério da Educação, através do próximo Quadro Comunitário para a renovação e reestruturação do parque escolar no que diz respeito ao 1º ciclo, dado que todas estas muito recentes e que são deste ano lectivo as maiores alterações de funcionamento das escolas, que exige novos espaços para a prática lectiva e para toda as actividades de funcionamento a tempo inteiro das escolas do 1º ciclo, e no espaço de um ano todos nós sabemos que não houve condições para adequar os espaços das próprias escolas. Nós temos quarenta turmas na zona urbana em desdobramento a funcionar, e portanto, ou nós arranjávamos espaços alternativos como fizemos, alugando espaços existentes na comunidade, para funcionarem as actividades de enriquecimento curricular nas escolas em desdobramento, ou nessas escolas não poderia haver actividades de enriquecimento curricular.

Portanto, esse esforço é enorme e vai em termos financeiros ser um peso para autarquia muito significativo, só nestas áreas que não têm a ver com o pagamento dos profissionais. Podia dizer também que, estas escolas não estando preparadas para estas alterações, exigiram que algum desenvolvimento nomeadamente a questão dos espaços que as escolas do 1º ciclo já tinham vindo a adaptar ao longo dos anos para refeitório escolar, uma vez que funcionavam a tempo inteiro até às três horas da tarde, e muitos desses espaços tinham que ser utilizados também para as actividades de enriquecimento curricular, isso criou na verdade, em escolas com super lotação de alunos e com desdobramento, condições de funcionamento muito difíceis.

Mas gostaria ainda de deixar como última nota, o seguinte aspecto:

Quando a senhora Ministra da Educação nos pediu pessoalmente numa reunião para a qual convocou e que o senhor deputado José Manuel Silva testemunhou, porque esteve presente nessa reunião, e que foi sempre o discurso da senhora Ministra em relação à questão de se começar com este programa no 1º ciclo, mesmo que as condições físicas dos espaços não fossem as ideais, era preciso arrancar e como sabem, muitas autarquias não estavam disponíveis para arrancar com este programa, porque sabiam que ia ser um programa muito difícil, nomeadamente autarquias da dimensão de Leiria, Viseu, Coimbra na zona centro ou toda as da grande Lisboa ou do grande Porto, e portanto, houve uma concertação entre todos, nessa reunião com a senhora Ministra, de avançarmos mesmo sabendo que ia haver problemas, que ia haver dificuldades mas que íamos tentar superá-las caso a caso.

E foi exactamente por isso que, em conjunto com o Dr. José Manuel Silva, os serviços de Educação e eu próprio, trabalhámos durante o primeiro semestre do ano lectivo anterior, para preparar um documento base que ficou entregue na Direcção Regional, que será a base de trabalho para a concentração em espaços e em centros educativos ou noutras soluções que estão a ser equacionadas para o nosso concelho, de forma a ter digamos, uma estratégia concertada para esse efeito, e em que estão definidas as acções fundamentais para a reestruturação do nosso parque escolar do 1º ciclo.

Não é uma tarefa fácil, eu próprio fui dizendo publicamente, nas reuniões com os nossos parceiros, nas reuniões com o Ministério da Educação, que na verdade ia ser um ano muito difícil, eu apelidei-o desde o início de ano zero, nesta questão da grande modificação que houve no 1º ciclo, e que cuja resposta imediata da responsabilidade que é das autarquias, os espaços e os equipamentos, não ia ser fácil, ia ser feita com muitas dificuldades e com muitos escolhes à mistura. Portanto, nós estamos para continuar este esforço com todos os parceiros educativos que temos no terreno e de melhorar naturalmente as condições, como aquelas que aqui foram referidas pela Associação de Pais da Guimarães. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor vereador.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Senhor Presidente há mais algumas questões que eram importantes o senhor vereador Fernando Carvalho esclarecer.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Com certeza, faça favor senhor vereador.

FERNANDO CARVALHO (VEREADOR DO PELOURO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS)

Muito boa noite!

Fernando Carvalho, Vereador.

Cumprimentava todos os presentes, apenas dois ou três pequenos esclarecimentos a questões colocadas pelo senhor deputado Domingos Carvalho, são pequenas questões sobre o trânsito, estaria naturalmente disponível em qualquer altura para lhe responder mas uma vez que as colocou aqui, faço-o desde já.

Em relação à correcção de algumas lombas que estarão elevadas na Rua Miguel Torga e marcação de pavimentos junto à Zara, já foram dadas instruções à LeiriaPolis e o empreiteiro irá fazer as correcções em breve.

Em relação às marcações e digamos ao trânsito, com bastante dificuldade, no Largo Serafim Lopes Pereira, em frente à Escola Comercial, o que posso dizer é o seguinte: Esteve previsto no âmbito do programa Polis a realização de um parque de estacionamento subterrâneo, e portanto a Câmara não fez ali nenhuma intervenção aguardando o desenvolvimento deste processo. Como há muito tempo foi decidido que esse parque não iria ser realizado preparámos elementos, no fundo, fez-se um projecto dentro da Câmara para requalificar todo aquele espaço, e essa requalificação está prevista no Plano de Actividades de 2007, portanto essa obra irá ser lançada em 2007.

Respondendo ao senhor deputado Pedro Biscaia, em relação à discussão pública do Regulamento do Estacionamento de Duração Limitada, o que lhe posso dizer é que houve um atraso enorme no envio para publicação, a publicação foi feita há relativamente pouco tempo, e o prazo acaba só no dia 8 de Janeiro. É só para já!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor vereador.

Nós temos então três documentos para analisar ainda, e já temos cento e vinte minutos de sessão.

06-12-29 AM

Em primeiro lugar, porque me parece mais simples, vou ler a saudação apresentada pelos senhores deputados João Cunha, José Esteves e Pedro Biscaia

SAUDAÇÃO

“Os Deputados municipais João Manuel Cunha (PSD), José Augusto Esteves(PCP) e Pedro Melo Biscaia (PS), ao abrigo do artigo 18º alínea d) do Regimento da Assembleia Municipal, propõem a seguinte saudação:

Tendo sido anunciada para os dias 20 e 21 de Abril de 2007 a realização do IV Congresso da Região de Leiria sob o lema “Região de Leiria: cultura de inovação, território de oportunidades” dinamizado pela ADLEI (Associação para o desenvolvimento de Leiria) em parceria com o Instituto Politécnico de Leiria e com a Fundação Caixa Agrícola de Leiria, a Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 29 de Dezembro de 2006, delibera aprovar uma saudação de congratulação e incentivo àquela iniciativa, por a considerar um acontecimento de relevância cívica e cultural da nossa Região.

É conhecido e consensual que, os três Congressos já realizados constituíram importantes fóruns de reflexão e debate cívicos, recolhendo contributos dos mais variados sectores da vida pública regional, nomeadamente dos autarcas.

Uma vez que o último destes Congressos data de 1999, é muito oportuna a sua convocação para 2007, numa outra conjuntura política, social e económica, quando se equacionam as diferentes respostas para a administração do território, no momento em que se regista um acentuado crescimento urbano ou se perspectivam novas acessibilidades, comunicações e tecnologias, este IV Congresso poderá dar uma forte contribuição na busca de linhas estratégicas de orientação que potenciem o desenvolvimento e o protagonismo da Região de Leiria. “

O que se pode fazer neste momento é pôr à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a saudação de congratulação e incentivo pela realização do IV Congresso da Região de Leiria sob o lema “Região de Leiria: cultura de inovação, território de oportunidades”

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Seguidamente temos para votação a moção apresentada pelo senhor deputado Carlos Poço, relativamente aos danos provocados pelas intempéries no concelho de Leiria, que me escuso de ler na totalidade, faço-o apenas em relação aos considerandos:

MOÇÃO:

“1 – Considerando as fortes intempéries ocorridas em Outubro último e que afectaram particularmente o Concelho de Leiria;

2 – Considerando os elevados prejuízos causados pelas mesmas, nas vias de comunicação, nomeadamente em pontões quer de acesso a aglomerados urbanos quer a explorações agrícolas/florestais;

3 – Considerando a urgência em reconstruir/construir estas vias de comunicação;

4 – Considerando os custos elevados que estas obras acarretam para este Município;

5 – Considerando as dificuldades orçamentais criadas pela nova Lei das Finanças Locais às autarquias;

6 – Considerando a importância que estas vias de comunicação revestem para a qualidade de vida dos cidadãos:

A Assembleia Municipal de Leiria delibera solicitar ao Governo apoio, através da criação de uma linha de crédito com juros bonificados, para fazer face aos elevados custos com as obras em causa.”

Julgo que é consensual, ainda assim pergunto:

Quem vota contra?

Quem se abstém? Uma abstenção.

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria com uma abstenção, aprovar a presente Moção e enviá-la ao senhor Ministro do Estado e da Administração Interna

E finalmente temos a moção sobre a questão da Segurança. Penso que havia uma alternativa de consenso, mas o senhor deputado Luís Pinto pretende intervir sobre esta proposta. Faça favor!

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

Aproveito para cumprimentar todos os presentes e desejar as maiores felicidades para o próximo ano.

Senhor Presidente, eu penso que a proposta tem diferentes assuntos, penso que é consensual em relação à Assembleia e já aqui foi referido em diferentes intervenções, em relação ao posto da GNR de Monte Real, parece-me contudo, extemporânea a proposta em relação à criação de uma nova esquadra no perímetro urbano de Leiria.

Nós temos uma Comissão Municipal de Trânsito, este tipo de propostas tem que ser estudadas, os seus impactos, os seus custos, inclusivamente o seu interesse estratégico e eu por exemplo, tenho sérias dúvidas se seria mais importante uma nova esquadra que vai exigir mais pessoal administrativo, etc., e menos agentes na rua, ou mais agentes para a rua. Eu tenho muitas dúvidas. Mas acho que isto tem que ser estudado seriamente, sob pena de andarmos a fazer propostas em cima do joelho para mandar para cima, sem fundamento e sem as coisas serem estudadas, e sobretudo, sem respeitarmos os próprios órgãos que existem no nosso concelho e que por certo, com a presença das próprias forças de segurança, etc., é possível construir documentos mais sérios e mais completos, que nos permitam de facto fazer reivindicações que mais se adequem às nossas necessidades.

Parece-me que é uma proposta muito vaga, como disse extemporânea, e era importante, nós necessariamente acompanhamos as preocupações no Grupo do Partido Socialista, manifestarmos em matéria de segurança o que é preciso estudar convenientemente e quais são as respostas mais adequadas em relação a essa matéria. Portanto, não queríamos estar a votar contra a questão, porque sobretudo o que é preciso saber é o que é que é mais urgente e necessário, do que mandarmos assim para o ar uma coisa que nos aparece sem, pelo menos aparentemente, grande fundamento. E pedia-lhe, no sentido de ser recomendado ao Conselho Municipal de Segurança, que pudesse estudar esta matéria e produzir algum documento que nós pudéssemos validar aqui em termos de Assembleia Municipal, no sentido de criarmos uma proposta séria, a apresentar ao Ministério da Administração Interna. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Bem, já agora vou dar a palavra ao senhor deputado João Cunha para ver se há alguma maneira de coordenar as duas posições.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

Bem, pelos vistos, para o senhor deputado Luís Pinto as questões da segurança não são excessivamente sérias. Os assaltos às instituições bancárias, os assaltos às pessoas, a delapidação do património, pelos vistos não é suficientemente preocupante para ele e aqui o exprimiui de forma muito clara. Mas, eu como autor da proposta, tenho essa preocupação. E tenho essa preocupação porque os índices que estão neste momento a ser apresentados pelas próprias entidades oficiais, denotam efectivamente a existência de indicadores claros nessa matéria.

E quero dizer-lhe muito claramente o seguinte:

A preocupação não é apenas uma questão de trânsito como aqui referiu, é uma questão de criminalidade. O senhor deputado falou aqui no Conselho Municipal de Segurança, mas de todo o modo o problema que aqui está é que o Partido Socialista, de uma forma geral, sempre que está no Governo deu-se sempre mal com as questões da Segurança e com as questões da Justiça. E portanto, naturalmente que esta questões são para si questões laterais, mas para os cidadãos e nomeadamente no nosso concelho, não são questões laterais são questões que tocam com o dia a dia das pessoas, são preocupações latentes, e nomeadamente na zona urbana. E porque esta é uma preocupação latente, eu pretendo manter a proposta e sujeitá-la à votação. Entendo que aqueles itens são aqueles que devem constar da respectiva proposta, sendo certo que ela naturalmente também abrange as preocupações sobre o posto da GNR de Monte Real.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

A objecção do senhor deputado basicamente é este ponto que dizia respeito a criação de uma nova esquadra. Se este ponto, mantendo o resto dos considerandos, fosse retirado o senhor deputado estaria disposto a alterar a sua posição?

Então na parte que diz respeito ao apelo ficaria com o seguinte texto

- *Ao Ministério da Justiça para que mantenha em Leiria a Polícia Judiciária, reforçando-lhe os meios e os efectivos;*

- *Ao Ministério da Administração Interna para um reforço da presença da GNR e da PSP aumentando os seus efectivos e meios operacionais e o não encerramento das actuais esquadras da PSP e Postos da GNR, nomeadamente o de Monte Real."*

Se estiverem de acordo com estas alterações, em que basicamente foi omitida a criação de mais uma esquadra na zona urbana, e acrescentando o pedido de não

encerramento do posto de Monte Real, vou submeter à votação a moção sobre a Segurança no concelho de Leiria.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar esta Moção.

Entretanto eu vou pedir ao senhor deputado José Augusto Esteves para ler a próxima moção, mas antes dou a palavra ao deputado Luís Pinto para fazer uma declaração de voto. Faça Favor.

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

Naturalmente e protestando pelo facto de o senhor Presidente não me ter dado a palavra (não sei se por distração) porque fui visado, na medida em que o senhor deputado João Cunha pretendeu vir dizer coisas que eu não disse, comecei até por dizer que comungava das preocupações constantes da proposta, e portanto, para além da muita demagogia que colocou para salientar naturalmente a posição das cores do seu partido ou as suas pessoais não faz sentido que ponha em causa e sobretudo procure colocar nas intervenções dos outros aquilo que eles não disseram. Tem sido preocupação do Partido Socialista e minhas pessoais nesta Assembleia, nomeadamente na Comissão Municipal da Segurança e Trânsito, porque são a mesma comissão, que possam atacar este tipo de problemas e portanto é inaceitável que tenha feito considerações daquilo que eu não disse, e lamento profundamente essa falta de seriedade.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Antes de dar a palavra ao senhor deputado José Augusto Esteves, queria informar os elementos do público, que se encontram de pé ao fundo da sala, que já tentei resolver essa questão pedindo para colocarem mais algumas cadeiras mas de momento não é possível. Para uma próxima sessão teremos que ver se resolvemos este assunto. É bom sinal por um lado, porque significa que está a sala cheia e mais uma vez damos as boas vindas a todos.

Faça favor senhor deputado!

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

É uma proposta de **Recomendação**, assinada por todos os partidos, que diz o seguinte:

“A Assembleia Municipal reunida em 29 de Dezembro de 2006, tomando conhecimento das condições de funcionamento da Escola Básica n.º 1 e Jardim de Infância da Guimarães, nomeadamente da falta de espaço para o normal e bom funcionamento das actividades lectivas, bem como de um espaço adequado às actividades de prolongamento curricular, que desde 2002 vem sendo reclamado pela Associação de Pais da referida Escola, propõe recomendar à Câmara Municipal que considere no orçamento do próximo ano de 2007, no quadro de uma alteração rectificativa a esse orçamento, a dotação necessária para dar resposta às carências existentes, bem como, tenha em conta outras situações com problemas idênticos.”

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Julgo que esta recomendação já foi objecto de discussão e portanto vamos pô-la à votação.

Quem vota contra? Um voto contra.

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com um voto contra, aprovar a presente Recomendação à Câmara Municipal de Leiria.

Terminámos assim este período e vamos passar ao período da Ordem do Dia, tentando apreciar e discutir dois ou três pontos antes de fazermos um pequeno intervalo.

ORDEM DO DIA

Os primeiros dois pontos, eu agendei-os por iniciativa própria mais como meio de fazer levar aos senhores deputados, a resposta das entidades para quem foram enviadas as moções aprovadas anteriormente nesta Assembleia. Não sei se são merecedoras de discussão ou não, mas esta foi a maneira de as trazer à vossa apreciação.

1. ESCLARECIMENTOS DA ARS SOBRE O ENCERRAMENTO DO SAP DO CENTRO DE SAÚDE GORJÃO HENRIQUES – Apreciação e discussão;

Eu pergunto se há alguém que queira discutir esta matéria, infelizmente esta é uma posição da política governamental que é mais ou menos generalizada, não sei se poderemos contudo dar-lhe mais alguma volta.

Tem a palavra o senhor deputado Carlos Poço.

DEPUTADO CARLOS POÇO (PSD)

Carlos Poço, PSD.

É uma nota muito breve, só para referir o seguinte

Os esclarecimentos da ARS confirmam os receios que nós tínhamos, de que seria fechado o Serviço de Atendimento Permanente no nosso concelho. Vão efectivamente ser fechados e aquilo que foi programado como alternativa, não satisfaz de modo algum as necessidades das nossas populações.

De maneira que, a Assembleia Municipal manifestou por unanimidade o repúdio por essa decisão, e vê confirmada por parte da política do Partido Socialista, um desprezo total pelos cidadãos não só do nossos concelho, como também de todo o País. Era só sublinhar esse facto de que a política para a Saúde, vai de mal a pior.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Faça favor senhor deputado José Manuel Silva.

DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)

Boa noite!

Senhor Presidente, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, caros colegas Membros da Assembleia, minas Senhoras e meus Senhores.

Eu não fazia nenhuma intenção de intervir nesta altura, porque tenho uma intervenção preparada para outro ponto, mas esta intervenção do senhor deputado Carlos Poço, suscitou naturalmente a necessidade de nós dizermos aqui duas ou três coisas, sobretudo quando ele no uso de uma competência e de um direito que lhe assiste, de pensar o que entender sobre a política do PS e neste caso da Saúde, aqui veio dizer o que disse. O que nós entendemos é o seguinte:

O PS, no que diz respeito à política da Saúde, e nas outras áreas a mesma coisa, tem procedido de acordo com aquilo que são referências internacionais e estudos técnicos

que naturalmente são apoiados em pareceres científicos e outros, e não propriamente manifestado desprezo por ninguém.

Ao contrário daquilo que o senhor deputado diz, o que o PS tem procurado fazer no Governo e nesta matéria da Saúde em particular, é dar mais importância à saúde das populações e toda a política do Governo nessa matéria se tem pautado naturalmente por princípios que politicamente são discutíveis, mas são da mais merediana coerência em termos daquilo que são padrões internacionais de manutenção da saúde das populações.

E portanto, só dizer ao senhor deputado que nós dispensamos esse tipo de intervenção, sobretudo até porque as sondagens continuam a dizer (e isso se calhar é que lhe dói particularmente) que mais de cerca de metade dos portugueses continuam a apoiar a política do Governo. Portanto se o Governo desprezasse as populações, certamente não teria o sufrágio pelo menos, que as sondagens lhe atribuem.

Já agora se me permite, eu há bocado apeteceu-me fazer uma pequena intervenção quando o senhor ilustre vereador Vítor Lourenço aqui me citou duas ou três vezes, coisa que aliás me satisfaz sempre, nós para além de trabalharmos numa área idêntica somos amigos há muitos anos, e portanto queria apenas deixar aqui uma nota sobre o seguinte:

Esta matéria da Educação é uma matéria demasiado importante para nós sobre isto, fazermos alguma gincana política. E, relativamente às questões que foram aqui apresentadas e que eu não pude testemunhar (e já agora dou uma palavra de esclarecimento sobre o meu atraso para esta sessão, foi por razões de saúde de um familiar meu, está gravemente internado e fui chamado de urgência aos HUC, razão pela qual cheguei tarde e me penitencio mas a causa foi esta) as intervenções que aqui foram feitas, não tenho conhecimento do teor e gostava de dizer o seguinte:

Independentemente das questões de natureza política que nós aqui podemos ter de divergência, relativamente à política do Município, eu tenho que testemunhar e não ficaria bem com a minha consciência se o não fizesse, tal como o deputado José Augusto Esteves há bocado disse, em relação às posições dele próprio, as minhas posições também são posições pautadas sobretudo pelos interesses das populações e não por solidariedades partidárias ou outras. E nesta matéria da Educação, eu tenho que dizer o seguinte:

Independentemente das nossas divergências políticas, eu quer enquanto cidadão, quer enquanto director regional, e foi nessa qualidade que o vereador Vítor Lourenço aqui me citou, tenho que testemunhar que o concelho de Leiria, independentemente dos executivos da Câmara e da composição dos executivos, é de facto uma referência a nível nacional. E isso é uma coisa que nós devemos ter em consideração. Independentemente das nossas divergências e com certeza do muito que está mal e que precisa de ser melhorado, é necessário que nós tenhamos consciência, que a situação da Educação no concelho de Leiria está a nos luz da maior parte dos concelhos portugueses. Isso é mérito da maioria e é mérito do Partido Socialista que desde há muitos anos, como toda a gente sabe, tem tido responsabilidades também e tem partilhado as responsabilidades no executivo da Câmara. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Agora o senhor deputado Domingos Carvalho e a seguir o senhor deputado José Augusto Esteves.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

Ei fiquei agora estupefacto e quero saudar a intervenção do senhor deputado José Manuel Silva, porque na parte final inflectiu o tipo de discurso que estava ater no início, quando falou na questão da Saúde, motivou-me quer em relação à intervenção do deputado Carlos Poço quer à sua, eu ia começar por dizer que, evitando a política panfletária, vinha falar de questões concretas. Mas após a sua intervenção, de facto, o final da sua intervenção, eu saúdo a sua intervenção e aquilo que é relevante na forma de estar na política que é verificar os factos e por eles nos pautarmos. E é nesse sentido que eu vou aqui referir duas ou três palavras.

A questão que se coloca é esta:

Eu estas questões vistas em termos de fecha aqui e abre ali, são coisas que eu admito e não posso ver de outra forma senão que, gente qualificada, técnicos capazes, face aos meios que têm ao seu dispor, optimizam no sentido de melhor servir as populações em geral. Não posso crer que quem quer que seja, seja o executivo da Câmara quando era apenas PSD, seja o Governo por ser do Partido Socialista, não consigo ter de nenhum órgão governativo do que quer que seja, uma visão ex-União Soviética ou aquelas novas repúblicas que agora estão na moda,

tenho alguma dificuldade em ver que haja gente que faça mal pelo gosto de fazer mal. Agora, há coisas que são preocupantes.

Eu sou em Portugal um cidadão comum, que trabalha numa pequena actividade própria, e portanto sou beneficiário do Serviço Nacional de Saúde. Felizmente o meu médico tem sido mais Deus do que qualquer outro, ou seja, com quarenta e oito anos de idade estive três dias de baixa até hoje, e portanto Graças a Deus, e espero que assim continue, não tenho sido cliente deste dito serviço. Mas, exactamente porque a idade começa a pesar, há dias pedi para me marcarem uma consulta no Posto Médico do qual sou cliente, pago os meus impostos e quero ser servido. E disseram-me que só tinha consulta em Fevereiro.

Este tipo de situações é que são as situações que me parece que não têm a ver nem com o Partido Socialista, nem com PSD, nem com o CDS, e nem com o Partido Comunista, tem a ver com aquilo que no dia a dia são matérias que têm que ser analisadas e resolvidas, mas resolvidas de uma forma inequívoca.

Muito mais importante para mim do que este Centro de Saúde fechar, é que haja eficácia no atendimento. Pouco me importa se o fazem com um posto a nível nacional ou com dez milhões. Quero é eficácia de serviço! Os impostos que pagamos neste País, têm de ter uma contrapartida, e quem está no Poder, a exercer o Poder no momento, é o responsável pela optimização desses recursos.

Devo dizer-vos que comparativamente a outros Estados, nomeadamente à nossa vizinha Espanha, os valores que pagamos e a contrapartida que temos, são claramente favoráveis, ao ponto de hoje ter lido, alguém que dizia (a propósito de uma qualquer matéria que estava na Internet), "Afinal têm sorte os que vão nascer a Badajoz", e essa também é uma questão de saúde, foi aquela de fecharem as maternidades.

E estes são aqueles problemas que eu não posso permitir que nós continuemos a ser tratados como cidadãos de segunda. Muito mais do que saber se abrem ou fecham serviços, quero eficácia! E é isso que eu acho que nós, enquanto Assembleia, temos que nos preocupar, é com a eficácia dos serviços e as nossas moções devem ser no sentido de que todos sejamos melhor servidos, seja com o número de entidades a atender-nos que existam. Aquilo que eu quero, é que a nossa produtividade na prestação do serviço, seja resultante de empenho e de motivação. E pelo amor de Deus, peço ao Partido Socialista, porque está na responsabilidade da governação, que independentemente das questões de direcção político e de opções que

tome, não perca o “team” nesta matéria, relevante é o serviços que se presta à população. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem a palavra o senhor deputado José Augusto Esteves!

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

José Augusto Esteves, PCP.

Eu de facto também li a carta de resposta, e ainda fiquei mais preocupado do que o que estava, porque isto não vai lá com apelos genéricos. O que há no concreto, é uma proposta de reestruturação das Urgências, que não tem em conta nem os interesses das populações, e neste caso concreto, nem os interesses do concelho de Leiria. E o que aqui vem e vem dizendo que estão em diálogo com as autarquias, isto implica já perguntar à senhora Presidente da Câmara, se há alguma discussão com a autarquia acerca desta matéria, porque quase certo que não há, e que me desculpe o senhor deputado José Manuel Silva, mas em termos de opções técnicas segundo parâmetros e padrões internacionais, em geral escondem opções políticas de fundo, a gente encontra soluções técnicas e opções técnicas com fundamentos políticos muito concretos, e neste caso é assim. Por exemplo num País como o nosso, vão-se fechar, o senhor Presidente com certeza que conhece melhor a proposta de reestruturação das Urgências do que eu, mas eu julgo que é uma coisa de cento e noventa e seis Urgências para noventa e seis, que pode colocar por exemplo, uma pessoa distante de uma Urgência médico-cirúrgica, por exemplo, que é aquela que está a seguir ao básico, a sessenta minutos de casa, uma pessoa com sessenta ou setenta anos, se tem ou não carro, etc. E depois ainda por cima com as básicas como alternativa não há, segundo a carta, ainda é para discutir. Fecham mas não há a alternativa! E tenham paciência, até porque já no passado foi assim em relação ao Hospital, fomos sempre secundarizados em relação a Aveiro e depois em relação a outras cidades da zona Centro e na altura se não me engano, até estava no Governo o PSD, não interessa agora saber, mas a verdade é que, há um conjunto de valências que o Hospital de Aveiro tinha e que em relação a Leiria nunca aceitaram ter. E a diferença não é muita da de Coimbra. E o que está aqui a acontecer também, é que, por exemplo enquanto Viseu vai ter uma Urgência polivalente, Leiria fica com uma médico-cirúrgica. Quer dizer, fecham as urgências básicas para quê?

06-12-29 AM

Exactamente para depois fazer como o deputado Domingos Carvalho, e peço-lhe desculpa pelo que vou dizer, mas se ele tem dinheiro não tem problema nenhum, isto é, vai ao SAP e só tem consulta em Fevereiro, então vai ao médico particular. Fica resolvido. E é para isso que estão a empurrar as populações, para soluções de privatização dos serviços de saúde. Se a gente não tem resposta no plano público, acaba por ter que de facto, ir à procura do privado.

Eu não estava a criticar ninguém senhor deputado Domingos Carvalho, é apenas dizer que, naturalmente as pessoas que têm alguns meios perante a perspectiva de terem soluções a prazo, têm depois dificuldades, têm que encontrar soluções, se não há uma resposta no sector público.

Eu gostava de dizer que a solução que aqui está, é uma solução para concentrar e concentrar-se cegamente, as Urgências Hospitalares e as Urgências dos Cuidados Médicos Básicos, com esta agravante que aqui está muito clara, o fechar sem haver alternativas. E acho que nós, não podemos deixar de recomendar à Câmara para que acompanhe isto e também para que continue a batalha pela exigência de uma Urgência polivalente, no Hospital de Leiria. Já ficámos sem um conjunto de valências em várias áreas, e hoje também neste aspecto, somos secundarizados.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Bem, nós não podemos estender muito este debate senão não saímos daqui, mas a senhora Presidente também quer prestar um esclarecimento sobre este assunto já que foi directamente interpelada. Eu devo dizer também que oportunamente falei com o Prof. Regateiro sobre este assunto e eu penso que não há ainda nenhuma decisão sobre o encerramento do SAP, e uma coisa que ele me prometeu tal como leram na carta, é que nada seria feito sem antes discutir com as autoridades autárquicas. Faça favor senhora Presidente.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

A única coisa que eu queria aqui informar era relativamente ao problema do Hospital e das Urgências, para dizer que a Câmara já tomou uma posição, posição essa que foi transmitida ao senhor Ministro da Saúde e à senhora Secretária de Estado, no sentido de nos ser dado o equivalente, do ponto de vista de valências, àquilo que é dado a Viseu, como dizia o senhor deputado José Augusto Esteves, que não faz qualquer sentido o termos um tratamento diferente. Portanto, a Câmara já tomou essa posição por unanimidade, fez chegar uma exposição muito bem fundamentada ao

Ministério da Saúde para isso ser tido em linha de conta, e relativamente a isso é que eu julgo que não há decisão, agora relativamente ao SAP, já está decidido.

DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)

Nós entendemos que esta matéria é de tal modo importante, que me atrevia a fazer aqui a seguinte sugestão:

Não há uma figura regimental mas à semelhança do que tem acontecido, por exemplo com a Educação, podia-se pensar numa audição pública sobre a política regional de saúde, e a nossa sugestão é no sentido de que o senhor Presidente da Assembleia Municipal, propusesse ao senhor director-regional da ARS, que aqui viesse a uma audição pública, naturalmente sem carácter obrigatório de presença para nenhum dos senhores deputados, mas aberta ao público em geral, para se fazer uma análise da política de saúde em geral na região, e em particular aqui no nosso concelho. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Sim senhor, fica registada essa sugestão.

Assim sendo, vamos ao ponto n.º 2 da ordem de trabalhos.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

<p>2. RESOLUÇÃO DO CONSELHO GERAL DA ANMP SOBRE AS PROPOSTAS DE LEI DE FINANÇAS LOCAIS E DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2007 - Apreciação e discussão;</p>
--

Todos sabem que a resolução do Tribunal Constitucional foi favorável ao projecto-Lei do Governo, e tudo faz indicar que o senhor Presidente da República a promulgará, e portanto, não sei se teremos muito mais para discutir neste ponto.

Senhor deputado João Cunha deseja intervir? Faça favor!

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

Em relação a esta questão, da tomada de posição que a Associação Nacional de Municípios vem tomando sobre esta questão da Lei das Finanças Locais, o PSD naturalmente que se tem vindo a solidarizar com as posições da Associação Nacional de Municípios porque elas correspondem efectivamente aos anseios das populações no seu todo. Esta Lei das Finanças Locais é uma lei de aspiração, não dos anseios

das populações mas de aspiração das verbas que deveriam ser geridas pelos Municípios e que estão a ser absorvidas pelo Poder Central. Há digamos aqui, uma tentativa de cobrir o défice público que foi causado pela Administração Central na sua maior parte, retirando às autarquias locais a sua capacidade concretizadora e a sua capacidade de levar a cabo as tarefas para que elas foram eleitas. Há digamos também nesta lei, um garrote claro aos concelhos mais pequenos, há no nosso entender aqui, uma previsível regionalização encapotada, procurando que as Freguesias mais pequenas e os Concelhos mais pequenos sejam estiolados sob o ponto de vista financeiro. Há aqui uma procura de lhes retirar a capacidade financeira e portanto nós solidarizamos-nos também neste aspecto com os alertas que a Associação Nacional de Municípios vem fazendo sobre esta matéria.

E queremos também salientar o facto de, sob este ponto de vista, haver uma confusão reinante na política de preparação dos diplomas, quer em sede de Orçamento de Estado quer em sede da própria Lei das Finanças Locais, em que o Governo ainda não sabe bem que normas é que estão, está a trabalhar com normas que ainda não estão aprovadas, apresenta documentos que prevêm determinadas posições que ainda não estão aprovadas em sede própria e portanto há aqui uma grande confusão acerca dos documentos que efectivamente estão em cima da mesa. Mas há acima de tudo, uma grande falta de diálogo coma Associação Nacional de Municípios e neste caso concreto um diálogo profícuo que traga um sentido positivo a esta ordem das Finanças Locais. É pela primeira vez o facto de nós registarmos que existe uma quebra clara de solidariedade com a Associação Nacional de Municípios, no que respeita ao papel que o Poder Local vem desempenhando.

E portanto, podemos dizer que é uma preocupação grande que fica e esta falta de diálogo profícuo, se vai também fazer sentir na preparação do novo Quadro Comunitário de 2007/2013.

A nossa posição é claramente de solidariedade com as posições da Associação Nacional de Municípios e a nossa preocupação no sentido de dotar o Poder Local de capacidade concretizadora para responder aos anseios das populações. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

**3. COMPLEXO MUNICIPAL DE PISCINAS DE LEIRIA – RELATÓRIO
SOBRE O PROCESSO DO GERADOR - *Apreciação e discussão;***

Antes de dar a palavra ao senhor deputado Carlos Poço, informo que 1º Secretário da Mesa, deputado Paulo Reis, pede para se retirar da Mesa, declarando-se impedido na discussão deste ponto, por estar envolvido directamente neste processo.

DEPUTADO CARLOS POÇO (PSD)

Carlos Poço, PSD.

Quando este assunto do gerador veio à Assembleia Municipal pela primeira vez, no ano passado, sob proposta do PSD, foi solicitado à Câmara que fizesse a sua análise e o seu relatório e depois que o apresentasse à Assembleia Municipal.

Pedimos que fosse feito desta forma para que agora a Assembleia Municipal, na posse desses dados, pudesse analisar o assunto com mais informação e pudesse tomar uma decisão sobre o mesmo. E assim foi feito, está presente um relatório exaustivo, que apresenta bastante informação, para que haja um esclarecimento cabal, para que se saiba o que aconteceu, que é o esperado pela população. Mas este tipo de relatório não dá este tipo de resposta, não consegue concretizar, e em nosso entender, do PSD, achamos que isto devia ser mais aprofundado. E nesse sentido propomos, que seja constituída uma Comissão desta Assembleia Municipal, com um representante de cada partido, que vá elaborar um relatório, que consulte a documentação que esteja disponível, consulte as pessoas intervenientes, faça as consultas que entender, elabore um relatório e que o traga depois à Assembleia Municipal para que esta se pronuncie sobre essa nova averiguação.

Resumidamente, é esta a proposta que eu deixo.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

O senhor deputado José Augusto Esteves tinha uma moção para apresentar. Faça favor de a ler!

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

José Augusto Esteves, PCP.

MOÇÃO:

“A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 29 de Dezembro de 2006, para apreciação e discussão do processo do “gerador do complexo municipal de Piscinas de Leiria”, tendo presente o relatório da senhora vereadora e vogal do Conselho de Administração da Leirisport, EM Eng.^a Isabel Gonçalves, considera:

- *Que as conclusões propostas no referido relatório são manifestamente insatisfatórias para o apuramento de toas as responsabilidades das decisões inerentes ao processo e das quais resulta evidentes prejuízos para o erário municipal.*
- *Omite eventuais responsabilidades do executivo a quem em primeira instância compete fiscalizar mas também de claras orientações em relação a aspectos essenciais da gestão da empresa municipal.*
- *Que deixa na penumbra e sem clarificar os motivos da decisão do aluguer do gerador, quando se afirma que existia e se conhecia uma alternativa mais barata.*
- *Que tais conclusões não clarificam o contraditório das opiniões expressas pelo ex-presidente do Conselho de Administração Dr. Paulo Rabaça, que responsabilizava também o executivo municipal e particularmente a Presidente da Câmara pela evolução de todo o processo e as opiniões expressas pelo administrador da Leirisport Dr. João Empadinhas, nas suas cartas enviadas à Assembleia Municipal.*
- *Que das conclusões também não resulta qualquer proposta visando retirar consequências políticas ou criminais de tais decisões em aspectos relevantes da evolução de todo o processo.*
- *Que o relatório e as respectivas conclusões foram aprovadas baseando-se apenas em análise documental, sendo necessário ouvir todos os intervenientes no processo.*

A Assembleia Municipal decide:

- *Constituir uma Comissão de Inquérito com a presença de todas as forças políticas representadas na Assembleia Municipal, para apuramento de todas as responsabilidades políticas e dar seguimento a eventuais pedidos de apuramento de responsabilidade criminal.*
- *Concluir no prazo de sessenta dias as respectivas conclusões.”*

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem agora a palavra o senhor deputado Luís Pinto.

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

O nosso grupo não quis trazer aqui nenhuma proposta porque entendemos que este é um assunto demasiado sério que deve envolver algum consenso nesta Assembleia. De uma maneira geral os considerandos que foram feitos pelas duas intervenções anteriores merecem-nos todo o apoio, sendo certo que é por demais evidente, que pelos factos apurados, se pode desde logo concluir haver incompetência, haver dolo e haver de facto prejuízo para o erário público. E parece-nos mesmo ser um caso de polícia, e é muito importante que nós encontremos, e nós estamos disponíveis para fazer parte naturalmente da Comissão que aqui já foi proposta, um desfecho final, que é de facto entregar este processo ao Ministério Público e às autoridades para um total esclarecimento desta situação. Aquilo em que nós naturalmente nos empenharemos, em ser levado por diante a Comissão desta Assembleia Municipal é para que sobretudo, porque é a pior coisa que pode acontecer nestes processos, não se continue a arrastar ao longo de meses e meses em climas de suspeição e de dúvidas que de facto, em nada beneficiam a imagem do nosso Município e das pessoas envolvidas. E portanto, o que queríamos deixar aqui como nota é que, independentemente desta Comissão, sobretudo para que possamos avançar mais rapidamente do que se fez até aqui, não temos dúvidas que no final terá que ser o Ministério Público chamado em algumas das matérias, para um cabal esclarecimento de toda a situação.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Domingos Carvalho!

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

Aparentemente sobre esta matéria os dados estão lançados, ou seja, não é muito relevante tudo o que tinha preparado para isso porque, obviamente, não nos escusamos a fazer essa Comissão de Inquérito sobre esta matéria.

Agora, entendemos algo mais, ou melhor, eu entendo algo mais.

06-12-29 AM

Subscrevendo tudo o que foi dito, há aqui realmente matérias que são de uma gravidade que ultrapassa a pura incompetência. Eu diria que, se tivessem sido gestores que tivessem estado à frente deste processo, teríamos aqui uma das páginas negras do livro negro da gestão. E isto, preocupa-me por uma razão, e perdoem-me porque algumas das pessoas que aqui estão, sabem bem o que me preocupou a decisão da construção do Estádio.

E como tal, obviamente não partilhando a posição do senhor deputado Vitorino Vieira Pereira, que queria entregá-lo ao tal "ser estranho", eu acho que quando temos um problema temos que o enfrentar e viver com ele. E a verdade é que, fico satisfeito por verificar também que, ao contrário do que disse o deputado José Augusto Esteves, o relatório que nos é apresentado é um relatório que tem algumas pré-conclusões porque é a nós que nos compete tirar conclusões. Aquilo que foi pedido à senhora vereadora foi que fizesse um relatório que estabeleça pré-conclusões e elas estão lá, as conclusões compete-nos a nós tirar.

E eu na verdade, face a esta se calhar pequena ponta do iceberg, tenho preocupações que vão para além deste caso, muito honestamente. É que há aqui matérias, para quem teve oportunidade de apreciar, e eu não posso deixar de referir uma questão, porque há coisas como se dizia na minha terra, que me fazem forniciques.

Para qualquer pessoa racional, que pense minimamente, um gerador é um motor que produz energia e portanto tem um factor de consumo variável em função do consumo que lhe é pedido. E é estabelecido um contrato com um abastecimento fixo. Nesse contrato que nos é apresentado não está estabelecida, quando se sabe o que tem acontecido com os preços dos combustíveis, nenhuma forma de variação da formação do preço. Tive a oportunidade de perguntar e de saber que as guias de remessa de entrega do combustível não existem, e portanto estamos a falar de um conjunto de coisas que são um milhão e não sei quantos euros, é muito mais do que aquelas coisas que fazem falta a todas as freguesias.

Por isso, eu acho, senhora Presidente, permita que lho diga pessoalmente, que se calhar é altura de fazermos uma reflexão mais profunda sobre o que aconteceu naquela matéria. Mas é no entanto, não uma proposta que estou a fazer mas um pedido que lho faço a si porque, obviamente, acho que este é um problema que a todos nos afecta de uma forma transcendente como fica demonstrado. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

De seguida tem a palavra o senhor deputado José Manuel Silva e finalmente a senhora vereadora Isabel Gonçalves, que pediu para dar uns esclarecimentos.

DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)

Senhores Presidentes, senhores deputados, em complemento àquilo que disse o meu camarada de bancada Luís Pinto, gostava de acrescentar o seguinte:

Primeira nota a este assunto, que todos aqui reconhecemos ser de enorme importância, até pelo carácter emblemático que tem, só existe porque os vereadores do PS levantaram esta questão na Câmara Municipal, caso contrário ninguém teria falado nisto e isto teria passado no buraco negro em que passam muitas outras coisas.

Segundo, nós estamos disponíveis e abertos a participar em todas as comissões de inquérito que sejam constituídas no âmbito naturalmente regimental.

Mas há uma questão que é bom que nós aqui não ignoremos. Se nós estamos aqui perante um caso de polícia, como o deputado Luís Pinto já disse, estamos aqui perante um caso de natureza estritamente política, e esse é que é o ponto que nos preocupa, porque nós não somos investigadores nem somos os Ministério Público, estamos aqui num órgão político, em representação das pessoas que nos elegeram. E aquilo que conta sobretudo para a nossa intervenção aqui, é saber se há neste relatório matéria ou não, para alguma censura política a quem quer que seja, porque ao contrário do que se possa pensar, se lerem com atenção o relatório, e certamente Vossas Excelências todos leram como eu, com atenção, estão cá os culpados, só que se olha para o lado, porque os culpados que cá estão são dois, o CA da Leirisport, cujo presidente já não é presidente, e o projectista. São esses que cá estão como culpados, mas a censura política não pode ser para o CA da Leirisport, nem para o projectista que não tutelam órgãos políticos, a censura (desculpe que lhe diga) tem que ser para a senhora Presidente da Câmara e para a maioria da Câmara que não fez o que devia. Não fiscalizou, não pôs à disposição da fiscalização deste processo todos os meios que tem na Câmara e que devia ter accionado. E a questão que fica no ar é esta:

Relativamente ao gerador nós sabemos o que se passou, está cá o relatório, e em relação a todas as outras coisas que a gente não sabe? Será que nos outros casos

todos, nas outras obras todas que foram feitas, houve procedimentos de igual natureza, houve falta de fiscalização, houve falta de tutela política nas decisões que foram tomadas por órgãos que dependem e que estão sob supervisão da Câmara? Esta é a pergunta que fica aqui no ar, e com toda a estima e consideração que eu tenho pelos membros da Câmara e pela senhora Presidente em particular, é necessário ser firmes nesta matéria.

Minhas Senhoras e meus senhores os culpados pelo que aconteceu estão cá no relatório. Diz o relatório que foi o CA da Leirisport e o projectista. Esses foram os culpados. A quem se vai pedir que indemnize o Município no milhão e setenta e cinco mil euros que foram gastos indevidamente, é outra questão. Mas a censura política, minhas senhoras e meus senhores, tem que ser para a senhora Presidente da Câmara e para o executivo maioritário da Câmara de Leiria, que não fez o que devia. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Dava a palavra agora à senhora vereadora Isabel Gonçalves.

ISABEL GONÇALVES (VEREADORA DO PELOURO DO DESPORTO)

Obrigada senhor Presidente.

Apenas um esclarecimento em relação à matéria do gerador, e na qualidade de relatora, como aqui já foram apontadas algumas notas nas intervenções anteriores, dizendo que o relatório estava incompleto e até, conforme disse o senhor deputado José Augusto Esteves, em cartas do Dr. Paulo Rabaça e do Dr. João Paulo Empadinhas, só um esclarecimento.

Eu fiz, conforme foi solicitado, um relatório factual, produzindo aqui neste relatório matéria documental, que consegui encontrar, e que entendo que deve ajudar e que ajudará com certeza àquilo que foi decidido pela Câmara, isto é, a averiguação dos factos com vista ao apuramento de eventuais responsabilidades.

Foi o que me foi possível, em termos factuais, encontrar, estão aqui os anexos todos dos documentos existentes, que permitem realmente uma análise aprofundada, com toda a matéria documental que foi possível encontrar.

Em relação às cartas que aqui foram recebidas, devo dizer que a Câmara Municipal de Leiria não teve conhecimento delas, apenas aqui é referida uma carta do Dr. Paulo Rabaça que terá enviado ao Presidente da Assembleia Municipal, de que

tivemos conhecimento numa anterior sessão da Assembleia Municipal. Mas, devo esclarecer que a Câmara Municipal não teve conhecimento de qualquer destas cartas. Portanto, o conhecimento destas cartas é vosso, é dos senhores deputados que estiveram nessa Assembleia e não da Câmara Municipal. Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora vereadora.

A senhora Presidente pediu também para usar da palavra uma vez que foi visada directamente por um dos senhores deputados.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

É evidente que depois daquele elogio que o senhor deputado José Manuel Silva fez à actuação da Câmara na área da Educação, estaria já a ser incomodado por esse facto e teria que fazer agora o contraponto. Dá perfeitamente para perceber.

E portanto, nesse contexto, só queria aqui dizer o seguinte:

É perfeitamente perceptível, aliás esclarecimento esse que eu dei em devida altura a um membro da Assembleia Municipal do Partido Socialista que fez essa pergunta à Câmara e que a Câmara respondeu, que uma empresa municipal tem autonomia de gestão como é sabido. Compete à Câmara naturalmente acompanhar e definir a estratégia que é executada por essa empresa municipal. Mas, como é evidente, a Câmara não tem condições nem pode andar a fiscalizar todos os actos e todas as decisões da empresa municipal, porque para esse efeito não existia a empresa municipal, como é lógico. E eu disse que numa carta que enviei ao senhor deputado Carlos André, que fez essa pergunta para a Câmara, a Câmara teve conhecimento deste assunto após a entrada do novo Conselho de Administração. Foi dito que efectivamente havia um problema com o gerador que tinha que ser resolvido. E a partir daí, a Câmara disponibilizou todos os meios necessários que achou convenientes para que o problema fosse resolvido no mais curto espaço de tempo.

Isto foi o que aconteceu, e como podem imaginar, evidentemente que é muito fácil imputar responsabilidades políticas: dá jeito, fica bem, é o tal contraponto que eu julgo que houve intenção de se fazer. Mas, a verdade é esta: não é possível acompanhar ao pormenor a gestão de uma empresa que é autónoma e que tem naturalmente a sua autonomia de gestão, que lhe é dada pelos próprios estatutos e pela própria lei que vigora e que sustenta a existência das empresas municipais. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Presidente.

Nós temos na mesa neste momento duas moções que a serem votadas e eventualmente aprovadas, elas são muito idênticas, terminam com esta discussão.

De maneira que, vamos ver o que resulta da votação destas duas moções.

Há ainda mais três pessoas inscritas, a quem peço brevidade nas suas intervenções, e encerramos aqui a discussão deste ponto.

Estão inscritos o senhor deputado José Augusto Esteves, o senhor deputado José Manuel Verdasca, o senhor deputado José Manuel Silva e o senhor deputado Carlos Poço.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

José Augusto Esteves, PCP.

Eu há pouco limitei-me a ler a proposta, mas eu gostaria de dizer o seguinte:

Eu julgo que esta Assembleia não se pode demitir dela própria, de apurar os factos e tomar as decisões respectivas. E não aceitar que outros, que não tiveram em conta outros elementos que nos foram entregues, cartas que são notoriamente contraditórias em relação aos acontecimentos, levem a responsabilizar de antemão seja quem for. Eu não faço isso e por isso propus uma Comissão.

Responsabilizo depois de tomar conhecimento e de ouvir tentar apurar, e é isso que nos compete a nós de forma autónoma, e depois naturalmente, responsabilizar politicamente. E cá estarei para fazer as propostas, na altura devida, quando for necessário responsabilizar e responsabilizar também criminalmente se chegarmos a essa conclusão, solicitando depois quer ao Ministério Público ou quer a outra entidade, as respectivas conclusões a que chegaram, mandando-lhes o dossier, etc.

E há uma coisa que para mim não está muito clara e que às vezes os relatórios também não deixam claro nem transparente, se calhar é porque não é possível, mas eu acho tão estranho que se tenha decidido ir alugar um gerador, sabendo e tomando conhecimento colectivamente, de que havia uma solução mais barata. Porquê? Essa resposta está nas cartas que foram dirigidas aos membros da Assembleia Municipal, e precisamos confirmar porque pode haver outros responsáveis que não estão aqui, que não são referenciados e precisamos de conhecer e aprofundar esta matéria.

Daí que, a minha proposta, é no sentido de apurar as responsabilidades e não condenar à partida ninguém. E depois, depois sim, apuradas as responsabilidades, então pedir responsabilidades a quem as tem.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor deputado José Manuel Verdasca, faça favor.

DEPUTADO JOSÉ MANUEL VERDASCA (PSD)

É muito rápido.

Senhora Presidente, independentemente dos apuramentos que devem ser calculados neste tipo de situações, sob um ponto de vista economicista, quem paga tudo no final são os responsáveis máximos, são os patrões, mas estamos numa questão política, uma questão completamente diferente.

Eu diria assim:

Eu até sugeria que fossem apresentado um pedido de desculpas a toda a população, porque ela merece, não obstante o apuramento da situação. Era só isso que eu queria dizer, é a minha opinião.

DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)

Sendo breve e telegráfico para dizer o seguinte:

A senhora Presidente da Câmara conhece-me há tempo suficiente para me fazer o favor de me dispensar dessas suas picardias, porque eu penso há muitos anos pela minha cabeça tal como a senhora certamente pensará pela sua. E portanto não é por eu ter feito aqui um elogio que não foi à Câmara foi ao concelho na generalidade, que tinha agora que vir aqui uma coisa em contrário, porque isso até é injurioso para mim. Portanto eu dispenso isso e dou de barato que a senhora disse impensadamente isso, porque pela consideração que sempre manifestou por mim, certamente não diria uma coisa dessas.

O que aqui fica claro é, e o deputado José Augusto Esteves fez agora uma intervenção, em que eu também gostava de o tocar num aspecto. Sobre esta matéria acho que ninguém deve ter ilusões, Isto é um problema de apuramento de responsabilidades a um nível técnico, mas nós, não temos que apurar responsabilidades técnicas, para isso esteve lá a senhora vereadora Isabel Gonçalves, que fez um relatório que ela já disse aqui, o mais factual possível.

Nós estamos aqui para assacar responsabilidades políticas a quem de direito, e quem de direito tem que ser a Câmara e a senhora Presidente da Câmara, porque Vossa Excelência senhora Presidente não ignora, que tendo a senhora naturalmente confiança no Conselho de Administração da Leirisport, o Presidente da Leirisport escreveu-nos uma carta a dizer que a responsabilidade era sua. Não mandou dizer por terceiros, e mais, quando o deputado José Augusto diz “nós não nos devemos demitir de apurar responsabilidades.” Muito bem, só depois das responsabilidades apuradas é que nós podemos sancionar seja quem for? Errado, salvo o devido respeito! Toda a gente sabe que em termos políticos as responsabilidades são imediatas. Quando caiu a ponte de Entre-os-Rios, que é o exemplo que me vem agora à cabeça, Graças a Deus isto não teve a gravidade que teve a queda dessa ponte, o Ministro que tutelava a pasta, demitiu-se no próprio dia. E nesta matéria, Vossa Excelência já devia há muito ter compreendido, que a responsabilidade política é sua e da Câmara. Esta é que é a questão essencial, e Vossas Excelências andam a fugir de assumir essa responsabilidade. E o Partido Socialista em tempos levantou a questão na Câmara, e se não tivessem sido os vereadores do PS a levantar a questão, esta questão não existia, um milhão de euros tinha ido por água abaixo, o PT lá estaria hoje e ninguém saberia disto. E portanto mais uma vez, o PS tem que dizer alto e bom som, neste caso pela minha boca mas podia ser pela boca de outra pessoa, que o PS entende e tem que o dizer com toda a franqueza, que nesta matéria, independentemente das culpas técnicas que existam, e independentemente da responsabilização penal e criminal de quem quer que seja, há um culpado político, chama-se Isabel Damasceno, é Presidente da Câmara e é acompanhada nessa responsabilidade por todos os membros do seu executivo. Esta é que é a questão!

DEPUTADO CARLOS POÇO (PSD)

Carlos Poço, PSD.

Penso que existe um consenso acerca da necessidade de apurar mais factos, mais responsabilidades, de averiguar esta questão até ao fundo. Sobre isso parece-me que existe um consenso nesta Assembleia Municipal e é importante que haja.

O PSD queria manifestar que não subscreve os pressupostos do Partido Comunista, que à partida já está a tirar conclusões. Nós gostaríamos que fosse esta Comissão que fosse averiguar e que fizesse um relatório e o apresentasse aqui ao plenário, com as conclusões. Se nós entendemos hoje que existem aqui dúvidas, que existem

perguntas que não têm resposta, achamos que não se deve tomar já hoje conclusões sobre este relatório mas aprofundar mais esta questão. Sobre isto penso que estamos de acordo.

Nesse sentido, nós não votaremos a proposta apresentada pelo Partido Comunista e apresento a seguinte proposta:

PROPOSTA:

“Tendo em consideração que o relatório apresentado à Assembleia Municipal não satisfaz todos os esclarecimentos que esta Assembleia entende necessários, propõe-se o seguinte:

Que seja criada uma Comissão constituída por representantes de todos os partidos representados, que faça um inquérito exaustivo e elabore um relatório para posterior apreciação pelo plenário da Assembleia Municipal.”

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Bem, se o senhor deputado José Augusto estiver de acordo, peço-lhes que façam uma proposta conjunta de modo a que a possamos votar depois do intervalo, que terá início a partir deste momento e durante quinze minutos.

(intervalo)

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Vamos retomar os nossos trabalhos e pedia aos senhores deputados Carlos Poço e José Augusto Esteves que lessem então a moção conjunta, sobre o relatório do gerador, que elaboraram durante o intervalo.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

José Augusto Esteves, PCP.

MOÇÃO:

“A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 29 de Dezembro de 2006, para apreciação e discussão do processo do “gerador do complexo municipal de Piscinas de Leiria”, tendo presente o relatório da senhora vereadora e vogal do Conselho de Administração da Leirisport, EM Eng.ª Isabel Gonçalves, considera:

- *Que as conclusões propostas no referido relatório são manifestamente insatisfatórias para o apuramento de toas as responsabilidades das decisões inerentes ao processo e das quais resulta evidentes prejuízos para o erário municipal.*

- *Que tais conclusões não clarifiquem o contraditório das opiniões expressas pelo ex-presidente do Conselho de Administração Dr. Paulo Rabaça, que responsabilizava também o executivo municipal e particularmente a Presidente da Câmara pela evolução de todo o processo e as opiniões expressas pelo administrador da Leirisport Dr. João Empadinhas, nas suas cartas enviadas à Assembleia Municipal.*
- *Que das conclusões também não resulta qualquer proposta visando retirar consequências políticas ou criminais de tais decisões em aspectos relevantes da evolução de todo o processo.*
- *Que o relatório e as respectivas conclusões foram aprovadas baseando-se apenas em análise documental, sendo necessário ouvir todos os intervenientes no processo.*

A Assembleia Municipal decide:

- *Constituir uma Comissão de Inquérito com a presença de todas as forças políticas representadas na Assembleia Municipal, para apuramento de todas as responsabilidades políticas e dar seguimento a eventuais pedidos de apuramento de responsabilidade criminal.*
- *Concluir no prazo de noventa dias as respectivas conclusões."*

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Vamos então passar à votação desta moção.

Quem vota contra?

Quem se abstém? Uma abstenção.

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com uma abstenção, aprovar a Moção sobre o relatório do processo do gerador e constituir uma Comissão de Inquérito com um representante de cada partido político com assento na Assembleia Municipal de Leiria.

4. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO, nos termos da alínea e), do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;

Estão abertas as inscrições!

Não há inscrições.

A Assembleia Municipal de Leiria delibera tomar conhecimento do Relatório sobre a actividade do Município e relatório financeiro, nos termos da alínea e), do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

**5. PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2007 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA PARA 2007/2010 –
Apreciação, discussão e votação;**

Eu pergunto à senhora Presidente se quer dar alguns esclarecimentos prévios? Faça favor!

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Senhor Presidente, apenas duas ou três observações iniciais.

Tal como é apresentado no Orçamento, há um pequeno mapa que distribui as verbas por funções e nessa distribuição verifica-se que, conforme já aqui foi dito nesta Assembleia, a Educação é que tem o bolo maior, tem uma percentagem de 15% no total do Orçamento, seguindo-se a Protecção do meio e Conservação da natureza, onde aqui têm um peso muito significativo, do ponto de vista orçamental, todas as actividades que têm a ver com a limpeza, a recolha e o tratamento do lixo.

Segue-se o Desporto, Transportes e Comunicações, um peso ainda significativo na área da Cultura e portanto é uma nota guiada sobre as verbas que estão distribuídas no Orçamento.

Uma nota final para dizer que se mantêm os protocolos de delegação de competências em Juntas de Freguesia, com uma distribuição mensal das verbas que já tiveram efeito no ano de 2006, bem como as delegações de competências que vêm de 2006 e que transitam para 2007 e outras delegações de competências, o que totaliza "Transferências de verbas através de delegação de competências ou apoios diversos para as Juntas de Freguesia", um valor de cinco milhões quatrocentos e setenta e três mil euros.

Dizer também que este orçamento foi elaborado com base no Orçamento do Estado, que por sua vez estava baseado na Lei das Finanças Locais que ainda não estava aprovada. Portanto, tivemos aqui uma situação *sui generis*, como acabei de referir. Pensamos que no fim bate certo, sendo que é muito provável que tenha que vir a acontecer ainda no ano de 2007 uma votação relativamente à questão da derrama.

Aliás, quando a derrama foi aprovada na sessão de Setembro, eu expliquei que ela estava a ser aprovada com base na Lei das Finanças Locais ainda em vigor. Como a Lei das Finanças Locais tem uma nova fórmula de cálculo e de fixação da taxa da derrama, é muito provável que em 2007 tenhamos que trazer novamente este assunto à Assembleia Municipal.

Eram estas as notas e naturalmente estou disponível para responder às questões que sejam apresentadas. Obrigado

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Estão abertas as inscrições para a discussão deste Orçamento para 2007.

Tem a palavra o senhor deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

Eu queria começar por fazer uma pergunta ao senhor Presidente, que era, se na verdade aquilo que se pretende fazer aqui é a discussão e votação do Orçamento?

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Penso que sim!

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Nestas matérias convém fazer a pergunta e eu vou explicar porquê.

Eu sendo assim, obviamente que, vou abandonar a sala, não vou participar na discussão, porque em Junho tivemos conhecimento de que não votávamos as contas. Ora, se não votamos as contas, por maioria de razão e qualquer técnico seguramente secundará o que eu vou dizer, não faz sentido que votemos o Orçamento, porque as contas são a verificação do Orçamento, ou seja, a verificação da execução orçamental. Se não se vota uma coisa, não faz sentido que se vote a outra, parece-me que a questão é lógica.

Razão pela qual eu abandono a sala e não participo nesta discussão. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Eu devo esclarecer o senhor deputado Domingos Carvalho e os restantes deputados, que a pedido do senhor deputado Domingos Carvalho, solicitei um parecer à secção jurídica da Associação Nacional de Municípios Portugueses, precisamente para

esclarecer esta questão. Aliás, discuti também o assunto com a senhora Presidente da Câmara e portanto vamos aguardar o esclarecimento jurídico sobre a questão levantada pelo senhor deputado.

Tem agora a palavra o senhor deputado José Manuel Silva.

DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)

José Manuel Silva, PS.

Senhor Presidente, senhora Presidente, excelentíssimos membros desta Assembleia, compete-me em nome do Partido Socialista fazer uma breve apreciação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento. E devo dizer, que esta tarefa é simultaneamente complexa, porque estamos perante documentos que são de importância vital para a vida do Município, e ao mesmo tempo fácil, porque teria sido relativamente oportuno ir ao baú das recordações e transpor para 2007, aquilo que já se disse aqui mais ou menos em 2006 ou em 2005. Mas não quero ir por esse caminho, vou de uma forma não muito extensiva, tocar em dois ou três aspectos que me parecem mais relevantes e vou começar pelas Grandes Opções do Plano.

E a primeira observação que eu gostava de aqui deixar, é a que tem que ver com a qualidade da redacção deste documento.

Já em intervenções anteriores, eu tive ocasião de chamar a atenção para este aspecto, e enfim, com toda a modéstia, já se disse em tempos e agora reitera-se, que era da maior conveniência que este documento fosse um documento do ponto de vista da linguagem e do português são e correito, feito nas melhores condições. E não é! Para além disso, é um documento que enferma de diversas contradições, e a primeira das quais vem logo nos primeiros dois parágrafos, em que se diz assim:

“Tendo eleito como estrategicamente prioritários os três projectos...”, entre os quais o saneamento básico e o abastecimento de água, e a seguir se fala do Programa Polis que constitui a terceira prioridade, no Orçamento a primeira prioridade é a Educação, alguma coisa aqui não bate certo. Se nas Grandes Opções do Plano a prioridade é o saneamento e o abastecimento de água e o programa Polis e no Orçamento vem à cabeça a Educação, alguma coisa aqui está baralhada. Depois a seguir, diz-se que, “o ano de 2007 não deixará de constituir um virar de página dando assim início a um novo capítulo.”. Não se sabe bem é para onde é que se vai. E lembrei-me da história daquele Presidente brasileiro que disse “Quando eu cheguei

ao Governo estávamos à beira do abismo, agora demos um passo em frente...". Não sei se a ideia aqui é mais ou menos a mesma com este virar de página.

Depois, dá-se aqui uma alfinetada que não é completa, relativamente à questão das Finanças Locais quando toda a gente já sabe que, embora a senhora Presidente tenha dito que teve que ser elaborado sem saber muito bem o aspecto final da questão, a Lei das Finanças Locais em nada prejudica o Município de Leiria. Depois naturalmente que nos congratulamos e já aqui se disse isso há bocado, que a Educação tenha um papel relevante neste Orçamento, mas eu há pouco tive o cuidado de deixar bem claro e eu normalmente falo de maneira que se entenda, não estava aqui a fazer um elogio especificamente a A,B ou C, estava a fazer ao Concelho em geral e aos responsáveis que têm tido participação directa nos órgãos camarários e como se sabe, é o PSD o PS e o CDS. E portanto os louros que eu aqui há bocado disse naturalmente que são repartidos na medida da intervenção que cada um tem tido na Câmara.

Depois, há aqui um aspecto que merece um comentário que é a questão das Juntas. Esta matéria das transferências para as Juntas e da relação da Câmara com as Juntas, desde que eu comecei a ter intervenção política aqui em Leiria, é uma questão redundante, o problema anda sempre à volta da mesma questão e joga sempre em momentos de particular dificuldade, com a questão de que se fazem muitas transferências para as Juntas, mas o que é verdade é que já hoje tivemos intervenções de Presidentes de Junta, que levantando um bocado os testos à panela, disseram alto e bom som aquilo que a gente sabe que acontece e que não é bem a realidade que se quer passar nestes documentos e outros não dizem porque certamente têm medo de retaliações.

Com a vossa licença, há um aspecto que eu queria deixar aqui que eu acho que é emblemático da forma como este documento é organizado e tem a ver com o Parque Empresarial de Monte Redondo.

Diz aqui no documento, que é estratégico para o concelho e para a região de Leiria, e cito "garantirá a fixação de inúmeras unidades geradoras de investimento, de emprego, vitalidade económica e riqueza, simultaneamente definida a localização da futura grande superfície, a nova área comercial será credora de minucioso e diversificado trabalho proporcional à dinâmica que criará junto das empresas e ao conforto que facultará aos munícipes". Como se vê, este texto é um arrazoado e

peço desculpa a quem o escreveu, e depois, termina desta forma absolutamente brilhante:

“Não obstante o apoio ao moderno, manter-se-á o legítimo investimento na vertente tradicional.”, acho esta frase fantástica, isto é uma pérola autêntica de português.

Mas a questão que eu queria aqui levantar não é bem a pérola do português, porque as pessoas que escrevem isso não têm obrigação de saber escrever de outra maneira. O problema é outro. Isto que aqui se diz, significa o quê?

Quantas empresas é que vão ser criadas ou quantas empresas é que se vão aqui instalar, quantos postos de trabalho vão ser criados? Que sobrecarga ou não, é que isso vai criar nas infra-estruturas rodoviárias existentes, nas escolas, nas unidades de saúde? É disto que nós estamos aqui a falar! Ou melhor, devia ser disto que se estava aqui a falar nas Grandes Opções do Plano, e uma coisa que aqui nos parece a nós naturalmente, é que se devia ter a noção de que ao ler as Grandes Opções do Plano, nós percebíamos para onde é que o concelho de Leiria está a caminhar e ninguém consegue descortinar qualquer estratégia neste documento que aqui está.

Isto é um arrazoado de intenções sem qualquer até consistência prestativa na maior parte dos casos, porque dizem-se aqui coisas que eu até algumas delas já sublinhei e outras são absurdas, usa-se agora uma palavra que foi descoberta que é a transversalidade, vem em vários pontos dos documentos a falar-se sobre transversalidades, descobriu-se esta palavra importantíssima da transversalidade, portanto tem que ser tudo transversal, mas nós não percebemos qual é o sentido da transversalidade. Há aqui de facto, uma lacuna total no que diz respeito à orientação estratégica do concelho.

E depois diz-se, “O desenvolvimento estratégico do concelho será assim uma preocupação transversal e partilhada através da actualização do diagnóstico social e do plano de desenvolvimento do concelho”. O que é isto? Quem é que percebe o que aqui está escrito? Eu não entendo! E não entendo, digo isto com toda a franqueza, não estou agora a fazer chicana com isto, eu não percebo como é que um concelho destes, dos concelhos mais importantes do nosso País, se permite apresentar a público, um documento com uma pobreza franciscana em termos de ideias e conteúdos. Isto não tem substância nenhuma.

Senhora Presidente e senhores vereadores, eu acho que isto é uma falta de respeito não só por nós mas pela população deste concelho em geral. Não se admite que um documento destes seja feito de uma maneira absolutamente leviana, E depois,

06-12-29 AM

termina-se com uma frase que eu acho espectacular, vou aliás retê-la, que é "Todos os esforços serão feitos no sentido de maximizar e rentabilizar os recursos que Deus e o Homem ofereceram a Leiria", e apetece dizer, é pena que a Câmara os ande a delapidar. Esta é que é a realidade.

Bom, de facto, Senhor Presidente, senhora Presidente, senhores vereadores e senhores deputados, não se perscruta neste documento qualquer ideia de estratégia para o desenvolvimento do concelho. Se nós fossemos extraterrestres ou (nem precisamos de ser extraterrestres) bastava não conhecermos o concelho, lermos isto ficávamos sem perceber rigorosamente nada sobre qual é o modelo de desenvolvimento deste concelho, para onde é que ele se orienta, etc.

Relativamente ao Orçamento, naturalmente que a aquilo que aqui nos interessa, eu já há bocado salientei este aspecto, há pessoas às vezes que não percebem bem, independentemente das nossas amizades pessoais e dos nossos companheirismos lá fora, nós estamos aqui em representação de projectos políticos diferentes e naturalmente o que nós dizemos só tem que ser politicamente responsável, não tem que ser levado para nenhum outro campo. E em relação ao Orçamento, aquilo que nós temos que dizer com toda a franqueza é que isto é uma ficção, uma mentira, como aliás, os vereadores do PS disseram na reunião de Câmara, porque sistematicamente somos chamados a discutir um documento, que toda a gente sabe que não é para cumprir. É um documento para encobrir coisas. Aliás, a intervenção de há pouco do senhor Presidente da Junta dos Pousos, foi muitíssimo elucidativa sobre aspectos de como o concelho é gerido e com a leveza com que certas coisas são feitas. O que é que isto tem a ver com orçamentos aprovados na Assembleia Municipal? Rigorosamente nada! Uma coisa é o que está escrito nestes papéis e outra coisa é aquilo que se faz na prática e basta dizer o seguinte:

Nós estamos a terminar o ano civil e, embora os dados que eu aqui tenho não estejam actualizados ao dia de hoje mas estão muito próximos da realidade, o que vai ser executado não chega a 50% do que foi aprovado. Então mas o que é isto? É para participai nesta autêntica farsa que nós aqui somos chamados no dia 29 de Dezembro? Isto é uma farsa! É uma mentira, é uma ficção! Cada um que escolha o adjectivo que quer utilizar, agora que isto não tem nenhuma credibilidade não tem. Esta é que é a realidade.

Toda a gente sabe que a Câmara de Leiria, não é capaz de gerar fundos para além dos sessenta milhões de euros, e apresentam-nos aqui mais uma vez, cento e sete milhões. Para quê? Desses cento e sete o que é que se vai executar?

Eu pergunto:

Se nós geríssemos a nossa casa ou os senhores que são empresários se gerissem as vossas empresas, e se eu gerisse os serviços que tenho sido chamado a gerir, desta maneira, onde é que estávamos todos? Esta é que é a realidade. Nós já várias vezes chamámos aqui a atenção nesta Assembleia, para a necessidade do Orçamento ser um documento realista, que não seja um arrazoado de intenções para contentar clientelas, ou para contentar outras pessoas, mas que seja um documento fidedigno daquilo que são as intenções e que se procuram cumprir.

Quando a senhora Presidente diz que vão dar prioridade à Educação, ou nas Grandes Opções do Plano, que diz que vão dar prioridade ao saneamento e ao abastecimento de água ou ao Polis, que contrapartida isso tem em termos do orçamento, quem é que nos garante que são estas de facto as prioridades, e é dessa forma que o orçamento vai ser gerido? Como é que nós vamos pensar em gastar cento e sete milhões de euros, quando nós sabemos que a Câmara não vai além dos sessenta milhões?

E depois, há aqui alguns aspectos, e eu julgo que não vale muito a pena ir por aí, porque nós não estamos aqui a discutir os aspectos contabilísticos do Orçamento, estamos a discutir os aspectos políticos do Orçamento, gostava de deixar aqui dois ou três dados, que são números que impressionam. E um deles tem que ver com um aspecto que neste documento é praticamente omissa, que é a questão de se saber que política vai ser adoptada pelo Município naquilo que diz respeito à desburocratização e à agilização dos mecanismos administrativos. Fala-se aqui do Leiria Digital, mas o Leiria Digital não é uma varinha mágica que resolve todos os problemas. O que nós gostávamos de ter aqui nas Grandes Opções do Plano, era um conjunto de medidas, chamem-lhe lá por analogia simplex ou outra coisa qualquer, em que nós tivéssemos a noção clara onde é que a Câmara ia simplificar e onde é que a Câmara ia poupar dinheiro, porque pelas contas que o PS fez, em comunicações gastam-se por dia na Câmara de Leiria dois mil euros. E os juros? É um dado que a maior parte da população não conhece e é bom que a gente saiba isto. Só com os encargos da Câmara, o serviço da dívida, são à roda de nove mil euros por dia, e se lhes juntarmos os SMAS e a Leirisport, sobe para quase doze mil

por dia, que anda à roda de duzentos e dois mil/trezentos contos por dia ou, na outra versão, mil setecentos e cinquenta contos por dia. Isto são dado que importa que a população conheça. Agora quem é que consegue, e por aqui vou terminar a minha intervenção, da população portuguesa cujo nível de alfabetização e de formação técnica é aquele que nós conhecemos, pegar num Orçamento destes e fazer alguma coisa do que aqui está? Os deputados municipais têm obrigação de o fazer, mas não seria necessário que este documento, independentemente das suas características mais técnicas, tivesse pois uma versão acessível à população em geral, qualquer pessoa olhasse para isto e pudesse dizer que a Câmara de Leiria no próximo ano vai gastar com Pessoal x, com transportes y, em obras e investimentos vai gastar tanto, em telefones vai gastar tanto, etc., isso é que toda a gente queria saber, porque este documento não é apenas para ser acessível a Vossas Excelências que são membros da Câmara e a Vossas Excelências que aqui estão, que são membros da Assembleia Municipal. Isto é um documento que deve ser para toda a gente conhecer, porque toda a gente paga impostos, e quando a Câmara vai pagar de serviço da dívida quase doze mil euros por dia, sai do bolso de cada um de nós e das outras pessoas todas que não estão aqui e que estão lá fora. Essas pessoas que pagam impostos têm obrigação de que lhes prestem contas e que antes de gastarem o dinheiro lhes digam aonde é que o vão gastar.

E isto meus senhores, não é caso para sorrisos, isto é um problema grave. É um problema de cultura política e de cidadania, não é um problema de chicana política, isso é o que os senhores muitas vezes gostam de vir aqui fazer para as assembleias. Isto não é chicana política, isto é cidadania, é fazer um documento acessível a toda a gente, para que toda a gente entenda como é que se gasta o dinheiro que todos nós pagamos. E já repetidamente, em intervenções anteriores, eu chamei a atenção para essa necessidade e a Câmara continua fazer orelhas moucas a propostas, que são propostas absolutamente irrepreensíveis do ponto de vista da cidadania e daquilo que é necessário numa sociedade moderna, numa sociedade onde se procura esclarecer devidamente toda a gente, da forma como os dinheiros públicos são aplicados.

Portanto o Partido Socialista, entendendo que este documento é uma mentira, é uma farsa ou uma ficção, Vossas Excelências escolham como querem, e que tudo isto que aqui está é uma fantasia, não tem credibilidade, naturalmente que não esperarão que nós votemos a favor. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Eu chamo novamente a atenção para o tempo das intervenções, que vai longo, e isso significa que vamos estar aqui muito tempo.

Tem a palavra a seguir o senhor deputado Francisco Francisco.

DEPUTADO FRANCISCO FRANCISCO (CDS/PP)

Reforçar o que disse no início, com números não com valores, eu gostava que a senhora Presidente se puder, nos explique por exemplo, em rendimentos de propriedade, em 2006 receberá cerca de três milhões de euros, em 2007 prevê mais de catorze milhões; Nas transferências correntes serão em 2006 cerca de doze milhões, em 2007 mais de quinze milhões; A venda de bens e serviços, que este ano não deve passar de um milhão de euros, para o ano serão quase dez milhões; As vendas de bens de investimento, que neste momento são quase zero, serão quase trinta milhões de euros; as outras receitas, que são quase zero, passam para dois milhões.

Eu não posso deixar de responder à intervenção da senhora Presidente, sobre as contas de 2004 e sobre a intervenção que ela fez. Eu quero reafirmar que não foi questionada a veracidade dos documentos aqui apresentados, que se sabia não serem ainda os correctos mas mesmo assim estavam aprovados.

O que foi por mim analisado e posto em causa, foi tão somente a não aprovação pelos órgãos competentes, das significativas correcções efectuadas à posteriori administrativamente, e não apresentadas em reunião de Câmara e em Assembleia para serem aprovadas. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Obrigado senhor deputado.

Senhor deputado José Cunha!

DEPUTADO JOSÉ CUNHA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA BARREIRA)

José Cunha, Presidente da Junta da Barreira.

Senhor Presidente, eu na semana passa falei com a D. Teresa Pinto, no sentido de tentar obter a tela e um datashow, porque quer a intervenção anterior que eu fiz quer esta, se fossem acompanhadas de fotografias, se calhar davam uma imagem mais concreta daquilo que eu quero transmitir à Câmara e à Assembleia.

06-12-29 AM

Senhora Presidente quero agradecer-lhe e aos vereadores, as verbas que inscreveu pela primeira vez neste Orçamento, pela verba dos Balneários, dado um protocolo que no ano passado tinha sido esquecido, mas em particular a delegação de competências às escolas da Barreira que o senhor vereador aqui referiu, mas realmente foi com o esforço conjunto da Câmara e da Junta de Freguesia e de uma associação, que se conseguiu fazer aquilo em tempo record, portanto no mês de Agosto, para ficarem prontas antes do início do ano lectivo, e agradecendo particularmente a inclusão neste Orçamento, da Requalificação da Estrada Municipal 543.

Trata-se da via principal da Freguesia da Barreira, eu até costumo definir aquela estrada, para quem não a conhece, como uma estrada estreita com casas de um lado e do outro. Ali circulam todos os habitantes da freguesia, pois é nela que vão dar todas as ruas e todos os caminhos, bem como, das urbanizações que nos últimos anos se têm desenvolvido na Barreira, sem que haja planeamento para novas acessibilidades alternativas. Nela circulam utentes vindos dos concelhos a sul de Leiria, com especial relevância para os camiões de grande tonelagem, que utilizam a estrada 543 como alternativa ao IC2, fugindo aos problemas de que aquele itinerário também padece.

O aumento do tráfego que se verifica, desde a implantação da tolerância zero particularmente na IC2, trouxe problemas acrescidos de segurança rodoviária, que em conjunto com as obras de saneamento que entretanto foram feitas e muito bem, veio acelerar o processo de degradação daquele pavimento.

Senhora Presidente, no dia 30 de Outubro, na reunião que teve com todos os Presidentes de Junta do Concelho, considerou e muito bem, a requalificação daquela estrada como uma obra prioritária. Mas como aquela reunião serviu também para anunciar a redução dos investimentos nas Freguesias, nomeadamente a não celebração dos protocolos de delegação de competências, confesso com toda a sinceridade, que fiquei com dúvidas quanto à intenção das suas palavras. Portanto, neste momento reconheço o meu cepticismo e dou a mão à palmatória.

No entanto, gostaria que me informassem, que tipo de requalificação é que vai fazer nos cerca de cem quilómetros que tem a estrada, pois gastar dois milhões e duzentos mil euros nos próximos quatro anos, parece-me irrealista e aparentemente excessivo, a não ser que a verba preveja a beneficiação de uma outra estrada, que

eu há muito lhe ando a pedir para beneficiar, que é a estrada n.º 1251, que liga o lugar dos Andreus ao Telheiro e cujo pavimento se encontra em péssimo estado.

Há mais de trinta anos que aquela estrada não é objecto de obras de beneficiação, e o seu estado agravou-se com a execução das obras do saneamento básico.

A senhora é de opinião e já mo transmitiu pessoalmente, que devem passar dois invernos sobre a execução do saneamento e depois então pensar em beneficiar aquela estrada. Concordo consigo, já lho disse, mas lembro que este já é o segundo Inverno que passa pela estrada depois da conclusão das obras. E portanto, do meu ponto de vista, deixar passar tempo para justificar o mau trabalho que foi feito particularmente na Freguesia da Barreira, nomeadamente ao nível da compactação, não é justificação para deixar passar o tempo.

Mas as acessibilidades da Barreira enfermam de outros problemas. Alguns causados, como aqui já foi referido pelo deputado Carlos Poço, pelas intempéries que praticamente tornaram intransitáveis todos os caminhos rurais e por duas vezes, levou parte da estrada que liga a Azoia ao Casal da Cortiça, nas imediações da margem direita do Rio Lena. Outros, causados por soluções técnicas mal avaliadas, como é o caso da passadeira elevada junto ao RAL, onde têm ocorrido inúmeros acidentes, no sítio onde não havia registo de ocorrência de acidentes.

Há outro caso também que é o pontão feito há cerca de dois anos, sobre o Rio Lena, entre a Mourã e o Alto do Vieira, onde mal passa um tractor, e que devido à sua reduzida largura não permitiu a passagem de um veículo dos bombeiros, para combater um incêndio que ali deflagrou no Verão passado. O veículo, teve que ir à Golpilheira, na impossibilidade de passar da Azoia para o Casal da Cortiça, devido ao muro de betão que entretanto foi feito no IC2. Neste período de tempo, arderam mais uns hectares de pinhal e colocaram-se em risco as habitações.

Há uma outra rua, que tive o particular prazer de levar, logo no início do mandato, quer o Eng.º Fernando Carvalho quer a Dr.ª Neusa, que é a Rua da Mina que liga o Casal Mil Homens ao Casal da Cortiça, quem entra pela parte sul da Batalha, e que está em tão mau estado que faz jus àquela definição de que aquilo é uma sucessão infinita de buracos ligados por um bocado de alcatrão.

Senhora Presidente, este e outros problemas nas acessibilidades, prejudicam os utentes, limitam a actividade industrial e comercial na nossa freguesia, nomeadamente no sector da restauração tão conhecido em toda a região, condicionando a sua promoção e por consequência a promoção do concelho.

Com estes problemas, há empresas na freguesia, que pensam em deslocar as suas actividades para outras freguesias e até para outros concelhos.

Só a título de curiosidade, há uns meses atrás, um familiar meu recebeu um e-mail de uma estudante austríaca, que passou algum tempo aqui na Barreira, ao abrigo do Programa Erasmus. Na troca de correspondência que se torna habitual nestas coisas, foi recebido um e-mail que passo a citar, "Já sinto saudades daqueles saltos todos". Não é esta a imagem da Barreira que queremos transmitir.

Senhora Presidente, usando as suas palavras, não pode ser esta a forma de afirmar Leiria no Mundo. Obrigado pela atenção.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Obrigado senhor deputado.

Tem agora a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Azoia, Manuel de Jesus Carvalho.

DEPUTADO MANUEL CARVALHO (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE AZOIA)

Boa noite!

Manuel carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia.

Venho aqui, não para falar deste ponto em concreto, mas tão só por causa de uma expressão que o senhor deputado José Manuel Silva utilizou, sei que na sua intervenção não o pretendia fazer, mas devido ao facto de um deputado ter feito um comentário à sua intervenção, deixou escapar "...outros Presidentes não o dizem com medo de retaliações".

Na qualidade de Presidente de Junta, e pessoalmente, quero dizer que sobre mim e sobre a freguesia que presido, nunca houve por parte da senhora Presidente ou por parte de qualquer vereador, qualquer tentativa de alguma vez me calarem ou de me impedirem qualquer crítica ou de me impedirem qualquer sugestão.

É bom que o diga. Se alguém tiver que dizer que o faça, eu faço isto apenas em meu nome pessoal, e quero dizer de facto que muitas vezes como todos nós sabemos quando se faz ou quando se pretende uma obra nem sempre é possível, quase sempre acarreta mais obras a seguir, e às vezes há prioridades em relação a uma obra dependente de outra obra. E quando das muitas vezes que falei com a senhora Presidente e com os senhores vereadores sobre isso, que era prioritário, que era o momento oportuno, se calhar era o melhor momento, em termos de gestão, fazer

aquela obra, me foi dito " Pois é senhor Presidente, mas neste momento faça-o por sua conta e risco, o que está previsto é isto e não podemos ir mais além, ou se quiser fazer depois a responsabilidade é sua se não houver meios para o pagar."

Portanto, isto é aquilo que eu tenho que dizer, aliás, foi motivo da minha vinda aqui, eu sei que o senhor deputado José Manuel Silva não o queria dizer, mas isso nunca aconteceu comigo e espero que não aconteça com ninguém, mas como o senhor também disse, porque eu considero-o um distinto professor e gosto de aprender consigo, eu também gosto de pensar pela minha cabeça e agir conforme a minha consciência, e quando me fizerem represálias terei, enfim, que reflectir sobre isso e sobre a minha vida cívica e como cidadão estou sempre ao dispor para participar nestas coisas menos com represálias.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Obrigado senhor deputado.

Tem a palavra o senhor deputado Carlos Luso.

DEPUTADO CARLOS GOMES LUSO (INDEPENDENTE)

Muito boa noite.

Carlos Gomes, independente pelo PSD.

Como devem compreender, em particular o meu caro amigo e que muito estimo deputado José Manuel Silva, não irá com certeza pensar que vou aqui fazer comentários sobre o que escreveram. Estou muito mais interessado em fazer comentários de outro tipo, mas compreendo o seu problema de ordem política, que é meramente um problema político do que de contas.

E se tiver que falar em contas começo por dizer que nós já temos este documento há vários dias em nosso poder, só quem nunca elaborou orçamentos é que não sabe tal dificuldade que existe em elaborá-los, mas foi elaborado num aspecto extremamente difícil e eu senti essa dificuldade nos serviços, isto é, foi elaborado numa altura em que o Orçamento do Estado como sabem não estava promulgado, só foi promulgado ontem, dia 28, bem como a Lei das Finanças Locais.

Quero dizer que encontrei já o Orçamento respeitando os valores que de facto o Orçamento de Estado continha e que o próprio PIDACC continha no seu programa geral, em que Leiria por acaso é muito bem colocada, é colocada em penúltimo lugar, à frente de Viana do Castelo.

Os valores estão rigorosamente tratados no Orçamento, naturalmente que a utilização do IRS prevista na Lei das Finanças Locais vai alterar este pressuposto, mas tive a oportunidade de conferir os documentos, e os dezasseis milhões setecentos e seis euros que estão previstos no Orçamento de Estado, estão realmente contidos no Orçamento da Câmara.

Daí que, as minhas preocupações sejam mais de ordem técnica, como devem calcular, como é a minha formação académica e profissional. Mas quero dizer que estive muito mais preocupado nos critérios utilizados, se respeitava ou não o POCAL, por exemplo, e posso dizer que em relação às contas, os pontos 2.3, 2.3.4., e 2.7 do POCAL, estão rigorosamente respeitados, o que quer dizer no fundo que, as importâncias relativas a impostos, taxas e tarifas, têm que ser calculadas com base nos últimos dois exercícios realizados, e o valor é o valor que se tem como a média desses vinte e quatro meses que é tido em consideração.

E portanto, quando o senhor deputado José Manuel Silva vem aqui dizer que estamos a votar um “orçamento mentira”, um orçamento é uma previsão, e naturalmente que o grande mal deste País, salvo melhor opinião, e penso que o senhor Ministro das Finanças compreendeu isto perfeitamente, é que se tem feito orçamentos em cima de orçamentos, em vez de se ter em atenção o que na realidade são as contas do País. Ora, o POCAL não deixa fazer isso, não se está a sobrepor orçamentos, está-se a fazer um orçamento com base nas receitas arrecadadas e conhecidas dos últimos vinte e quatro meses, e que foi rigorosamente respeitado por aquilo que eu me apercebi.

Relativamente aos mapas de controlo orçamental, do meu ponto de vista, estão elaborados de acordo com o que diz o POCAL, mas também fiquei muito surpreendido, por exemplo, com o senhor deputado José Manuel Silva, que foi quem fez a crítica, em nome do Partido Socialista, não se referir aos dossiers do IC2 e do IC36, porque toda a gente tem noção e penso que nós aqui temos obrigação de a ter, que de facto Leiria está extremamente prejudicada em relação às cidades importantes aqui à volta, em termos de acessibilidades. E era urgente que todos nós tivéssemos consciência de que, quer o IC2 quer o IC36 são extremamente importantes para as acessibilidades desta região. E se por acaso a região, como sabem, está cotada e classificada em quinto lugar, salvo o erro, à frente de distritos como Setúbal e como Braga, e nas receitas que são atribuídas pelo Orçamento de Estado em décimo sexto lugar, bem, há qualquer coisa aqui que está errado, não há

uma relação evidente entre a receita arrecadada e o investimento feito, com prejuízo de toda uma região, que penso que muito estimamos.

Compete dizer que entretanto, sem incluir o Orçamento dos Serviços Municipalizados, houve menos 15% no Orçamento deste ano, penso que é um dado que é importante, mas se incluirmos o Orçamento dos Serviços Municipalizados são menos 18%, o que também não deixa de ser importante. E não deixa de ser mais importante ainda e que eu gostava que tivesse sido aqui referido também pela oposição, porque também não fica mal em reconhecer o bem que efectivamente os documentos têm, a projecção de Leiria no contexto mundial e europeu, porque há uma coisa que todos nós temos consciência, é que a nossa cidade tem uma falta de lobbys fundamentais. Penso que nisto estamos todos inteiramente de acordo. A educação dos cidadãos, acho que foi uma coisa que não foi aqui referida, e que o senhor deputado José Manuel Silva referiu e muito bem e dou-lhe os meus parabéns por isso, pelo trabalho que tem feito à frente da Educação, que realmente tem sido uma grande ajuda para Leiria, apesar de não o vermos reconhecido no Orçamento de Estado, mas pelo menos tem sido uma grande ajuda em termos de classificação. Em termos de mobilidade dos cidadãos, também nada aqui foi dito, as realidades sociais, há uns que em Leiria vivem bem, há outros que vivem muito mal, não se sabe. A Segurança e o Plano de Emergência que existe, a Formação, a Cultura, o desporto, enfim, o Ambiente, que está na moda, e queria dizer que o valor que referi é sensivelmente na ordem dos vinte milhões de euros a menos orçamentados, para o financiamento que lhe está destinado.

Queria também dizer, que do quadro que está definido em Orçamento, há quatro pontos que eu gostaria eventualmente de destacar.

Em primeiro lugar, a cotação dada, superior a 15%, à Educação, depois ao Desporto 13% que é muito importante para quem tem estado muito envolvido na parte desportiva, que é o meu caso, Ambiente e a Natureza quase dez milhões de euros, e quase também dez milhões de euros para os Transportes e Comunicações.

Nas dotações às Freguesias, são sempre poucas como sabemos, é de cinco milhões quatrocentos e setenta e três mil.

Por aquilo que eu depreendi, das muitas destas breves palavras que aqui deixei, e do aspecto técnico com que está elaborado, não mereceram muitas críticas e penso que a bancada do PSD tem razões subjectivas e objectivas para votar a favor dessa decisão.

Um simples esclarecimento ao senhor deputado Domingos Carvalho, é que, votar o Orçamento não é a mesma coisa que votar as Contas. Eu peço desculpa por esta interpretação técnica, que é alargada ao orçamento, mas o votar as Contas é uma coisa, votar o Orçamento é outra. Fica aqui meramente a minha opinião.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Obrigado senhor deputado.

Senhor deputado José Esteves.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

José Augusto Esteves, PCP.

Eu vou ser breve, tinha aqui uma coisa para ler, mas é para dizer o seguinte:

Julgo que o executivo teima em apresentar um orçamento e um Plano que de facto não tem o mínimo de rigor, não correspondem à real capacidade de investimento. E portanto, sai um Orçamento empolado, e um Orçamento que se traduz depois num cheque em branco ao executivo. E é isso que está aqui, em que ninguém controla, é impossível. E esta seria digamos, a primeira grande nota.

O senhor deputado Carlos Luso diz que as contas não são mentira, naturalmente que estão ali as receitas e as despesas, mas as receitas são uma ficção, mais de 50% são uma ficção. Não vale a pena, e portanto não é possível obter, pelas verbas.

E depois porque é que se teima em programar assim? Eu julgo que era possível fazer um instrumento com outro tipo de rigor. Depois diz a maioria, também já aqui foi dito, não quero repisar, que iniciou um novo capítulo de actividade municipal. Eu fui tentar ver e digo com franqueza (era a Educação, era o Desporto, a Mobilidade e os Espaços Verdes), que não consegui ver neste Orçamento algo que me dissesse que estávamos perante uma viragem. Não vejo! Aliás, a maior parte do orçamentado é igual ao do ano passado, que aliás também teve o nosso voto contra, e neste momento eu não vejo. Por exemplo, na Mobilidade, o que é que há?

Bem, no relatório vem-se dizer que a prioridade é o IC2 e o IC36, todos estamos de acordo que é uma prioridade, mas isto não é uma competência municipal, não depende de nós. Em relação ao desporto, por exemplo, que se diz agora que teve mais 3%, vá lá ver o que é o conteúdo das medidas. Lembrem-se de no ano passado eu pôr aqui o problema da Aldeia Desportiva dos Marrazes, é claro que com as opções um tanto elitistas, que ali também se notam, mas é com dois mil contos que a vamos iniciar? E já lá vão cerca de seis anos. Eu pertencia uma vez a uma

Comissão, aí há uns seis anos, em relação a esta matéria, e ao fim de seis anos temos dois mil contos para iniciar um projecto.

O que é que há lá mais? O que está ali, no fundamental, não corresponde a nada de diferente. Em relação ao Ambiente diz dez milhões de euros, veja lá quais são os projectos que estão ali novos, que permitam a viragem senhora vereadora, agora que estamos aqui. Era mentira. Está lá a Almuinha, nem um centavo, não é verdade? E agora, apresentam mais uma desculpa, a vigésima quinta dos últimos vinte anos, agora está incluído no concurso para o centro comercial que agora se chama, para não se dizer que é um mega centro comercial, de dimensão relevante.

Então eu pergunto o seguinte:

Onde é que está a diferença? Francamente, só se for na previsão, com a construção do centro comercial novo que se vai fazer, que vamos gastar muito dinheiro que vai ser preciso para outras coisas, para resolver bloqueios de mobilidade que não se resolverão assim facilmente. Vamos ter dificuldades, isso de certeza absoluta, em encontrar espaços alternativos de lazer e desportivos, para responder àquela ocupação selvagem da perspectiva que tínhamos de uma zona desportiva. E vamos ter que gastar muito mais dinheiro para resolver esta opção. Diz que não há opção estratégica em relação a Leiria? Há sim senhor. Nota-se que há, agora ela não vai é de acordo com os interesses daquilo que são os interesses genuínos do concelho e das populações, mas há aqui uma visão clara, e o centro comercial, até é uma opção que dá essa dimensão.

Mas como prometi, eu vou terminar por aqui, e vou dizer o seguinte:

Na realidade, este Orçamento não contempla muitos dos aspectos que já aqui também no ano passado colocámos, quer de reabilitação quer ambiental e urbano, da envolvente da periferia não há uma resposta a este problema há muito tempo, às seis freguesias e da Maceira, em relação ao Centro Histórico, nós vamos ali ver as dotações para os quatro programas e vê-se que não há ali uma visão de reabilitação, e em relação aos lixos e outros aspectos, etc.

Bem, aqui fica a nossa opinião e como não vejo de facto essa mudança, o nosso voto vai ser contra.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Obrigado senhor deputado.

Dava agora palavra à senhora Presidente.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

São realmente três os projectos fundamentais: o saneamento, a água e o Programa Polis. Não há dúvida nenhuma e isso foi dito na introdução. Se depois tem o reflexo directo ali, ou se tem noutro lado, penso que não é relevante, neste caso concreto, na apresentação da estratégia para o concelho.

Conforme aqui já foi dito, é um Orçamento que foi condicionado pela nova Lei das Finanças Locais e essa nova lei tem restrições do ponto de vista prático, para os Municípios todos, incluindo o Município de Leiria. Não há dúvidas nenhuma sobre isso. Tem restrições do ponto de vista de penalizações, tem restrições do ponto de vista de verbas a atribuir, tendo em conta a inflação dos últimos anos, não faz qualquer tipo de actualização, e portanto tem em conta todo este enquadramento, tem restrições do ponto de vista de autonomia do Poder Local, já aqui foi dito, não vale a pena fazermos mais divagações sobre isto.

Uma nota também importante, quando se ouvem alguns Presidentes de Junta falar sobre as Freguesias.

Todos os investimentos que estão aqui apresentados são nas Freguesias. Ninguém faz investimentos no espaço, é nas vinte e nove Freguesias, ou directamente pela Câmara ou através da delegação de competências. É claramente isto!

E sobre as delegações de competências, eu queria aqui dar a seguinte nota:

Cerca de 80% dos Municípios do País não fazem qualquer tipo de delegação de competências em Juntas de Freguesia. Isto é, aquela verba que mensalmente vos é atribuída, e que é enviada para cada uma das freguesias, quer através das delegações de competências na Educação quer através das transferências correntes, quer através das transferências de capital, é caso raro a nível nacional.

Isto significa que há da parte da Câmara de Leiria, e houve nos últimos anos, uma aposta clara na descentralização e na ideia de que as Freguesias farão muitas coisas melhor do que nós. Mantivemos exactamente esse critério de fazer transferências mensais, têm a mesma verba que tiveram no ano anterior, o que, volto a dizer, não é situação vulgar e os senhores podem falar com os vossos colegas dos concelhos vizinhos ou mais longe, porque é uma realidade evidente a nível nacional.

O Orçamento que aqui é apresentado, volto a dizer, é um orçamento, é uma estimativa, é uma previsão, e como tal é a previsão possível, é a previsão que nós entendemos que se poderia apresentar. Poderá vir a ter realizações diminutas, maiores ou menores, é o normal que acontece quando se faz uma orçamentação.

Perguntas mais concretas e objectivas ...

Relativamente ao parque industrial existe uma verba no Orçamento, de apoio à empresa da qual a Câmara é sócia e que está a trabalhar a nível dos parques industriais. Portanto, não aparece aqui a verba de todo o trabalho a fazer nesses parques, porque para isso é que existe a empresa da qual a Câmara faz parte e está precisamente a fazer todo o trabalho de investimentos no parque industrial de Monte Redondo e está a trabalhar já para avançar para outros parques industriais.

Na questão da desburocratização, para além do Leiria Região Digital, que vem ajudar muito, em termos de agilização de procedimentos, e que é uma aposta não só da Câmara de Leiria mas das Câmaras da Associação de Municípios da Alta Estremadura, há uma aposta na desburocratização ao fazermos concertadamente a certificação de serviços. Nós temos neste momento a certificação de qualidade, temos um departamento com certificação de qualidade e estamos a avançar para essa certificação em vários outros serviços da Câmara, o que vem naturalmente, como se pretende, logo à partida, credibilizar a própria função, vem agilizar procedimentos e dar naturalmente resposta mais capaz aos munícipes que é isso que se pretende.

Uma nota para a observação que o senhor deputado José Manuel Silva fez, de que não há uma leitura fácil do Orçamento. Não é verdade!

Este mapa que está no Orçamento, faz uma leitura objectiva e clara para onde é que vai o dinheiro: isto é, qualquer cidadão do Concelho pode olhar para aqui e ver que a Educação tem x euros, a Saúde tem y euros, o Saneamento tem tanto, os resíduos sólidos tem tanto, a Protecção do Ambiente, etc.. Portanto, tem uma leitura clara. Mais clara que isto não sei o que é que é possível fazer, porque por aqui percebe efectivamente aonde é que estão as apostas. É o mapa que aqui está.

É só para dar esta nota porque eu acho que mais claro que isto não é possível fazer.

Por fim, só uma nota final muito rápida à intervenção do senhor Presidente da Junta da Barreira, que referiu a situação de um pontão.

Só para dizer que esse pontão, e é importante que se diga, não foi feito pela Câmara: foi feito pelo Ministério do Ambiente e é da responsabilidade deste Ministério. Embora nós tivéssemos feito várias insistências para ele ter mais largura, havia contenção de verbas e eles só puderam fazer assim. O senhor tem razão, deveria ter outra largura, na altura quando o fizeram deveria ter outra qualidade em termos de dimensão, mas não foi feito pela Câmara e portanto fica aqui a nota final

de que a responsabilidade não é directamente nossa. Muito obrigado senhor Presidente.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Obrigado senhora Presidente.

Nós vamos pôr então à votação a proposta de Orçamento para 2007 e as Grandes Opções do Plano para 2007/2010 do Município de Leiria.

Quem vota contra? Dezasseis votos contra.

Quem vota a favor? Trinta e um votos a favor.

Quem se abstém? Sete abstenções.

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com trinta e um votos a favor, dezasseis votos contra e sete abstenções, aprovar a proposta de Orçamento para 2007 e as Grandes Opções do Plano para 2007/2010, do Município de Leiria

6. PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2007 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA PARA 2007/2010 – Apreciação, discussão e votação

Estão abertas as inscrições para este ponto!

Faça favor senhor deputado José Cunha.

DEPUTADO JOSÉ CUNHA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA BARREIRA)

José Cunha, Presidente da Junta da Barreira.

Senhor Presidente, peço desculpa, assim como aos senhores deputados, por esta minha egocentricidade em relação à Barreira, realmente os problemas são tantos e eu não sei o que é que se passa nas outras freguesias, mas os meus fregueses não me largam. E portanto, não me resta outra alternativa senão apresentar estas questões.

Gostaria só de dar uma pequena nota à senhora Presidente que do ponto de vista, em relação às delegações de competências, eu acho que faz muito bem em continuar a atribuí-las, porque acho que a Câmara poupa muito dinheiro, porque essas verbas nas mãos dos Presidentes são muito bem geridas e são usadas naquilo que nós achamos que é importante nas freguesias.

Em relação a este ponto da ordem de trabalhos, eu já o ano passado votei contra e digo já que este ano também o vou fazer, mas não queria deixar de dizer aqui duas ou três considerações muito rápidas.

“Afirmar Leiria num ambiente e qualidade de vida, concluir a rede de saneamento básico em todo o concelho...”. A senhora Presidente conhece bem estas palavras, foi Vossa Excelência que as escreveu no seu programa eleitoral. Recordo também, que o Regulamento Municipal de Serviço de Drenagens de Águas Residuais do Concelho de Leiria, responsabiliza os SMAS pela concepção, construção, exploração, recolha e pela satisfação das necessidades decorrentes da evolução da populacional.

Assim sendo, queria perguntar à senhora Presidente se os Serviços Municipalizados deram por concluído o saneamento básico na Barreira, nomeadamente nos lugares de Andreus, Sobral, Cumeira, Marvila e Casal Pinheiro, que vêm inscritos no Orçamento, e, se a resposta for não, pergunto para quando está prevista a sua conclusão. Se a resposta for sim, pergunto-lhe o que vamos dizer à cerca de metade dos habitantes destes citados lugares, que não estão servidos pela rede de saneamento. E que resposta damos àqueles que, estando a cinquenta ou cem metros dos ramais, não podem efectuar a sua ligação por falta de ponto, mesmo mostrando disponibilidade para efectuarem eles próprios os ramais, colocando eles as respectivas tubagens e bombas. E os lugares de Palheirinhos e Hortas, aqui não há indício de obras e são lugares que, embora estejam no limite do concelho, fazem parte dele.

Admito que a solução para resolver estes assuntos seja a construção de duas ou três estações elevatórias e que elas são bastante caras. Mas, temos que tratar todos os munícipes com equidade. Gostaria também de saber se, nos lugares onde existe o saneamento, os habitantes forem informados do prazo que têm para proceder ao pagamento da taxa de ligação e a consequente ligação predial, já que este procedimento é obrigatório e sujeitos a coimas previstas também no Regulamento Municipal de Serviço de Drenagens.

Quero também informar a Câmara, que temo pelo péssimo trabalho que foi feito na Freguesia da Barreira, e receio que num futuro próximo venhamos todos a ter que pagar valores astronómicos de taxas de conservação de saneamento.

Faço aqui um parêntesis, para informar que, há concelhos que não cobram esta taxa mas admito que depois de implantada esta medida, seja difícil a algum Município, deixar de contar com esta receita ou com a receita que ela gere. A avaliar pelas

recentes notícias, que saíram na comunicação social, indexadas estas taxas ao valor patrimonial das habitações, também podem provocar muitas injustiças e seria bom que o Município procedesse a uma análise séria desta situação. Penso que se fosse tributada pela tipologia ou pelo consumo de água, ela seria uma taxa mais equilibrada e justa.

Peço à Câmara em particular ou aos Serviços Municipalizados, que pelo menos fiscalizam a boa execução das empreitadas, particularmente o saneamento, para que de futuro se possam evitar novas taxas.

Eu penso que, como vai ser retirado o ponto dez da ordem de trabalhos, dou por encerrado o meu contributo, e desejo a todos um Bom Ano para 2007. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Tem a palavra o senhor deputado António Fernandes.

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES(PS)

António Fernandes, do Partido Socialista.

Boa noite senhor Presidente, senhora Presidente, é com bastante satisfação que quero dizer que, no dia 17 de Dezembro deste mês, o Poder Local comemorou trinta anos de existência, e isso foi conseguido graças ao 25 de Abril.

É certo que com essa conquista que nós tivemos, nós estamos aqui reunidos, as Câmaras reúnem, bem como, as Assembleias e as Juntas de Freguesia. E reúnem com um objectivo, o objectivo de, poder fazer bem e aproximar os eleitores e aproximar as populações. É certo que passados estes trinta anos, verificou-se que muitos órgãos em muitos casos, se afastaram cada vez mais desses mesmos eleitores, por determinadas razões.

Nas autarquias ao longos destes anos, fizeram-se coisas muito boas, positivas, mas também foram tomadas decisões que não foram no sentido da melhoria da qualidade de vida das populações e do interesse particular dos munícipes, antes pelo contrário.

Temos exemplos de sobra, de autoritarismo de algumas presidências de Câmara. Já hoje foram referidas aqui algumas dualidades de critério da nossa Câmara Municipal de Leiria. As Juntas e os munícipes, continuam amordaçados, condicionados, e indignados por esta situação e por este regime.

É perante esta situação que eu uso e vou usar da palavra, por esta indignação, não estou amordaçado mas de alguma forma também quero transmitir aqui aos nossos colegas da Assembleia, de uma notícia que certamente conheceram e leram no Jornal de Leiria da semana passada, que é a taxa de conservação de saneamento que atingiu aumentos de 200%. É inconcebível que na nossa cidade, Leiria, e depois de situações graves da nossa economia, com aumentos constantes de tudo, isto é bens e serviços, a nossa Câmara Municipal de Leiria proceda a um aumento de 200%, conforme vem referido neste jornal. Mas o Jornal de Leiria diz mais, e por aqui é que eu digo também que há a tal dualidade de critérios e vou relembrar:

“ Quem viver num T3 avaliado em cem mil euros paga o mesmo que quem resida numa moradia com piscina e com quatro casas de banho.”

Ora bem, havia e há pessoas que pagavam quarenta euros e hoje passam a pagar cento e cinquenta euros. Eu penso que isto é uma gestão que vai contra os eleitores, vai contra os consumidores, vai contra os munícipes. Eu dá-me a impressão que a Câmara assim, não possa vir a ser eleita outra vez, porque continua a não fazer uma gestão séria, continua a não ser verdadeira, continua a mentir e a mentir a todos os que de alguma forma confiam na gestão desta Câmara.

Claro que, faz uma gestão perversa, muitas vezes encapotada, de transferência de recursos públicos para mãos de privados e é perante isto, que eu li no jornal, que se ouve à boca cheia por aí, que a Simlis recebe a módica quantia de cinquenta mil contos por mês dos Serviços Municipalizados de Leiria. E estes serviços, recebem por transferência da Câmara Municipal, quinze mil contos por mês.

Ora, uma empresa que à partida assume um critério e o compromisso de pagar cinquenta mil contos por mês, mas que recebe da autarquia quinze mil contos, certamente que é uma empresa falida, logo à partida. Em termos empresariais, eu nunca assumiria um compromisso de cinquenta mil quando à partida só teria quinze mil para entregar.

Assim sendo, eu creio que a Câmara e o acordo que foi feito coma Simlis foi gravoso para os cofres públicos, e claro por arrastamento, todos os munícipes são usados desta forma, e como é que são usados? Têm que pagar aumentos de 200% na taxa de conservação de saneamento.

Claro que com este valor, a Câmara que precisa de dinheiro, nós sabemos que o Estado tem sido um sorvedor de dinheiro e não há dinheiro que chegue, a não ser que, a própria Câmara, continue a jogar no euromilhões e que lhe saia agora a

taluda, os sessenta milhões de contos, e então aí, eu penso que o nosso Orçamento irá ficar bastante equilibrado. Mas com certeza, não se vai acreditar que isso possa acontecer. Logicamente que este valor, vai de alguma forma surripiando os munícipes, e está a autofinanciar-se ilegalmente, fazendo da taxa de conservação de saneamento um imposto, dando cobertura a prejuízos por ter feito acordos mal feitos e mal elaborados. É disso que eu acuso a Câmara, pelo que se diz por aí à boca cheia, que o acordo com a Simlis foi mal feito, foi lesivo para os cofres da autarquia. E que acordos existirão mais desta mesmo índole? Nós não sabemos, não conhecemos, ainda à pouco foi dito aqui, na proposta do Orçamento, que saímos daqui sem saber o que foi entregue.

Eu gostava de estar a dizer mais mal da Câmara, porque tinha muito para dizer, mas dado o adiantado da hora não me vou alongar.

Para finalizar, quero que todos os nossos colegas aqui da Assembleia fiquem a saber que há muitos munícipes do País, que não aplicam esta taxa de conservação de saneamento. Creio que muito perto daqui a Marinha Grande não aplica, não sei se haverá aqui alguém que possa confirmar, a Batalha não aplica, como também Beja, Alcobça, Setúbal, Loures e tantos outros que existem pelo País fora não aplicam esta taxa de conservação de saneamento e até beneficiam mais os seus munícipes, com taxas reduzidas de IMI e muitas vezes sem existir derrama. Muito obrigado e votos de um Bom Ano a todos.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Tem a palavra o senhor deputado Cláudio de Jesus.

DEPUTADO CLÁUDIO DE JESUS (PSD)

Boa noite!

Senhor Presidente, Senhora Presidente Senhores Vereadores, Caros Colegas.

Senhor deputado António Fernandes, nós já nos conhecemos há imensos anos, eu não vou pessoalizar este assunto, não fará qualquer sentido, mas eu precisava de esclarecimentos, porque disse aqui uma série de inverdades. Invocou mexericos da vida mundana leiriense, tem que fundamentar as coisas, sob pena de poder ser acusado de estar a mentir. Eu não tenho mais nada para dizer, porque isto é uma cabala, é o que vocês quiserem...

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

A senhora Presidente vai usar da palavra.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Eu queria dizer que, deve ser do adiantado da hora senhor Presidente, nunca ouvi nenhuma intervenção com tanta barbaridade.

Desculpe, mas tenho que o dizer com toda a clareza.

O senhor deputado disse coisas que não têm pés nem cabeça. Mas o facto de dizer coisas sem pés nem cabeça nós ainda o podemos admitir, o senhor não tem que saber do assunto. Agora o que não se pode admitir é que o senhor, na sua intervenção, tivesse feito insinuações relativamente à seriedade das pessoas. Isso é que não é admissível. E portanto, ou o senhor prova, como disse o senhor deputado Cláudio, ou então cala-se para sempre. Não pode vir aqui pôr em causa a seriedade das instituições e das pessoas que gerem essas mesmo instituições, não pode sem provar. Desculpe, mas eu ouvi-o respeitosamente e agora o senhor também tem que me ouvir. E da mesma maneira que estamos aqui todos de peito aberto a dizermos o que nos vai na alma, eu também estou.

O senhor começou por confundir coisas que toda a gente percebe que não podem ser confundidas, e começou por dizer que havia aqui passagem de dinheiros para privados e depois meteu a Simlis. A Simlis nem sequer é uma empresa privada, a Simlis é uma empresa pública do Estado, em conjugação com os Municípios. Quem forma a Simlis são os Municípios e o Estado.

O dinheiro que a Simlis cobra aos SMAS, naturalmente que os SMAS vão arranjar dinheiro para pagar à Simlis, através das receitas próprias que os SMAS têm e numa ajuda que a Câmara lhes dá. Portanto, não é a ajuda que a Câmara dá que vai inteiramente para a Simlis porque os SMAS têm condições para gerar receitas próprias, pelo serviços que prestam.

Segunda nota.

A taxa de conservação de saneamento sempre existiu em Leiria e não é aumentada pela Câmara desde 2004. O que se verificou é que ela, sendo anexada ao valor patrimonial dos imóveis (que sempre foi) sofreu um aumento na sequência do valor patrimonial dos imóveis ter sido actualizado. Por que é que o valor patrimonial dos imóveis foi actualizado? Foi na sequência da reforma do património, que a Câmara

não votou, nem ninguém lhe pediu opinião. Foram os Governos do País que o fizeram.

Portanto, foi feita uma reforma do património, na sequência dessa reforma foi actualizado o valor patrimonial dos imóveis. Esta taxa esteve sempre anexada ao valor patrimonial dos imóveis, logo a taxa também aumentou. Sem que a Câmara tivesse sido ouvida sobre essa matéria, porque não mexe no valor da taxa de conservação desde 2004.

Já se verificou que é necessário fazer correcções por esse facto, mas verificou-se quando isto começou a ser aplicado. Portanto, não há aqui mais nada do que isso. Aliás, declarações essas que já foram feitas nos jornais e o senhor só leu aquilo que lhe apetecia, não leu o resto, porque essas declarações eu já as fiz para os jornais, com toda a clareza, explicando o que se passou e que foi isto sem dúvida nenhuma. Trata-se aqui efectivamente de um aumento nalguns casos, sem dúvida nenhuma com algum exagero, mas por este facto e não porque a Câmara tivesse feito qualquer tipo de actualização.

Relativamente às restantes observações, é como eu digo, desculpa-se porque acredito que a esta hora as pessoas já estejam um bocadinho toldadas. Muito obrigado senhor Presidente.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Vamos então pôr à votação a proposta de Orçamento para 2007 e as Grandes Opções do Plano para 2007/2010 dos Serviços Municipalizados de Leiria.

Quem vota contra? Catorze votos contra.

Quem vota a favor? Vinte e nove votos a favor.

Quem se abstém? Nove abstenções.

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com vinte e nove votos a favor, onze votos contra e nove abstenções, aprovar a proposta de Orçamento para 2007 e as Grandes Opções do Plano para 2007/2010, dos Serviços Municipalizados de Leiria

7. ACTUALIZAÇÃO DA TAXA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS PARA O ANO DE 2006 A COBRAR EM 2007 – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA – Apreciação, discussão e votação;

Senhor deputado José Esteves!

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

José Augusto Esteves, PCP.

É só para dizer que vou fazer uma proposta no sentido de fixar em 3,1% o aumento que está aqui previsto de 25%, porque essa é que é a taxa de inflação, e por estar em desacordo, em nome do PCP, com este cavalgar sistemático de aumento das taxas. E já agora, aproveitando, para dizer o seguinte:

Quando se tratou em sede de Comissão do Centro Histórico, de analisar as implicações da revalorização do património no âmbito do IMI, nós vimos logo que aquilo que o senhor deputado António Fernandes estava aqui a colocar, ia ser um problema grave para muitas famílias. E a verdade é que na altura a Câmara disponibilizou-se para considerar a desanexação da taxa em relação ao valor patrimonial. Eu julgo que era importante que a Câmara pensasse seriamente nisso, porque em relação a zonas por exemplo como o Centro Histórico, vai ser uma situação muito complicada.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Temos uma proposta na Mesa, não há mais discussão, vou pôr à votação esta **proposta** no sentido de, em vez de um aumento de 25% como estava programado, fazer 3,1%, de acordo com os dados da inflação do INE.

Quem vota contra esta proposta? Vinte sete votos contra.

Quem vota a favor? Cinco a favor.

Quem se abstém? Quinze abstenções.

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com vinte e sete votos contra, cinco a favor e quinze abstenções, rejeitar a proposta apresentada pelo PCP.

Agora vou colocar à votação a proposta apresentada pela Câmara para este ponto.

Quem vota contra? Três votos contra.

Quem vota a favor? Vinte e sete votos a favor.

Quem se abstém? Dezanove abstenções.

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com vinte e sete votos a favor, três votos contra e dezanove abstenções, aprovar a proposta

apresentada pela Câmara Municipal e fixar a actualização nos valores constantes da mesma.

8. ANÚNCIO, PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO DE ENCARGOS PARA ALIENAÇÃO DAS PARCELAS DE TERRENO, EM DIREITO DE SUPERFÍCIE, NECESSÁRIAS À CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE COMERCIAL DE DIMENSÃO RELEVANTE – Apreciação, discussão e votação

Chamo a atenção para o facto de que, o que nós estamos aqui a votar é apenas o anúncio do programa de Concurso e Caderno de Encargos.

O senhor deputado Vitorino Pereira pede como ponto prévio um requerimento e portanto terá de ser atendido em primeiro lugar. Faça favor!

DEPUTADO VITORINO VIEIRA PEREIRA (BE)

Vitorino Vieira Pereira, Bloco de Esquerda.

REQUERIMENTO:

“ Considerando que:

- 1. No exercício das suas funções os eleitos locais estão vinculados, em matéria de legalidade a observar escrupulosamente as normas legais e regulamentos aplicáveis aos actos por si praticados ou pelos órgãos a que pertencem (artigo 4º, alínea a),i) da Lei n.º 29/87);*
- 2. Os actos praticados em violação do PDM de Leiria em vigor, são ilegais e inválidos;*
- 3. O artigo n.º 8 da ordem de trabalhos prevê a apreciação, discussão e votação de um Programa de Concursos internacional para a alienação de parcelas de terreno, necessárias à construção de uma unidade comercial de dimensão relevante;*
- 4. As parcelas de terreno que se constituirão em direito de superfície se situam na área compreendida entre o Mercado Municipal de Leiria e o espaço onde se integram o Estádio Municipal Magalhães Pessoa e o complexo das Piscinas Municipais;*
- 5. Que tais áreas estão previstas no PDM, em vigor, como de “Equipamentos de Interesse Público e Utilização Colectiva”;*

6. *E que tais áreas são destinadas exclusivamente à instalação de equipamentos de interesse público;*
7. *O que se pretende é a urbanização de um espaço de área concentrada de comércio e serviços, em completa contradição e oposição ao previsto no PDM; Vimos propor, a fim de evitar a prática de um acto ilegal, a retirada do ponto número oito da ordem de trabalhos."*

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

A Mesa aceita o requerimento e põe-no à votação.

Quem vota a favor deste requerimento? Dois votos a favor.

Quem vota contra? Quarenta e dois votos contra.

Quem se abstém? Sete abstenções.

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com dois votos a favor, quarenta e dois votos contra e sete abstenções, rejeitar o requerimento apresentada pelo Bloco de Esquerda.

O senhor deputado José Augusto Esteves vai fazer uma declaração de voto. Faça favor!

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

José Augusto Esteves, PCP.

Apenas para dizer que votei a favor deste requerimento por considerar de facto esta matéria ilegal e de acordo também com a moção que apresento, tem em conta esse aspecto, que é o facto de estarmos a alienar um espaço que está destinado ainda hoje por PDM em vigor, para um fim diferente daquele que está aprovado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Eu questiono-me se o autor do requerimento deve fazer uma declaração de voto, mas tudo bem, faça favor!

DEPUTADO VITORINO VIEIRA PEREIRA (BE)

A votação que se efectuou, não só não beneficia quem nela votou favoravelmente, como dá uma má imagem desta Assembleia, que devia ser pelo menos, o garante da legalidade e por isso a protecção dos munícipes que em nós confiaram.

Votou-se o que não devia, o que não podia ser votado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Tem agora a palavra o senhor deputado José Augusto Esteves.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

José Augusto Esteves, PCP.

Eu sei que a hora vai muito adiantada, mas a verdade é que nós estamos perante uma decisão que é demasiado importante e a opção que se tome tem demasiadas implicações no desenvolvimento harmonioso da cidade e tem consequências que francamente, podemos não estar em condições de prever no seu todo.

E portanto, quando coloco aqui a questão de ser tarde mas também ter em conta que estamos a tratar de um problema que pode ser aligeirado, é no sentido de estarmos disponíveis para poder discutir esta situação, ouvindo-nos efectivamente.

Eu julgo que é um erro estratégico, do ponto de vista do desenvolvimento da cidade, persistir na decisão de fazer um concurso para a ocupação daquele espaço como mega centro comercial, que vai ter muitas implicações, quer do ponto de vista da mobilidade, no conjunto da cidade, que do ponto de vista do desenvolvimento comercial, do conjunto do centro urbano, quer no sistema de vistas, nomeadamente em relação à articulação com o Castelo e com a envolvente, quer noutros aspectos que as grandes densidades e os grandes aglomerados têm de impacto em certo tipo de espaços diminutos.

Há aqui nesta proposta uma certa cegueira que não tem em conta que este projecto vai ter inevitavelmente pela dimensão que tem, reflexos em zonas que hoje estão desertificadas, ao contrário do que afirmam e do que prevêem, vai ter consequências muito negativas na desertificação das zonas mais antigas na cidade consolidada e vai ter grandes reflexos também, no comércio tradicional, que não esteja nas ruas adjacentes a este centro comercial.

Há gente que pode pensar que por atrair mais pessoas a um determinado espaço, que consegue dinamizar o conjunto da cidade. Eu julgo que este projecto é um projecto que vai trazer grandes dores de cabeça mesmo ao planeamento da própria cidade.

É claro que na proposta toda a gente viu que debaixo daquela consideração, de que é preciso na concepção de um projecto ter em conta as externalidades negativas do próprio projecto, mas como é que é possível contrariar tendências por exemplo, para todo o investimento ser sugado para ali, em detrimento das outras zonas? Quem tem

hoje um comércio em certo tipo de espaços, por exemplo no outro lado da cidade, digamos assim? A maior parte do investimento disponível, a tendência, é ser sugado para ali, e ao contrário do que afirmam, não vai dinamizar as outras partes. É uma mentira, para mim é uma mistificação, dizer-se que com esta solução se vai dinamizar o Centro Histórico. O Centro Histórico vai ficar ainda mais nas traseiras, e quanto mais fundo formos, quanto mais ao encontro da história formos, do ponto de vista da nossa passagem da área do Centro Histórico, mais dificuldades vai ter em se reafirmar. E depois há outro problema que se coloca, é que todo o projecto inviabiliza o desenvolvimento do Parque Desportivo da cidade com a agravante, é que ainda por cima, tornaram facultativo aquilo que podia ser ainda digamos, um dar de mão, um salvar de um ou outro aspecto (o parque de treinos, de formação, etc.,).

E daí que eu tenho ideia que para além dos aspectos legais que há bocado chamei a atenção, e que julgo que é negativo, que se faça isto num quadro em que ainda a lei diz, que aquele espaço tem que ter outro uso.

Mas a proposta que eu aqui deixo, o conjunto de argumentos e fundamentos da nossa proposta, que depois naturalmente noutras circunstâncias lerei, se o Presidente da Mesa o solicitar, diz-nos que os aspectos negativos são muito maiores do que os aspectos positivos, e que isto é uma ilusão que vai criar de facto grandes dificuldades ao desenvolvimento harmonioso da cidade.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor deputado, eu sugeria que lesse já a moção, para não perdermos mais tempo. Concorda? Faça favor!

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

Mocção:

“A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 29 de Dezembro de 2006, para apreciar, discutir e votar o “Anúncio, Programa de Concurso e Caderno de Encargos para alienação das parcelas de terreno necessárias à construção de uma unidade comercial de dimensão relevante”, e tendo presente os termos do concurso público considera:

- *Que tal unidade comercial pela sua dimensão terá inevitavelmente impactos extremamente negativos na área urbana consolidada, nomeadamente nas actividades comerciais do conjunto do Centro urbano de Leiria, na mobilidade rodoviária da cidade e na envolvente*

periférica, agravando todos os problemas existentes, além dos impactos negativos no sistemas de vistas em prejuízo do Castelo de Leiria e da sua envolvente.

- *Que com tal projecto a aludida dinamização das ruas adjacentes no plano comercial não compensa os impactos negativos no conjunto do centro urbano, quer no plano comercial quer na manutenção de outras centralidades existentes que tenderão a ser ainda mais secundarizadas pela grande unidade comercial, contribuindo para acentuar os desequilíbrios e a desertificação dos espaços mais antigos da cidade.*
- *Que tal medida põe em causa o único espaço amplo para fins desportivos e lúdicos que o Plano Director Municipal acolheu como o local ideal ao desenvolvimento da zona desportiva e que até hoje não foi revogado. Com a agravante de que no objecto do concurso torna facultativa a construção de uma zona de treinos e de formação desportiva.*
- *Que são de muita duvidosa concretização as exigências na concepção do projecto visando o controlo das “externalidades negativas” que o próprio programa do concurso admite existirem, nomeadamente na rentabilização económica do Centro Histórico de Leiria e no “efeito âncora” que se apresenta como um contributo para o dinamismo da cidade, mas negligenciando os efeitos negativos que terá no inevitável sugar e concentrar do investimento disponível para manter e desenvolver outros espaços da cidade de forma harmoniosa e que estão fora da influência imediata do novo centro comercial que se projecta.*
- *Que o novo projecto implicará alterações significativas no Mercado Municipal em prejuízo da economia agrícola e pecuária periurbana, relegando para um segundo plano esta solução.*

Assim decide:

Não autorizar proceder à constituição onerosa do direito de superfície solicitado, nem autorizar a desafecção dos bens do domínio público municipal necessários à concretização da proposta em causa.

Decide ainda:

Recomendar à Câmara Municipal que procure na periferia da cidade uma alternativa à construção de tal unidade comercial de dimensões relevantes.”

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Faça favor senhor deputado Pedro Biscaia.

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

O exercício das competências de acompanhamento e fiscalização da actividade da Câmara Municipal, é submetida a esta Assembleia a autorização para promover a desafecção dos bens do domínio público e da constituição do direito de superfície necessárias à implementação da estrutura comercial, na área adjacente ao estádio Magalhães Pessoa e ao Mercado Municipal.

São estes os limites da apreciação que, agora, nos é solicitada, Por isso, não acompanhamos a interpretação aqui apresentada pelo PCP e pelo Bloco de Esquerda. Sabemos, também, que este procedimento da abertura do concurso público de adjudicação decorre das conclusões do estudo coordenado pelo Professor Herculano Cachinho, nomeadamente, da sua proposta alternativa aos resultados da grelha multicritério, apresentada, em sessão pública, aos munícipes.

No entanto, sem questionar a legitimidade administrativa da Câmara Municipal neste assunto, achamos que a questão da definição das contrapartidas constantes do ponto 1.3 do objecto do programa de concurso, bem como a sua priorização, deveriam merecer o debate político desta Assembleia, já que, a serem concretizadas, implicarão uma profunda alteração no desenho urbano existente e terão inquestionável impacto para além do próprio Concelho como se aflora, ao de leve, no ponto 1.4 do mesmo programa.

Temos, também, dúvidas sobre as percentagens atribuídas aos critérios de adjudicação onde o coeficiente específico da qualidade arquitectónica está diluído noutras exigências ou, por exemplo, o critério que envolve a criação de emprego está reduzido a meros 5%, sabendo-se das inevitáveis consequência que, a esse nível, o empreendimento trará para o mercado de trabalho de Leiria.

Esperamos, igualmente, que até à conclusão deste processo, esteja garantida a revisão do PDM do Concelho e respectivos Planos de Pormenor e que se possam compaginar com este concurso sem que, no entanto, a ele se submetam sem articulação com o restante território municipal.

Parece-nos, por isso, exigível um cuidadoso acompanhamento desta Assembleia dos desenvolvimentos posteriores, já que o que está em causa é, talvez a maior e mais profunda intervenção urbana realizada em Leiria, no mínimo, nos últimos trinta anos. Deste projecto poderá resultar ou um novo espaço público e privado que requalifique e confira atractividade à cidade ou, pelo contrário, um colossal erro que aprofunde a irracionalidade e desequilíbrio da ocupação territorial.

Neste contexto, a bancada do PS aprovará, hoje, a autorização administrativa solicitada mas adverte que seguirá com particular minúcia e reserva os passos seguintes deste concurso, conscientes das nossas responsabilidades na construção de um Concelho mais harmonioso, socialmente coeso e economicamente atractivo.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Boa noite.

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

Senhor Presidente, realmente tenho que reconhecer que pessoalmente estou cansado, são muitas horas, o meu dia começou às sete da manhã, e como tive a oportunidade de advertir o senhor Presidente, isto é uma maratona daquelas que estará para além daquilo que é exigível às pessoas. Muito honestamente, não me parece correcto este tipo de massacre. É a minha perspectiva sobre a questão.

Senhora Presidente sobre esta matéria eu gostaria de lhe dizer que muitas vezes colaborar é, ter a frontalidade de se dizer que não se está de acordo.

Eu digo isto porque, a senhora se recordará com certeza de duas pequenas coisas, para além do mais fazem parte das actas, das assembleias pretéritas de há sete, oito anos. E nessa altura, eu tive um dia oportunidade de propor á senhora Presidente, uma vez que, e continua a ser verdade, sete ou oito anos depois, nós termos o Continente mais caro do País, que era importante fazer a promoção da implementação no concelho de Leiria, de uma unidade comercial similar àquela ou maior, que pudesse trazer vantagem para os consumidores do concelho e dos limítrofes. Até hoje isso não foi feito, e a verdade é que verificamos também que, em pretérita Assembleia nessa altura, quando foi discutida a questão (não a questão do estádio porque essa infelizmente nunca veio à Assembleia Municipal) da Leirisport ou de financiamentos, eu cheguei a propor à senhora Presidente que fosse alienada uma zona, que está ali como parque de estacionamento, para edificar, para poder

financiar ou cofinanciar aquele projecto. Isto já na fase em que tinha sido derrotado na minha perspectiva de que, se não fizesse o estádio.

Recordo-me, como se fosse hoje, do senhor Góis Martins, que muitos de vós seguramente se recordarão, eu já não o vejo há muito tempo mas era na altura deputado municipal, de vir aqui dizer, no que foi secundado pela senhora Presidente, que, enquanto ele estivessem no PSD, toda aquela zona iria ser (e isto está em acta), zona desportiva. Foi dito numa Assembleia Municipal similar a esta.

Eu pessoalmente, obviamente que depois do problema que temos, ao a trance do que diz o senhor deputado Vitorino Vieira Pereira, acho que temos que contribuir para a resolução do problema. Volto a repetir esta questão.

Agora, eu gosto sempre de frontalidade e tive a oportunidade, quando foi a apresentação daquela "encomenda" (eu peço desculpa mas é a minha opinião), e todos nós que partilhamos a economia de mercado sabemos que a intervenção das entidades oficiais no mercado, só se deve fazer quando se verifica que o mercado não funciona, neste caso a intervenção que está a existir aparentemente é porque há demasiado mercado a funcionar, o que me faz imensa confusão também, em termos de análise económica, e a verdade é que aquele estudo (choca-me esta palavra), aquela coisa que foi apresentada partia de premissas, na minha opinião, equivocadas, e uma delas que eu não posso deixar de referir aqui, é a seguinte:

É dado como adquirido, que no Concelho de Leiria há demasiada concorrência na actividade comercial, de tal forma que, se entende que não devem ser construídos três centros comerciais, que foi a proposta que aparecia como foi noticiado. No entanto, esta proposta que aqui está, prevê o aumento da área edificada no concelho para habitação, em mais de dez mil metros quadrados.

Eu queria perguntar à senhora Presidente, se entende que há falta de mercado de oferta de habitação no concelho de Leiria e em particular na cidade. Aparentemente, eu tenho ideia que não, e são dez mil metros quadrados. Peço imensa desculpa mas, é que são 5%, ou é do total ou então é para fazer quatro apartamentos. Essas contas são óbvias e estão aqui, inequivocamente expressas, 5% da área expressa pode ser para habitação e portanto, são dez mil metros quadrados.

Esta questão deste centro comercial objectivamente para mim, para além da questão que me choca, de que não se deixe o mercado funcionar quando existe mercado, e aí tenho que subscrever plenamente parte da intervenção do deputado Pedro Biscaia, em que refere o enorme risco desta intervenção. Isso é inequívoco ou seja, tanto

pode ser um mega sucesso como pode ser uma desgraça completa. E isso preocupa-me, porque vai ser digamos no coração da cidade e uma questão destas no coração da cidade se não resultar, pode de facto contribuir para a morte da cidade.

Eu chamo-vos a atenção que neste momento nós começamos a verificar ali na Nova Leiria, o recrudescimento de uma nova centralidade de cidade. E portanto, a fragmentação, a cisão da cidade em duas partes com aquilo que eu perspectivava em termos arquitectónicos e a minha capacidade nessa área é nula, não tenho ideia nenhuma do que é que pode aqui surgir. Agora, a verdade é que parece-me, que essa clivagem pode ocorrer.

Por último, eu tenho alguma dificuldade em entender estas contrapartidas que são pedidas aos concorrentes, em contas assim um bocadinho por alto (que é uma coisa que eu detesto fazer), eu estimo que estes valores que são pedidos como contrapartida poderão rondar os dez milhões de contos. É a minha ideia de análise por aquilo que aqui está, de uma forma perfeitamente empírica porque não temos elementos muito concretos. Salvo melhor opinião e há aqui gente credenciada para isso, nomeadamente gente da área da banca, eu não concordo também que a cedência do direito de superfície seja feita por noventa anos, o que me parece disparate, há aqui uma questão que me parece relevante, é que não acredito que nenhuma entidade faça um projecto de investimento para a amortização a trinta anos, até porque, não tem qualquer possibilidade de fazer a amortização nesse período. E portanto, salvo situações que não sejam lineares aqui nesta matéria, acho que há qualquer coisa que vai ser muito complicado fazer.

Ultímissima questão, a das contrapartidas facultativas.

Senhora Presidente, eu gostaria de facto, que pudesse perspectivar uma maior diversidade de contrapartidas para o Concelho, porque aquilo que já tive oportunidade de lhe dizer uma vez, continuo a reiterar, eu gosto imenso de ter um núcleo central da cidade de Leiria muito bonito, mas gostava muito de ter toda uma cidade muito bonita e um concelho também bonito. E a verdade é que tudo o que vejo aqui, é para o umbigo.

Senhora Presidente, reconhecerá por certo, que se calhar é altura de começarmos a pensar nos membros nos pés na cabeça, nas mãos, etc., começar a diversificar um bocado. De momento é o que se me oferece dizer sobre a matéria. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

O senhor deputado Vitorino Pereira pediu a palavra? Prescinde da sua intervenção. Senhora Presidente deseja prestar esclarecimentos? Faça favor!

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

São apenas duas ou três explicações, senhor Presidente.

Há aqui, nestas intervenções que foram feitas, sobretudo duas filosofias completamente diferentes.

Uma delas é a actuação do mercado, uma posição completamente liberal. Isto é, aparecem todas as propostas e nós temos que as aceitar todas. A outra é oposta é não haver nada, ou seja, os centros comerciais abafam todo o comércio e portanto o melhor é não haver.

Eu acho que esta proposta que aqui vem é exactamente o meio termo, porque prevê a importância de uma unidade deste género em Leiria, pela sua afirmação, pela importância que isto tem para os cidadãos e para os munícipes em geral, pelo facto de vir a ser uma atractividade para a região. Nós neste momento assistimos, não vale a pena esconder, a imensos cidadãos de Leiria que vão a Coimbra às compras aos centros comerciais. Isto é uma realidade no dia a dia, e portanto a nossa posição é uma posição de que faz sentido existir uma unidade destas, mas apenas uma, porque não há mercado para mais e havendo três ou havendo quatro abafam-se umas às outras e aí sim, há uma descaracterização e há o estarmos a contribuir para um bluff completo do ponto de vista dos próprios projectos.

E portanto, há aqui o assumir de uma posição equilibrada, entendo eu, numa zona que não foi escolhida de qualquer maneira, à qual se chegou através de um estudo que foi apresentado. Estudo esse que tem sido apreciado por diversas cidades que têm problemas idênticos ao nosso, temos sido muitas vezes interrogados no sentido de saber quem é que nos fez o estudo, para poderem fazer algo de forma a tomarem uma decisão sustentada. Esta ideia do espaço foi muito debatida e sugeria pelo próprio estudo, e parece-nos que do ponto de vista de ligação com o próprio Centro Histórico é o local ideal, porque faz a ligação e não uma nova centralidade, faz uma centralidade ligada ao próprio Centro Histórico. É o nosso entendimento, e devo dizer-vos só a talho de foice, porque tem alguma piada, eu hoje mesmo recebi um e-mail de um comerciante de Leiria, do Centro Histórico, que me fez a seguinte pergunta: "Senhora Presidente para quando temos uma grande superfície em Leiria?"

Porque eu estou farto de ver leirienses a irem para fora fazer compras aos centros comerciais". Portanto isto aconteceu com um comerciante do Centro Histórico, perfeitamente identificado, não é um grande comerciante mas um comerciante com uma loja no Centro Histórico que dizia isto. São os próprios comerciantes que sentiram, e sentiram muito este Natal, pelo facto das pessoas irem para outros sítios, nomeadamente para Coimbra, Santarém etc., fazerem compras porque não têm aqui um centro comercial.

É este conjunto de circunstâncias que nos leva a apresentar esta proposta. Evidentemente que há aqui uma questão de fundo e que eu considero importantíssima, que é o acompanhamento que tem que ser dado. Concordo em absoluto com o senhor deputado Pedro Biscaia: o acompanhamento deve ser muito de perto, quer por parte da Câmara quer por parte da Assembleia. Eu entendo inclusivamente que deve ser criada uma Comissão da própria Assembleia, que vá acompanhar a apresentação das propostas, porque a escolha do layout do desenho urbano é fundamental para isto vir a ter o tal sucesso ou não, e portanto tem que haver forçosamente aqui um acompanhamento muito rigoroso.

Relativamente à questão de fundo que aqui foi colocada, da legalidade ou da não legalidade, eu pedia ao senhor vereador Eng.º Fernando Carvalho que desse uma explicação sobre o entendimento que existe relativamente ao espaço e à classificação no PDM.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Antes de dar a palavra ao senhor vereador, informo que a seguir à discussão deste ponto, só vamos apreciar mais dois pontos e terminamos a ordem do dia. Dado o adiantado da hora, a senhora Presidente pediu para serem retirados os outros pontos e serem apreciados, discutidos e votados na próxima sessão .

Faça favor senhor vereador!

FERNANDO CARVALHO (VEREADOR DO PELOURO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS)

Fernando Carvalho, vereador.

Antes de esclarecer aquela questão de fundo que foi colocada pelo senhor deputado Vitorino Vieira Pereira, queria só responder à intervenção do senhor deputado

Domingos Carvalho, em relação à dúvida que terá no índice de construção dos 5% aplicados à área .

Pode haver aqui alguma confusão no texto mas nós não temos dúvidas que os 5% são aplicados não à área de intervenção mas ao índice que é aplicável. Portanto o índice de 0,75% não é aplicado a todo o contorno.

Se reparar na página treze do Caderno de Encargos, e para que não houvesse ambiguidades no cálculo dos parâmetros urbanísticos, eles são perfeitamente claros no ponto um, e vou passar a ler o artigo 22º:

“ Parâmetros Urbanísticos

1 – os projectos a executar na área de intervenção, não podem ultrapassar os parâmetros seguintes:

- a) índice de construção máxima 0,75%, resultando numa área máxima de construção de 87.277 m², que inclui já a área existente no edifício do Topo Norte do Estádio Magalhães Pessoa, ficando de fora a área dos equipamentos.”*

O que é que isso quer dizer? Como a actual estrutura do Topo Norte tem cerca de trinta e dois mil metros quadrados, que está aqui especificado, o índice aplicado, a área de construção que é possível ainda construir, são oitenta e sete duzentos e setenta e sete menos os trinta e dois e tal, o que dá cinquenta e oito mil oitocentos e qualquer coisa. É sobre esta área que são aplicados os 5%. Nós não temos dúvida nenhuma que é assim, a limitação é essa.

É uma área que nos pareceu compatível, por exemplo se houver um concorrente que no actual local onde estamos, queira implementar alguma habitação, que a nós ou aos urbanistas que consultámos, parece-nos uma proposta coerente.

Ora bem, isto foi só para lhe dar essa justificação, de que os 5% não é em relação à área de intervenção mas sim em relação aos parâmetros que estão aqui perfeitamente definidos.

Em relação àquela questão de fundo que foi colocada pelo senhor deputado Vitorino Vieira Pereira, eu queria dizer o seguinte:

É evidente que nós temos que ter o cuidado e procurámos estudar o assunto com a exaustão que foi possível, e para isso estudámos também modelos semelhantes a este, que foram implementados no nosso País, ou seja, estudámos diversos cadernos de encargos de obras que já foram até executadas. Uma delas posso precisar, que é o Centro Comercial de Coimbra “Dolce Vita”, que foi integrado naquele conjunto e

que inclui um conjunto de equipamentos envolventes, de carácter lúdico, cultural, desportivo, etc.

Para que saibam, a definição de “área de equipamento”, porque há muitas pessoas que dizem que esta área envolvente ao estádio de Leiria é uma zona desportiva. Não é. Não há nenhuma zona desportiva por definição no PDM de Leiria, o que há é uma zona de equipamento. E depois temos que ter o cuidado de ir ver o que é que é a zona de equipamento.

O nosso PDM tem exactamente a mesma definição do PDM de Coimbra. É *ipsis verbis* a transcrição, e, o que é que diz? Diz que (grosso modo), nesta zona de equipamento, podem ser implementadas ou feitas intervenções, de utilidade pública e utilização colectiva. Se repararem, e isto é repetido tanto no anúncio de concurso, como no caderno de encargos como no programa de concurso, logo no primeiro ponto diz “ O projecto no seu todo...”, não estamos aqui a falar de nenhum centro comercial, é no seu todo da intervenção “pretende implementar um importante conjunto de equipamentos de interesse público e de utilização colectiva, destacando-se a criação de infra-estruturas comerciais, de serviços, culturais e lúdicas, em harmonia com os equipamentos desportivos já existentes, as quais visam promover uma zona central...”.

Portanto, foi neste espírito e tentando também verificar o que foi feito noutros pontos do País, se calhar não se pode falar em jurisprudência mas nós também temos que aprender com aquilo que se faz noutros sítios, não temos que inventar o que já está inventado. Mas mesmo assim, havendo alguma dúvida, e este é o nosso entendimento, que não há qualquer tipo de incompatibilidade com a actual definição do PDM, consultámos a pessoa que no nosso País, pelo menos estarão aqui advogados com formação e provavelmente tiraram o curso em Coimbra e que conhecem e já ouviram falar no Prof. Alves Correia, que é um eminente Professor Catedrático da Universidade de Coimbra, na área do Direito do Urbanismo é das pessoas mais conceituadas. Portanto, consultámos este Professor e o qual categoricamente diz que não tem a mínima dúvida que isto é perfeitamente aplicável. Se estivesse em causa só a construção de um centro comercial, como é evidente, poderíamos discutir isso. Agora o centro comercial integrado para já em equipamentos desportivos já existentes, estamos a falar no estádio, nas piscinas municipais e outros equipamentos já envolventes embora ainda não estejam completamente concretizados. Com a construção do Pavilhão Multiusos, com o

Jardim da Almuíña, com o Centro de Treinos e Formação Desportiva, que embora de carácter facultativo neste caderno de encargos, é intenção da Câmara de o realizar, seja através deste caderno de encargos e programa de concurso ou se ele não ficar contemplado, com certeza que será a Câmara a fazer essa intervenção.

E portanto, sob o ponto de vista da legalidade, penso que disse tudo, é o nosso entendimento e o entendimento de pessoas que sabem muito mais disto do que nós, e já foi aplicado em Coimbra sem qualquer tipo de contestação e por isso julgamos que estamos no caminho certo. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Para que não possa haver dúvidas depois sobre as votações, vamos votar a moção apresentada pelo senhor deputado José Augusto Esteves e depois a proposta da Câmara Municipal. Deseja usar da palavra senhor deputado? Faça favor.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

Só para dizer que a solução não está entre o não haver nada e haver um. Não é um meio termo o vosso. Há a solução da construção na periferia, o que está aqui em causa é o local. Se ouviu bem senhora Presidente, é o que está na moção, e portanto não coloque o problema dessa maneira “ou é isto ou não é nada”.

Já agora digo-lhe o seguinte:

Quando a ouvi falar da maneira como falou, com um certo desdém em relação ao comércio em geral, fico logo com a ideia de que a proposta que tem aí, que visa a dinamização do comércio em geral, é bluff!

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Senhor Presidente peço desculpa mas tenho que responder.

Há aqui uma análise de intenções daquilo que eu não disse, por parte do senhor deputado, da observação final.

O que eu disse foi que, o que tinha entendido das intervenções anteriores, era que havia só dois tipos de hipóteses – ou não haver nada ou haver tudo. Foi o que eu entendi das vossas intervenções. E que a nossa posição era intermédia, mais sensata, mais equilibrada penso eu, naturalmente, senão não a apresentava.

De qualquer das maneiras, volto a dizer que eu não concordo de maneira nenhuma com a ideia da localização numa zona periférica. Isso é que é retirar exactamente o movimento do centro da cidade, porque os cidadãos vão para a zona periférica e não

fazem nenhum tipo de vida, nem nenhum tipo de compras, nem nenhum tipo de actividade precisamente no centro da cidade. Enquanto que se ficar aqui ao lado, há perfeitamente lógica que eles venham ao centro comercial e que frequentem o resto da cidade, que fica aqui ao lado. Não tenho dúvidas nenhuma. Mas isso é a minha leitura e muito fundamentada naquilo que nos foram apresentando, pelos estudos que tivemos acesso.

Relativamente à questão dos comerciantes tradicionais, temos todo o gosto em lhes manter a actividade e com esta solução terem melhores condições para manterem a actividade, em melhores condições ainda.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Obrigado senhora Presidente.

Vamos pôr então à votação a **moção** do senhor deputado José Augusto Esteves.

Quem vota a favor? Três votos a favor.

Quem vota contra? Trinta e um votos contra.

Quem se abstém? Dezasseis abstenções.

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com três votos a favor, trinta e um votos contra e dezasseis abstenções rejeitar a moção apresentada pelo PCP.

E agora vamos votar a **proposta da Câmara** tal como consta deste ponto:

Quem vota contra? Três votos contra.

Quem vota a favor? Quarenta e quatro votos a favor.

Quem se abstém? Três abstenções

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com quarenta e quatro votos a favor, três votos contra e três abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal de Leiria contida em sua deliberação de nove de Novembro de dois mil e seis, cujo teor se dá por transcrito, e, em consequência, autorizar a abertura de Concurso Público Internacional para concepção, financiamento, construção e exploração de uma unidade comercial de dimensão relevante, mediante a alienação de parcelas de terreno, em direito de superfície, propriedade do Município de Leiria, nos termos do Anúncio, do Programa de Concurso e do Caderno de Encargos.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

O senhor deputado Domingos Carvalho vai fazer uma declaração de voto.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

Uma declaração de voto vencido!

Apenas uma pequena maldade.

Eu faço votos, francos, de que o estudo que levou a esta conclusão desta Assembleia, não seja similar ao estudo que levou à construção do Estádio. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

O senhor deputado Pedro Biscaia vai fazer também uma declaração de voto.

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Pedro Biscaia, eleito pelo Partido Socialista.

Eu votei a favor desta proposta, na convicção de que estou a votar a autorização inscrita na Ordem de Trabalhos, ou seja, da possibilidade da abertura do concurso, por outro lado, porque considero e estou convicto, ainda, e espero com razão, que a solução encontrada pelo estudo do Prof. Herculano Cachinho, que é uma resposta positiva no assegurar de um “espaço âncora” e no contínuo do canal comercial que vai do Centro Histórico até à zona do Estádio.

Agora, como também já disse, é importantíssimo e apelava aqui a que inclusivamente se pudesse fazer uma sessão extraordinária da própria Assembleia, quando fosse considerado oportuno, para a discussão e o acompanhamento político da questão das contrapartidas e da priorização dessas mesmas contrapartidas.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Lembro os senhores deputados que ficou a questão da Comissão de Acompanhamento. Pergunto se alguém quer apresentar a proposta ?

Sim senhor, é então de consenso a proposta da Comissão.

Senhor deputado Vitorino Pereira pretende fazer uma declaração de voto.

DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)

Vitorino Vieira Pereira, Bloco de Esquerda.

Declaração de voto:

Acabou de se efectuar uma votação ilegal e isto apesar de toda a Assembleia ter sido prevenida de tal facto.

A votação, não só não beneficia quem nela votou favoravelmente, como dá uma má imagem desta Assembleia que devia ser, pelo menos, o garante da legalidade e por isso da protecção dos munícipes que em nós confiaram.

Votou-se o que não devia, o que não podia ser votado. Aqui expresso pois, a minha indignação por tal facto.

Como militante do Bloco de Esquerda e como cidadão, aqui fica o compromisso de que actuarei da maneira que entender mais correcta, de modo a repor a legalidade, aqui tão fortemente abalada.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Os pontos que ainda vão ser discutidos, porque são considerados urgentes, os outros passarão para uma próxima Assembleia, são os ponto 9 e 14.

9. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO PDM EM VIGOR – Apreciação, discussão e votação;

Faça favor senhor vereador Fernando Carvalho!

FERNANDO CARVALHO (VEREADOR DO PELOURO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS)

Fernando Carvalho, vereador.

Prometo ser breve nesta explicação, embora julgue que o texto é elucidativo, eu queria apenas tecer as seguintes considerações:

Como sabem, o processo de revisão do PDM está em curso, há bastante tempo, mais tempo do que todos nós desejaríamos.

A alterações que aqui vêm são alterações simplificadas ao plano, nomeadamente a nível regulamentar, que não mexe com o ordenamento, apenas alterações de pormenor ao regulamento, no entanto, nunca foi considerado oportuno fazê-lo porque estávamos num processo de revisão.

Hoje existem dois argumentos fortes, para podermos propor esta revisão ou esta alteração de âmbito simplificado.

A principal delas tem a ver com a alteração ao regime da Reserva Ecológica Nacional. Foi um diploma que foi aprovado pelo Governo, relativamente há pouco tempo, durante este ano, e actualmente o novo regime da REN é mais favorável do que as restrições que estão impostas no PDM de Leiria para a utilização de solos da REN.

E portanto, se não propusermos esta alteração de âmbito simplificado, há municípios que não poderão ver resolvidos os seus problemas, só por estarem cerceados pelo actual PDM e nós não podemos fazer a abertura ao regime, porque o que se sobrepõe neste caso, é o nosso PDM.

Digamos que, por esta alteração ao regime da REN, que é mais favorável, e também indo pegar num problema que foi criado há três anos atrás, em 2003, com a publicação de regulamentação nacional através do decreto-lei e portaria regulamentadora que faz a gestão do licenciamento da actividade industrial, e que na altura, transformou as quatro classes de indústrias existentes, que era a classe A, B, C e D, em classe 1,2,3,e 4. Neste momento vigoram estas quatro classes e não foi feita uma correspondência entre estas quatro classes, isto é, há indústrias que antigamente seriam classificadas por classe C, e hoje, não estão necessariamente na classe 3. E portanto, isso tem levado a dificuldades de interpretação porque temos um PDM que define classes A, B, C e D, e não 1,2,3, e 4. E tem havido dificuldades, temos tentado ao nível do licenciamento e em parceria com o Ministério da Economia resolver as situações, mas o que é certo é que estão criadas dificuldades.

E portanto, "à boleia" destes dois diplomas, que vieram introduzir alterações que não estão, digamos, contempladas neste PDM, nós estamos também a propor, embora sem garantia de que venham a ser aprovadas pelos órgãos acima da Câmara, nomeadamente a DGOTDU e depois a própria CCR, algumas alterações pontuais que julgamos nós, vão permitir resolver uma série de problemas que são colocados hoje às populações.

Muito rapidamente vou dizer:

Tem a ver com clarificação de distâncias da rede rodoviária nacional, porque no fundo o que queremos fazer é estender a interpretação a todas as classes de uso de solos que estão mais restritivas, e não se compreende como é que numa estrada nacional, dentro de um aglomerado, possa haver distâncias mais desfavoráveis, do que aquelas que teriam que ser, se houvesse uma interpretação digamos, mais

razoável. E portanto, estamos a tentar clarificar isso junto com esta alteração simplificada.

Depois, há um problema que também é colocado. Nos últimos anos sobretudo, e dependente também da novas tecnologias da construção, das novas exigências, nomeadamente nas instalações técnicas, que obrigam à execução de pés direitos com outra envergadura nomeadamente nas áreas comerciais, para a instalação de climatizações, etc., também para conseguir assegurar os parâmetros do isolamento acústico entre os próprios pisos, isso origina muitas vezes a construção de lajes com outras espessuras e portanto pés direitos mais elevados. As cêrceas que hoje temos no nosso PDM, são extremamente baixas. Posso dizer que de baixa densidade são nove metros meio, de média densidade quinze metros e assim sucessivamente.

O que nós estamos aqui a tentar propor, para ver se conseguimos essa alteração, é que decorrendo destes novos procedimentos construtivos, os pés direitos de baixa densidade passem de nove e meio para doze metros e vinte, de média densidade de quinze para dezanove vírgula oito, e alta, não tem grande aplicação em Leiria, para vinte e sete vírgula seis.

Depois há ainda um esclarecimento na definição de espaço de transição urbano/rural, onde há uma interpretação digamos, diferente, se há aplicabilidade ou não à zona de Leiria e o nosso entendimento é que sim e não está clarificado no PDM, e portanto fazemos também esta proposta de esclarecimento.

E por fim, uma correcção que tem a ver com o cálculo dos estacionamento que são necessários providenciar na execução de loteamentos, sendo certo que há um erro num algoritmo de uma dessas condições, nomeadamente em loteamentos que tenham um determinado intervalo de área o algoritmo, aplicando uma área extrema dentro desse intervalo, dá um valor superior àquilo que é exigido para o intervalo superior da outra classe a seguir. Isto é um erro que se pretende corrigir, porque por exemplo, um loteamento com uma determinada área, já no limite superior, teria que construir muito mais estacionamento, mais do que metade da área, do que um loteamento que estivesse já na classe superior.

E portanto, é para fazer esta correcção, deste erro do algoritmo, que é também aqui apresentada esta proposta.

Como disse há pouco, não temos nenhuma garantia que, os órgãos acima da Câmara, venham a aprovar estas últimas alterações, no entanto, estamos aqui a

colocá-las “à boleia” das primeiras, para ver se conseguimos resolver alguns problemas de que os municípios tanto se queixam.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Bem, não havendo pedidos para intervenção, vamos pôr à votação.

Quem vota contra?

Quem vota a favor?

Quem vota a favor?

Quem se abstém? Três abstenções.

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com três abstenções, aprovar a proposta de alterações simplificadas ao Regulamento do PDM, nos termos constantes da proposta.

14. PROPOSTA DE OPERACIONALIZAÇÃO DA PLATAFORMA LOGÍSTICA – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA E APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS – Apreciação, discussão e votação;

Não há inscrições? Estão todos esclarecidos.

Vamos à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a proposta e autorizar a participação do Município de Leiria na Plataforma Logística e em consequência, aprovar os respectivos Estatutos.



Terminado o período da ordem do dia, resta-me desejar mais uma vez um Feliz Ano de 2007, agradecer a vossa presença e até à próxima sessão, que será em Fevereiro.

ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 02.40 horas, mandando que de tudo para constar, se lavrasse a presente acta, que eu, Teresa Paula Ribeiro dos Santos Pinto, Assistente Administrativa Especialista, lavrei e subscrevo.-----

APROVAÇÃO DA ACTA

De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal na sessão de ordinária de 23 de Fevereiro de 2007, delibera por maioria com seis abstenções, aprovar a acta.

O Presidente da Assembleia



Manuel de Jesus Antunes

A Assistente Administrativa Especialista



Teresa Paula Pinto